

Helda Núbia Rosa;
Jonatas Gomes Duarte;
Paulo Henrique do Espírito Santo Nestor;

Janice Alves Gomes;
Romulo da Silva Vargas Rodrigues;
Jefferson Rego;
Sebastião Elias Milani

Fontes marcadas e não marcadas nos estudos linguísticos

Fontes marcadas e não marcadas nos estudos linguísticos

Helda Núbia Rosa
Jonatas Gomes Duarte
Paulo Henrique do Espírito Santo Nestor
Janice Alves Gomes
Romulo da Silva Vargas Rodrigues
Jefferson Rego
Sebastião Elias Milani
(Organizadores)

Fontes marcadas e não marcadas nos estudos linguísticos



Palmas – TO
2018

**Reitor**

Luis Eduardo Bovolato

Vice-reitora

Ana Lúcia de Medeiros

Diretor Executivo

Jônatas Gomes Duarte

Conselho Editorial

Danival José de Souza

Idemar Vizolli

Ildon Rodrigues do Nascimento

Nilton Marques de Oliveira

Ruhena Kelber Abrão Ferreira

Pró-Reitor de Administração e Finanças (PROAD)

Jaasiel Nascimento Lima

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis e Comunitários (PROEST)

Kherley Caxias Batista Barbosa

Pró-Reitora de Extensão e Cultura (PROEX)

Maria Santana Ferreira Milhomem

Pró-Reitora de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (PROGEDEP)

Elisabeth Aparecida Corrêa Menezes

Pró-Reitora de Graduação (PROGRAD)

Vânia Maria de Araújo Passos

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPEAQ)

Raphael Sanzio Pimenta

Prefeitura Universitária

João Batista Martins Texeira

Procuradoria Jurídica

Marcelo Morais Fonseca

Conselho Editorial

Cynthia Mara Miranda (Presidenta)

Danival José de Souza

Idemar Vizolli

Ildon Rodrigues do Nascimento

Nilton Marques de Oliveira

Ruhena Kelber Abrão Ferreira

Projeto Gráfico/Diagramação e Capa

M&W Comunicação Integrada

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins – SISBIB/UFT

F374 Fontes marcadas e não marcadas nos estudos linguísticos / organizadores: Helda Núbia Rosa, Jonatas Gomes Duarte, Paulo Henrique do Espírito Santo Nestor, Janice Alves Gomes, Romulo da Silva Vargas Rodrigues, Jefferson Rego, Sebastião Elias Milani – Palmas, TO: Universidade Federal do Tocantins / EDUFT, 2018.

180p.

ISBN: 978-85-60487-44-8

1. Historiografia. 2. Linguística. 3. Língua. I. Título.

CDD 469

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

SUMÁRIO

| | |
|---------------------|----------|
| Apresentação | 7 |
|---------------------|----------|

| | |
|--|-----------|
| O PERCURSO HISTORIOGRÁFICO DA LINGUÍSTICA COMO INFLUÊNCIA PARA A GRAMATICALIZAÇÃO BRASILEIRA NO SÉCULO XX | 13 |
| <i>Ms. Helda Núbia Rosa (PG/UFG)</i> | |

| | |
|--|-----------|
| LEONARD BLOOMFIELD E A LINGUÍSTICA ESTRUTURALISTA NORTE-AMERICANA | 39 |
| <i>Dr. Jônatas Gomes Duarte (UFT)</i> | |

| | |
|---|-----------|
| ASPECTOS HISTÓRICOS E TEÓRICOS ACERCA DA SEMÂNTICA ESTRUTURAL DE GREIMAS | 57 |
| <i>Ms. Paulo Henrique do Espírito Santo Nestor (IFG)</i> | |

| | |
|---|-----------|
| A SEMIÓTICA DAS PAIXÕES: EPISTEMOLOGIA E METODOLOGIA | 87 |
| <i>Ms. Janice Alves Gomes (IFG)</i> | |

| | |
|---|------------|
| ENVENISTE E A LINGUÍSTICA GERAL | 103 |
| <i>Dr. Romulo da Silva Vargas Rodrigues (PUC)</i> | |

| | |
|--|------------|
| A MODERNIDADE DO TRADADO DAS SENSACIONES DE CONDILLAC | 133 |
| <i>Ms. Jefferson Rego (PG/UFG)</i> | |

| | |
|--|------------|
| FONÉTICA E FONOLOGIA, SAUSSURE NO MEIO DA HISTÓRIA: O FONEMA COMO UNIDADE BÁSICA DA SEMIOSE | 157 |
| <i>Dr. Sebastião Elias Milani (UFG)</i> | |

Apresentação

No estudo do século XIX, encontra-se a presença de uma constante fórmula revolucionária. Esse fenômeno pode ser entendido como o resultado do amadurecimento organizacional da sociedade. Esse século foi o momento em que a humanidade finalmente tomou posse de sua capacidade de inventividade e inteligência. Finalmente, os seres humanos eram capazes de pensar de forma independente e organizada, não mais como indivíduos brilhantes isolados, mas como manifestação sociocultural. Toda a sociedade teve acesso à possibilidade de atualização do conhecimento, efeito da distribuição mais ampla da educação por meio da escola.

Os efeitos imediatos da socialização do conhecimento podem ser vistos numa rápida demonstração, relevando os fatos políticos e socioculturais que tiveram evento durante esse século. O pensamento filosófico, amadurecido no século XVIII, resultaria no enciclopedismo. Esse provavelmente seja o melhor exemplo da expansão do conhecimento humano e do esforço em distribuir esse conhecimento. A educação do povo francês faria dele uma arma contra o despotismo da aristocracia e a hipocrisia da Igreja. Ambas tiveram seu fim como dominação imputável ou inacusável no final do século XVIII. A Revolução que os franceses fizeram em seu contexto político, não tinha precedente e serviu de base para qualquer manifestação política ou discurso sociopolítico nos séculos seguintes. O povo havia se transformado em agente de sua história, e havia mudado sua história.

Essa perspectiva de mudanças radicais tornou-se muito importante na medida em que todas as áreas da sociedade alcançaram uma transformação e uma renovação. A virada para o século XIX inaugurou novos rumos para a literatura e para arte em geral; para a política e, muito intensamente, para todas as áreas da ciência. Essas que, nesse período, eram ainda ocupações sem nome, em geral, os estudiosos naturalistas praticavam estudos científicos muito mais abrangentes.

Mas quase todas as ciências modernas tiveram seus fundamentos elaborados nesse período inicial do século XIX.

A Linguística, enquanto uma ciência distinta, ainda não existia. No entanto, o estudo sobre a linguagem é tão antigo quanto o homem e, nesse período, se configurou numa das mais importantes correntes dos estudos filosóficos, tendo influenciado a política e a religião. Misturados, os estudos sobre filosofia da linguagem desse período podem ser classificados de filológicos, de linguística geral, de filosofia, de história da linguagem, etc., mas são facilmente agrupados numa única corrente, que dominou toda a primeira metade daquele século, que primou pela preocupação em descobrir a origem das línguas e que teve como método de trabalho principal a comparação entre gramáticas. A Gramática Comparada foi a metodologia de estudos sobre a linguagem praticada durante todo o século XIX.

Em meados daquele século, essa mesma Gramática Comparada assumiria contornos mais precisos, relacionados aos estudos sobre o indo-europeu, e se tornaria a Neogramática. Em perspectiva, essa nova corrente era inovadora principalmente porque tinha como respaldo todo o conhecimento acumulado pelos comparatistas. A Neogramática não só tinha seu próprio objeto de estudo, como discutia a validade e a aplicabilidade dos conceitos da Gramática Comparada. A primeira buscava a origem histórica para os fatos da linguagem; a segunda se preocupava em encontrar a lógica organizacional das línguas.

A Gramática Comparada foi sem dúvida o prenúncio do estabelecimento da ciência da língua. Ela foi a primeira ciência da teoria da linguagem que se aplicou em discutir o objeto de estudo e o método para discutir o objeto de estudo. Esse foi, sem dúvida, o princípio de toda a organização científica, aplicada aos estudos sobre a linguagem. A Neogramática trouxe consigo uma perspectiva orientada para um objeto de estudo próprio, já com uma metodologia própria. Ela queria uma visão precisa da história da civilização europeia. A Neogramática tinha como principal objeto de estudo o indo-europeu e a sua reconstrução.

Dessa herança fantástica surgiria a Linguística. Ainda dentro da Neogramática aconteceria uma separação entre o estudo histórico, fundamentado na discussão da origem e da evolução da diversificação do indo-europeu, e o estudo linguístico geral, que tomava a estrutura linguística mental como a base originária para a formação e evolução da materialização da capacidade de linguagem humana. A Gramática Comparada, herdeira da lógica do Iluminismo, nasceu em 1816, com Franz Bopp, e fomentaria a discussão sobre a origem das línguas. A Neogramática, herdeira dos conhecimentos elaborados pelo comparatismo, caminharia até o ponto mais profundo da história e da não-história da cultura europeia na tentativa de encontrar o esboço das línguas da Europa.

A linguística geral nasceria da seleção dos conceitos formulados pelos comparatistas e neogramáticos e da irreverência criativa de alguns dos membros dessas duas correntes dos estudos sobre as línguas humanas. A Linguística, enquanto a ciência definitiva da análise da língua, só seria conhecida no final do século XIX. Ferdinand de Saussure foi quem a definiu, mas não fez tudo sozinho obviamente, em sua obra acha-se referência marcada a Willian Dwight Whitney, que, por sua vez, fez estudos dentro da neogramática, partindo, no geral, dos estudos da Gramática Comparada e, em específico, dos estudos de Wilhelm Karl von Humboldt e Heymann Steinthal.

A manipulação de informações feita por quem produz um discurso, só pode ser pelo prisma de suas intenções e paixões, daí ser todo texto uma fração do real, ou estar ligado aos fatos do mundo real, registrando seus efeitos na vida cotidiana de um tempo; entretanto, como o discurso registra a versão compreendida por um único indivíduo, neutraliza a possibilidade de verdade absoluta. Assim sendo, ou o texto é ficção ou é teoria. O tratamento/nomeação de *ficção* recebido pelos textos produzidos como arte literária, geralmente lhes confere *certo* grau de inverdade. A teoria não é também uma versão definitiva para aquele assunto, e, apesar de o revestimento de verdade geralmente subvencionado por uma pesquisa, ela não pode ser garan-

tida como mimese do real.

Qualquer percurso histórico de uma ciência pode demonstrar esse fato: as muitas sobreposições de teorias, desenvolvidas em muitos lugares, sempre são frações da verdade total de um objeto de estudo. Não é diferente com a ciência da linguagem, quando se coloca em perspectiva o século XX, pode-se ver uma sequência de teorias e discursos sobre os mesmos ou diferentes objetos, continuando ou rompendo o processo estabelecido. Mas, de um modo geral, pode-se decompor esse século num período inicial estruturalista, tendo como objeto a descrição do plano de expressão das línguas naturais; um segundo período em que o estruturalismo requeria maior conhecimento da formação do conteúdo e da atuação do falante na composição da significação, e, nas décadas finais, a discussão da atuação do indivíduo na produção dos sentidos.

Os discursos são dependentes de seus predecessores e não há possibilidade de interpretar um discurso isolado/afastado da história. A compreensão de uma inteligência linguística depende de conhecer o jogo de memórias e de formações ativadas naquele contexto, ou seja, nenhum discurso é independente. Do ponto de vista de sua enunciação, nenhum discurso é uma ruptura completa, a fórmula da competência linguística humana prevê o aprendizado formativo, sempre transmitido de uma geração a outra. Em síntese, para produzir discurso é preciso passar por uma estruturação linguística antes: é preciso dominar a fórmula já existente, para tentar melhorá-la, então.

Ao colocar o texto como uma realidade de comunicação, cria-se o caráter de sincronia com seu momento de criação. Essa compreensão vem das teorias sobre o discurso e, mesmo não sendo uma verdade incontestável, essas teorias auxiliam o projeto demarcando o social e o histórico como parte do discurso, independentemente de seu caráter de ficção ou de teoria.

Na lógica da organização do pensamento incluem-se elementos de caráter estilístico. O discurso é organizado por uma perspectiva de sentimento, elaborado por uma intenção voluntariada que

escolhe, porém, os recursos linguísticos presentes no ambiente. Não há como fugir ao limite da organização da língua a que se está preso. Logo, o discurso busca a liberdade da reinvenção do limite da junção das palavras já produzidas, mas se prende às palavras já produzidas e as retoma forçosamente. Assim, nesse vai e vêm de formas, juntando elementos nunca ditos a elementos recriados, pela versão contrária ou pela versão afirmada, o discurso se constrói refratando o contexto em que se insere, sendo, ele próprio, exemplo da materialização dos sentimentos de uma época.

A manifestação, na forma de língua, dos elementos vividos em uma determinada época, inclui-se no conjunto de todas as manifestações presentes no mesmo contexto. Daí, da ficção, pode-se ter uma visão cósmica das idiosincrasias humanas ao longo de suas tribulações pela vida. O ser humano reconstrói o mundo a sua volta na perspectiva de ser admirado e respeitado. Os discursos artísticos oriundos de uma época transcendem a descrição dos fatos, “por ser o artista um ser que se conhece mais que os outros seres”. Ele, por ter uma sensibilidade mais apurada, infiltra-se na alma coletiva e descreve sua própria alma na criação de discurso e de ficção. Do lado exposto do artista, pode-se ver o lado não revelado da sociedade, muitas vezes o lado escondido por uma sociedade. Bakhtin revelou isso nesta citação.

Por considerar a perspectiva de que o cientista é o resultado da manifestação dos objetos e ações culturais e físicas do mundo, tal qual o artista e o homem comum, seu discurso sempre está alavancado pelas questões essenciais da sociedade. Portanto, seus objetos de discurso vão permear os anseios da humanidade e sempre serão respostas para um questionamento comum a todos, orientadas pelo conhecimento já disponibilizado. O projeto desse livro se justifica pela possibilidade de rever estruturas descritas em documentos teóricos e ficcionais, demonstrando os múltiplos objetos estudados nas ciências da língua, na forma de conhecimento vivido, carregado e manifestado.

O PERCURSO HISTORIOGRÁFICO DA LINGUÍSTICA COMO INFLUÊNCIA PARA A GRAMATICALIZAÇÃO BRASILEIRA NO SÉCULO XX

Ms. Helda Núbia Rosa (PG/UFG)

Sob a perspectiva da Historiografia Linguística, pautada nos princípios instituídos por Konrad Koener (1996), de clima de opinião, continuidade e ruptura, e também sobre a metodologia historiográfica aperfeiçoada por Milani (1994), é que se desenvolverá esse trabalho.

O clima de opinião começa a ser traçado no século XIX, quando comparatistas e neogramáticos, inspirados pela descoberta do Sânscrito, como a língua indo-europeia, e também pela possibilidade de perfazer, num viés histórico-comparativo, a evolução das línguas e, assim, conseguirem chegar à origem de todas elas.

Naquele momento, na Europa eclodiam ideias inovadoras em relação a quase tudo e as transformações político-sociais que irromperam por lá modificando o pensamento geral, fez surgir a necessidade de se investir em educação e pesquisa. Por isso a Alemanha foi o grande centro de estudos da linguagem e de lá saíram notáveis contribuições para o desenvolvimento da Linguística em todo o mundo.

A Gramática Comparada teve um lugar de excelência para que o estudo sobre a linguagem fosse cada vez mais elevado a ponto de se almejar o reconhecimento dele como uma ciência como qualquer outra. Tal questão não foi resolvida tão de imediato, assim como também não foi resolvida a questão da origem das línguas como traba-

lharam para resolver todos os filósofos e filólogos do período.

Então, num percurso historiográfico, poderemos notar como as ideias linguísticas, de fato, se tornaram ruptura ou continuidade na gramática normativa brasileira do século XX. As ideias linguísticas se expandiram e alcançaram a América do Norte, fez grandes representantes lá como Willian D. Whitney (1827-1894), que tem toda uma trajetória na educação e no estudo sobre a linguagem. Tempos depois, foi a vez de os brasileiros se aventurarem nesse conhecimento, no entanto, a gramática sofreu alguma dessas influências? Poderemos dizer que há fontes linguísticas citadas nelas? A linguística influenciou no ensino gramatical brasileiro? São estas as questões que tentaremos responder aqui.

SOBRE OS ESTUDOS DA LINGUAGEM DO SÉCULO XVIII AO XX

A humanidade, desde sempre, preocupou-se em compreender e estudar a linguagem humana, tanto como parte concreta, a língua, quanto como parte material, a fala. Desde Pānini, 2.400 anos atrás, na Índia, já se descrevia a língua e, então, houve necessariamente a inevitabilidade de se descrever o Sânscrito, e foi o que Pānini fez. Os gregos também contribuíram de forma bastante relevante para a constituição da linguística, assim como os árabes. Aos primeiros coube o mérito da análise da palavra, como está nos diálogos platônicos, *Teeteto* e *Crátilo*; aos outros, a dedicação à classificação dos elementos da proposição.

Uma lacuna de alguns séculos deixou nas trevas os avanços linguísticos que só voltaram a ser relevantes a partir do século XVIII, em que se desenvolveu, em toda a Europa, uma nova face da Linguística. É importante ressaltar que esse espaço temporal entre os estudos clássicos indianos e greco-latinos deveu-se à não-productividade efetiva nesse campo. O século das luzes trouxe de volta essa temática,

cita-se o trabalho de Wilhelm von Humboldt (1767-1835). Por isso, Mounin (1968, p. 26) descreveu a Linguística como “[...] um saber muito antigo e uma ciência muito jovem [...]”, porque ela só adquire status de ciência a partir do final do século XIX, como demonstrado pelos trabalhos de Franz Boas (1858-1942), Edward Sapir (1884-1939) e Leonard Bloomfield (1887-1949).

Nesse período, as inovações linguísticas contaram com gramáticos que rearranjaram a língua latina e reformas ortográficas que estimularam o estudo da fonética até o século XVIII. O estudo da linguagem atravessava os séculos e se aprimorava cada vez mais, as gramáticas e os dicionários forneciam descrição de língua e poderiam ser até políglotas. Seguindo o curso da história, a fonética progredia assombrosamente. Como confirma Mounin (1968, p. 26), “[...] o século XVII e o século XVIII prosseguem em todas as direções: a fonética progride ao mesmo tempo em que a anatomia apaixona os inventores e estenografias e línguas artificiais [...]”. Muitas coisas aconteciam nesse período tão frutífero para a Linguística, como as línguas desconhecidas que eram estudadas. Apenas o que não poderia ainda ser resolvida era a questão sobre a origem da linguagem, que já era uma preocupação de tempos.

Com o intuito de pesquisar a gênese da linguagem, a Gramática Comparada, surgida após a publicação de *Über das Conjugationssystem der Sanskritsprache in Vergleichung mit der jenem griechischen, lateinischen, persischen und germanischen Sprache* (Sobre o sistema de conjugação do sânscrito, em comparação com grego, latino, persa e germânico), em 1816, Franz Bopp foi mais revolucionário que seus predecessores no sentido de ter inovado e, a partir daí, a linguagem começou a ser observada em seu desenvolvimento.

Segundo Mounin (1968, p. 27), Bopp, sublevando a teoria existente, procurou “[...] remontar no sentido desta origem e desta evolução através de meios, em princípio, puramente linguísticos, e não metafísicos”. A descoberta do sânscrito modificou todo o panorama

linguístico da época e, durante meio século, o que se fez foi pensar a linguagem no modelo biológico em que as línguas eram vistas como seres vivos que nascem, crescem e morrem. Em resumo, a Gramática Comparada significava estudar a evolução contínua das línguas, isto é, o que chamamos de linguística histórica.

Sendo assim, os estudos sobre a linguagem, no século XIX, concentravam-se no estudo histórico das línguas indo-europeias e os avanços e refinamentos teóricos e metodológicos importantes que ocorreram nesse campo. O período foi dominado pela erudição alemã que teve como contribuição relevante para sua evolução Wilhelm von Humboldt (1765-1835) que, segundo Bloomfield (1914), deu duas grandes contribuições para a linguística: a primeira porque pesquisou as línguas do mundo e a segunda porque estudou as leis e condições da linguagem não estudadas pelos gramáticos.

Jacob Grimm (1785-1863), também alemão, estudou as leis fonéticas. Vale lembrar que, naquele século, era por meio da fonética que tudo poderia ser explicado em relação à evolução linguística. Contemporâneo dos dois primeiros, Friedrich Diez (1794-1876) contribuiu com a criação de uma gramática das línguas românicas. William D. Whitney (1827-1894) era americano, mas estudou em Berlim, na Alemanha, onde foi colega de Bopp, e se tornou conhecido por sua Gramática do Sânscrito. O também alemão Hermann Paul (1846-1921) fez entender que a linguística é muito mais que uma ciência natural, ela é uma ciência histórica, e Friedrich Max Muller (1823-1900), que foi aluno de Franz Bopp – o qual lhe ensinou sobre o Sânscrito –, foi um continuador dos estudos de seu mestre.

O desenvolvimento do método histórico-comparativo do século XIX se deu a partir da descoberta do sânscrito pelos europeus, salientando que os primeiros sanscritistas foram os irmãos August Wilhelm von Schlegel (1767-1845) e Karl Wilhelm Friedrich von Schlegel (1772-1829), Jacob Grimm (1785-1863), Franz Bopp (1791-1867) e August F. Pott (1802-1887). Wilhelm von Schlegel

é o responsável pela criação da expressão *vergleichende grammatik* (gramática comparada), termo usado como sinônimo de Linguística histórico-comparada.

Consoante Robins (1983, p. 137), “em 1808 Friedrich Schlegel publicou uma obra intitulada *Über die Sprache und Weisheit der Indier* (Sobre a língua e a sabedoria da Índia) [...]”, e a intenção dele era estudar a morfologia ou as estruturas internas da língua da Índia. Portanto, ele considerava importante chamar a atenção para este ponto porque os primeiros comparatistas estavam focados no confronto entre a morfologia flexional e derivacional do sânscrito com a morfologia de outras línguas europeias como o grego e o latim, e foi em função disto que Friedrich Schlegel se destacou nesse campo.

O filólogo alemão Theodor Benfey⁽¹⁸⁰⁹⁻¹⁸⁸¹⁾ contribuiu com esse estudo com a publicação de *The history of linguistics and Oriental philology in Germany* (História da linguística e da filologia oriental na Alemanha). No auge do nacionalismo alemão e do pós-guerra franco-prussiana, Benfey julgava serem os alemães os melhores linguistas, e ele não estava errado. O dinamarquês Rasmus Christian Rask (1787 – 1832) foi quem primeiro estudou, de forma ordenada, as relações etimológicas, comparou formas de palavras e estabeleceu correspondências entre sons de uma língua com os de outra.

Grimm, após ler o estudo feito por Rask, introduziu em sua *Deutsche Grammatik* (1822), no capítulo que trata *das letras*, a reformulação dos estudos de Rask, ou seja, Grimm organizou sistematicamente as leis fonéticas que recebem seu nome, *lei de Grimm*. Os dois linguistas, Rask e Grimm, embora cometessem alguns enganos como tratar de *mudanças de letras*, propiciaram definitivas possibilidades de substituição de um som (letra).

August Schleicher (1821-1868) foi linguista e estudante das ciências naturais, dedicava-se à botânica, e, a partir dele, os estudos da linguagem começaram a ter uma interpretação coerente, porque, para ele, cada língua era o produto da ação de um complexo de subs-

tâncias naturais no cérebro e no aparelho fonador, e entendia que, ao se estudar uma língua faz-se uma abordagem direta a esse complexo de matérias.

A língua vista como um organismo vivo, no sentido evolucionista, dependia dos traços físicos dos órgãos fonadores dos homens. Assim, a contribuição de Schleicher para a gramática comparada foi de extrema valia, pois este estudo propiciou uma visão mais ampla da linguagem e da natureza. A filologia, estudo da linguagem em fontes escritas, não deixou de ser importante porque os primeiros linguistas tinham que ser também filólogos, pois o estudo das línguas mortas dependia da interpretação de textos escritos. Apesar dos esforços de Schleicher, as duas disciplinas não puderam se desenvolver isoladamente.

A morfologia desenvolve-se, então, como um estudo histórico, que resolveria, nas palavras do orientalista e sanscritista alemão Max Muller (1823-1905), “o velho enigma do mundo acerca da origem da linguagem” (*Apud* Matthews, 1974; 1991:3). Do mesmo modo que, na viagem a bordo do HSM Beagle, as semelhanças entre animais de regiões muito distantes entre si haviam suscitado na mente do biólogo inglês Charles Darwin (1809-1882) a hipótese de ancestrais comuns, as semelhanças entre línguas diversas faziam supor que num passado remoto, de uma língua comum teriam derivado as chamadas *línguas indo-europeias* (ROSA, 2008, p. 34).

Max Muller deu continuidade aos estudos de Bopp sobre o Sânscrito. Era um filólogo sancritista que se dedicou aos textos religiosos *Veda*. Apesar da influência de Bopp, ele era seguidor das ideias de Schleicher, concordando que a teoria geral da linguagem era uma ciência natural, e sua contribuição baseou-se nos métodos e nas descobertas da gramática comparada.

A grande significação do trabalho linguístico de Max Muller é ter desenvolvido uma teoria geral da linguagem, sob seu aspecto histórico, na base das aquisições da gramática comparativa indo-europeia. Utilizou o método e as descobertas da linguística comparativa indo-europeia como ilustração dos fenômenos linguísticos em geral (CÂMARA JR., 1975, p. 73).

Outro sanscritista, aluno de Bopp, foi o norte-americano Whitney que, como Muller, pretendia que a ciência geral da linguagem fosse explicitamente separada da gramática comparada. Ele se preocupava também com as línguas vivas da Europa e, diferentemente de Müller, não era partidário das ideias de Schleicher, mas enfatizava o aspecto social da linguagem assim como Humboldt. Whitney fez de seu próprio ato de ensinar um campo produtivo para suas pesquisas sobre a aprendizagem da língua, percebia que os sons da linguagem eram produzidos pela imitação dos sons da natureza.

O linguista americano estudou a respeito da gramática comparada e era um neogramático, por isso, alcançou o mundo romântico, de estudo do indivíduo, em que viveu Humboldt, e o mundo racional de onde surge Saussure. Para Whitney, a linguagem vem depois do pensamento, contrariamente à ideia de Humboldt para quem a linguagem era a expressão do pensamento humano. Ele não era um investigador original da Linguística Comparada, mas um popularizador de suas realizações e mereceu respeito, portanto, porque via a língua como instituição social, devido à sua concepção de aglutinação e também por causa de sua classificação genealógica, segundo Robins (1983).

Gottfried von Herder (1744-1803) influenciou de forma bastante salutar o trabalho de Humboldt, visto que ambos consideravam as características individuais de manifestações e peculiaridades da nação ou grupo de fala. Nesse aspecto, Humboldt acreditava que a língua continha o espírito da nação e que de qualquer lugar que se estivesse seria possível reconhecer a nacionalidade do indivíduo por meio dela.

Também era possível perceber a influência de Immanuel Kant (1724-1804) na obra humboldtiana. Segundo a teoria kantiana da percepção, o mundo exterior produz sensações ordenadas pelas categorias impostas pelo entendimento. Entre elas estão, especificamente, as categorias de tempo, espaço e causalidade. Tal teoria foi adaptada por Humboldt e, por ter sido considerada universal, ele atribuiu a ela um caráter relativo e adaptou-a ao campo linguístico empregando três nomes verbais: o perceber, o pensar e o sentir.

A forma externa da língua seria a matéria bruta (os sons) com base na qual as diferentes línguas são moldadas; a forma interna seria o padrão ou estrutura, de gramática e significado que é imposto sobre essa matéria bruta e que diferencia uma língua da outra (WEEDWOOD, 2002, p. 108).

A língua, segundo Humboldt (*apud* MILANI, 1994), representava dinamismo, isso vale para todos os românticos. A língua era o meio de dar forma aos sentimentos e entendimentos. A capacidade de linguagem era totalmente inerente ao ser humano, e a natureza não poderia fazer surgir uma língua porque a linguagem é a estrutura onde o pensamento é acumulado.

Em sequência, vários outros estudiosos se ligaram à corrente humboldtiana, dentre eles Heymann Steinthal (1823-1899), discípulo de Humboldt, e Wilhelm Maximilian Wundt (1832-1920), psicólogo experimental que mais tarde influenciaria Leonard Bloomfield em sua obra *An introduction to the study of language* (1914). Na Europa, surgiram várias correntes neo-humboldtianas a partir dos trabalhos de Johannes Leo Weisgerber (1809-1985) e na América suas teorias tornam-se conhecidas devido às teorias de Benjamin Lee Whorf (1897-1941), porque os americanos traçam uma linha de teóricos que passa pelas teorias humboldtianas, e por seus tradutores e estudiosos. De acordo com Robins (1983, p. 142), “na linguística americana, sobretudo no campo de estudos das línguas indígenas,

é comum traçar uma linha que começa em Humboldt, passa por D. G. Brinton (que traduziu algumas obras de Humboldt), F. Boas e E. Sapir, indo terminar em B. L. Whorf”.

A maior contribuição de Humboldt foi a classificação tipológica das línguas isolantes, aglutinantes e flexionais. Para Robins (1983), a classificação tipológica das línguas, estabelecida por Humboldt, era baseada numa divisão triádica e um determinado tipo de língua pode apresentar características de outro tipo. Milani (1994) discorda desse pressuposto, porque, segundo ele, Humboldt não fez tal distinção de forma tão assertiva. Na obra humboldtiana, está estabelecido um grupo para as isolantes e outro para as aglutinantes e flexionais, porque o princípio sistêmico do segundo grupo era semelhante.

A doutrina dos neogramáticos ou *junggrammatiker* provocou uma série de reações, as quais comprovaram o estímulo para a pesquisa e reflexão. A Linguística Histórica ou diacrônica não teria a mesma forma se não fosse o trabalho dos neogramáticos. A essência da teoria deles veio à tona num artigo publicado numa revista fundada por Hermann Osthoff (1847-1909) e Karl Brugmann (1849-1919). Não que as ideias atribuídas aos neogramáticos já não tivessem sido manifestadas, eles as colocaram em evidência apenas.

Em resumo, estiveram sob a influência do movimento romântico, Grimm e seus contemporâneos, e, sob a ótica das teorias do Evolucionismo o trabalho de Schleicher foi desenvolvido. Por fim, seguindo o mesmo caminho de êxito traçado pelas ciências naturais, os neogramáticos pretendiam que a teoria da linguagem fosse vista como uma ciência exata. A preocupação deles era com os dados e leis que regiam essa nova ciência. Para isso, valiam-se da fisiologia e da psicologia para estudar os problemas de mudança fonética. Sob a perspectiva de neogramáticos, como Hermann Paul (1846-1921) e Michel Bréal (1832-1915), as gramáticas dos fins do século XIX já se inspiravam para desenvolver seus estudos semânticos.

João Ribeiro (1860-1934), gramático brasileiro, afirmava que a

expressão *semasiologia* era a criação de Christian Karl Reisig (1792-1829), filósofo formado em Leipzig. Assim, paralelamente, o termo *semântica* foi sendo usado por teóricos como Whitney, que sugeriam duas categorias semânticas: a especialização das ideias gerais e a generalização das ideias especiais, ambas as categorias eram consideradas obscuras por João Ribeiro.

Segundo João Ribeiro (1898), a teoria semântica de August Friedrich Pott (1802-1887), embora estivesse longe de constituir uma teoria geral da semântica em comparação com a de Whitney, já que o segundo trazia uma definição mais completa e individualizada, era deficiente. A teoria de Michel Bréal foi eleita por Ribeiro a mais completa, pois dava uma ideia aproximadamente exata das leis que regulam a evolução do sentido das palavras. Todavia, a evolução tão esperada por Ribeiro só veio após a semiologia de Saussure.

Quando se traz à tona fontes dos gramáticos do século XX, pode-se ressaltar Karl Vossler (1872-1949), o qual buscou inspiração em Humboldt sobre a natureza da linguagem e em Benedetto Croce (1866-1952), filósofo italiano, de quem era amigo. Como Humboldt, Vossler aguçou os aspectos individual e criativo da competência linguística humana. Toda mudança na língua tem seu ponto de partida em inovações introduzidas pelo indivíduo em seus hábitos de fala. Vossler acreditava que o indivíduo fosse capaz de modificar conscientemente sua língua, e, é claro, havia falantes mais qualificados para mudá-la esteticamente.

Nessa historiografia, deve-se ressaltar a importância de neogramáticos como o inglês Joseph Wright (1855-1930), o francês Paul Jules Antoine Meillet (1866-1936), os fundadores da Linguística americana Franz Boas, Edward Sapir e Leonard Bloomfield, os quais contribuíram efetivamente para o estudo de língua, bem como a composição de uma gramática brasileira como a que vimos no século XX. Consoante Robins (1893, p. 151), “a doutrina neogramática foi resultado de cuidadosas reflexões e planejamentos, mas as críticas

e as reações hostis, respaldadas na teoria e no conhecimento, então existentes, foram imediatas”. Ainda assim, todo o conhecimento dos primeiros linguistas pode servir como base para a formação linguística dos linguistas brasileiros e também estiveram presentes, em alguma medida, nas gramáticas do século XX e que instruíram a grande maioria dos estudantes da época.

A Linguística, em formação segundo os neogramáticos, tomava novos rumos e, por isso mesmo, influenciava as gramáticas escritas no século que se iniciava. Bom lembrar que o século XIX foi marcado por estudos diacrônicos, e é importante salientar esse aspecto porque os primeiros linguistas do período novecentista foram formados no período cultural oitocentista.

Na linguística no século XX, vamos encontrar a mesma tensão das épocas anteriores entre o foco “universalista” e o foco “particularista” na abordagem dos fenômenos da língua e da linguagem. Esta tensão aparece explicitamente nas dicotomias de Saussure (langue e parole; significado e significante) e de Chomsky (competência e desempenho; estrutura profunda e estrutura de superfície), sendo que em ambos os autores o objeto da linguística é definido pelo viés do elemento “abstrato”, “universalista”, “sistêmico” e “formal” [...] (WEEDWOOD, 2002, p. 125).

Havia, na época, os que defendiam a língua como uma atividade social sujeita às pressões da ideologia. A intersecção entre a Linguística e outras ciências humanas como a psicologia, a neurologia, a antropologia entre outras, permitia que a Linguística saísse de seu núcleo duro, a microlinguística¹, para avançar em direção à interdisciplinaridade. Disso surgiram a sociolinguística, a psicolinguística, a análise do discurso, antropologia linguística, filosofia da linguagem

1 Microlinguística é a visão mais restrita, nela estão contidas a fonética e a fonologia, sintaxe, morfologia, semântica e lexeologia (WEEDWOOD, 2002, p. 12)

e, mais tarde, a historiografia linguística. Todas as áreas fartamente providas de bibliografia.

O Estruturalismo, costumeiramente, foi usado como rótulo para qualificar diferentes escolas de pensamento linguístico. Não é mérito de Saussure a inauguração do Estruturalismo, outros anteriores a ele já o haviam feito; dentre os de orientação estruturalista estão Humboldt e Whitney, principalmente. Saussure criou um método eficaz no estudo sobre a linguagem e aplicou-o à língua, nisto ele foi inovador, fez-se ruptura. Ele tomou a língua como uma estrutura, um sistema resultante da organização e aproximação de unidades linguísticas.

Muitas ideias esposadas por Saussure já haviam sido, de certa maneira, enunciadas quase um século antes por Humboldt [...] e embora se afirme que há ligações entre ambos, não se pode estabelecer com certeza até que ponto o pensamento do primeiro tenha sido diretamente influenciado pelo segundo (ROBINS, 1983, p. 162).

Certamente, Humboldt foi lido por Saussure e este, embora não o cite no *Curso de Linguística Geral*, deixou explícito e implícito seus preceitos linguísticos. Vale ressaltar, sobre a relação entre língua e nação, que Saussure (1972, p. 29) usou Humboldt para dizer que “os costumes duma nação têm repercussão na língua e, por outro lado, em grande parte a língua que constitui a Nação”.

Em suma, o Estruturalismo saussureano se resume em duas dicotomias que retratam o que Humboldt chamava de forma interna e externa, ou seja, para Saussure *langue* se opõe a *parole*, assim como forma se opõe a substância. Nesse caso, língua poderá significar sistema linguístico e a fala, comportamento linguístico. Segundo Saussure (1972, p. 127), “[...] a língua [...] é social em sua essência e independente do indivíduo [...] é necessária para que a fala seja inteligível e produza todos os seus efeitos [...] a fala [...] psicofísica [...]

faz evoluir a língua [...]”. Há uma interdependência da língua e da fala em que a primeira é instrumento e produto da segunda porque sem a língua não existiria fala.

Enfim, é na comparação entre a língua e a fala que se pode inferir enunciados que fazem com que as duas sejam distintas. Logo, não se pode esquecer que o objeto da Linguística, embora a fala seja muito importante, é a língua de cada comunidade, com seu léxico, sua gramática e sua fonologia internalizados. São essas características que permitem que todos os falantes entendam a língua da comunidade em que foram educados.

Apesar da influência sociológica, por intermédio de Durkheim, Saussure reconhece que o indivíduo não muda a língua, mas que as mudanças são introduzidas nela por meio da fala. No Brasil, esta era justamente a questão que causava polêmica desde fins do século XIX: “a questão da língua brasileira”.

A linguística estrutural foi um dos acontecimentos mais relevantes para o pensamento científico no século XX. O estruturalismo não ocorreu tão somente na linguística, mas entre outras áreas das ciências humanas: a antropologia, a sociologia, a psicologia. O mundo começava a ser pensado estruturalmente. Nesse momento, uma geração inteira de pensadores, como Jaques Lacan (1901-1981), Claude Lévi-Strauss (1908-2009), Louis Althusser (1918-1990) e Roland Barthes (1915-1980), evidenciava em suas obras o trabalho pioneiro de Saussure.

O regulador do funcionamento das unidades que formam o sistema linguístico são normas internalizadas desde cedo pelas crianças na fase de aquisição da língua. A língua é um conhecimento social adquirido na convivência com os outros integrantes do grupo. Saussure considerava tanto a parte social quanto individual da linguagem, o que ele chamava de *langue* e *parole*, porque a língua é um sistema supra-individual utilizado pelos falantes como meio de comunicação.

A língua é a parte essencial da linguagem depositada no cérebro de um conjunto de indivíduos que formam uma nação, uma co-

munidade linguística, cuja existência se pauta num contato explícito estabelecido pelos membros dessa comunidade, de acordo com Saussure (1972). Deduz-se, então, que um indivíduo sozinho não pode modificar ou criar uma língua.

Ao contrário, a fala constitui a parte individual da linguagem, um ato de vontade e inteligência que corresponde a dois momentos: as combinações feitas pelos falantes entre as unidades que compõem o sistema da língua, objetivando à expressão do pensamento e ao mecanismo psicofísico que permite ao falante exteriorizá-lo, por meio das combinações produzidas. É a maneira pessoal de atualização do código de uma língua por um determinado falante, num determinado tempo e espaço.

Em suma, o objeto de estudo da linguística estrutural é a língua e não a fala, a qual é tomada como secundária. O espírito da nação está contido na língua, o conhecimento comum a todos, aí se encontra a essência da atividade comunicativa, o que não significa que se possa estudar ou mesmo usar a língua independentemente da fala, pois há entre elas, língua e fala, uma estreita relação que não permite que elas sejam estudadas isoladamente.

O estudo diacrônico diz respeito às evoluções linguísticas, enquanto o sincrônico, de acordo com Saussure, é prioritário, já que permite revelar a estrutura essencial da linguagem. A partir das teorias saussurianas, os linguistas encontraram um ponto de partida para o desenvolvimento de novos métodos e teorias providas da escola de Praga, surgida em 1926, em que linguistas como Nicolai Trubetskoï (1890-1938) e Roman Jakobson (1896-1982) definiram um novo modelo de análise linguística.

Durante o I Congresso Internacional de Linguistas acontecido em 1928, em Haia, na Holanda, os integrantes da escola de Praga assinalaram a importância da Fonologia no sistema da língua com base nas distinções entre língua e discurso, propostas por Saussure. Sentiram a necessidade de traçar a distinção entre fonologia e foné-

tica, termos usados para definir a ciência dos sons. De acordo com os integrantes da escola de Praga, cabe à fonologia estudar as funções linguísticas dos sons: os fonemas. Enquanto a fonética se preocupa com a produção e as características dos sons da fala. A escola de Praga definiu o conceito de fonema como a unidade mínima do significante, situando-o, portanto, no plano da língua, assim como os traços distintivos e funcionais dos fonemas.

Também foram adeptos do Estruturalismo os representantes do Círculo de Linguística de Copenhague (1931) e também criadores da Glossemática, Viggo Brondal (1887-1942) e Louis Hjelmslev (1899-1965), inspirados nos conceitos saussurianos de língua e sincronia. Nos Estados Unidos da América, o Estruturalismo surgiu da necessidade de criar um método para descrever línguas desconhecidas e ágrafas, o que resultou num enfoque antropológico e etnológico desses estudos.

Destacam-se, nessa vertente, Boas e seus discípulos Sapir e Bloomfield, sendo que este último adotou o enfoque behaviorista definindo a linguagem como respostas a estímulos. Bloomfield concentrou seus estudos na morfologia e na sintaxe, e considerou a frase como unidade mínima analisável, que poderia ser segmentada em outros constituintes: frases, sintagmas, palavras, morfemas e fonemas. Tal modo de análise restringe a tarefa do pesquisador à identificação de leis de combinações desses segmentos.

As formulações propostas por Bloomfield sob a inspiração do behaviorismo representam, nos estudos linguísticos desenvolvidos nos Estados Unidos durante as primeiras décadas do século XX, uma oposição às ideias mentalistas que defendiam que a fala deveria ser explicada como um efeito dos pensamentos (intenções, crenças, sentimentos) do sujeito falante (COSTA in MARTELOTTA, 2008, p. 125).

No Brasil, o Estruturalismo foi tardio, e suas ideias foram divulgadas por Câmara Jr., a partir da década de 1940. Os preceitos da Linguística Gerativa foram disseminados, principalmente, por Chomsky, professor do Instituto de Tecnologia de Massachussets (MIT). Segundo Kenedy (apud MARTELOTTA, 2008, p. 127), “a linguística gerativa, ou gerativismo, ou ainda, gramática gerativa é uma corrente de estudos da ciência da linguagem que teve início nos Estados Unidos, no final da década de 1950 [...]”. O marco considerado como o início dessa corrente foi a publicação do livro *Estruturas sintáticas*, em 1957, por Chomsky.

A fim de explicar e descrever o funcionamento da linguagem humana, foi criado um método baseado na matemática e que combate o modelo behaviorista de Bloomfield. Os seguidores de Bloomfield destacavam que a linguagem humana era uma resposta produzida pelo organismo humano mediante estímulos da interação indivíduo e sociedade, cuja linguagem fosse um fenômeno externo ao indivíduo.

Chomsky, numa resenha sobre o livro *Comportamento verbal*, de Burrhus Frederick Skinner (1904-1990), apresentou uma dura crítica ao modelo de estudo da linguagem apresentada pelos behavioristas. Para Chomsky, o indivíduo é criativo com relação ao uso da linguagem, frases novas e inéditas são criadas pelos falantes a todo instante e todos eles têm essa mesma capacidade, seja ele autor de um clássico da literatura ou um analfabeto, e é justamente a criatividade o principal diferenciador entre a linguagem humana e a animal.

Chomsky acreditava na capacidade inata, genética, interna do organismo humano que constituía a competência linguística ou faculdade de linguagem, assim, todos os indivíduos nascem com a predisposição para aprender uma língua. A gramática gerativa explica que os seres humanos nascem dotados de uma faculdade da linguagem, que é um componente da mente/cérebro especificamente dedicado à língua “[...] todas as crianças [...] são dotadas da mesma

faculdade de linguagem” (NEGRÃO *et alii* in FIORIN, 2002, p. 96).

O conjunto de princípios linguísticos determinados geneticamente foi chamado de GU (Gramática Universal). De acordo com Kenedy (in MARTELOTTA, 2008, p. 135), entende-se “[...] por GU o conjunto das propriedades gramaticais comuns compartilhadas por todas as línguas naturais [...]”. A herança biológica funciona como um computador que proporciona àqueles que aprenderão uma língua, adquirir a gramática dessa língua.

Esse legado se construiu a partir dos estudos de muitos linguistas, filósofos e estudiosos da linguagem, como os citados aqui, e de forma muito contundente propiciou, mesmo que tardiamente, a formação de linguistas brasileiros nessas linhas de pesquisa. O que se pretende a seguir é verificar como e quanto a Linguística contribuiu para o desenvolvimento da Gramática Normativa no Brasil.

1.2 GRAMATIZAÇÃO E GRAMÁTICOS NO SÉCULO XX NO BRASIL

A Gramática é uma ciência milenar e, desde o princípio, está pautada na questão da preservação da boa linguagem, desde Platão e Aristóteles, essa denominação é seu eixo central. A tradição vem se desenvolvendo e absorvendo os usuários da língua de forma a fazê-los crer, que a aprendizagem dos termos lógicos e sintáticos vai levar à compreensão de como e por que escrever e falar corretamente. Ela sempre esteve centrada na metalíngua e em seu uso correto, principalmente, no que se refere à língua escrita, modelo a ser seguido numa gramática prescritiva.

Descrever a língua, esmiuçá-la e julgá-la certa ou errada, com base nos escritores literários, que marcaram época, é o modelo ainda usado atualmente, e que reforça a tradição herdada há séculos e induz ao argumento de que existe uma forma correta e única de utilização da língua. Segundo Margarida Petter (*apud* FIORIN, 2006, p. 19),

“essa tradição normativa serve de modelo ainda hoje, principalmente nos países onde há a preocupação de desenvolver e fortalecer uma língua padrão; ela fornece argumentos para se acreditar que existe uma única maneira correta de usar a língua”.

Quando se toma como modelo, “os falantes mais competentes”, isto é, aqueles que servem como exemplos para a gramática, para o uso da língua, se está desmerecendo a língua falada, julgando-a imperfeita e pobre. A ideologia disseminada por esse tipo de escolha é tida como verdades externas e irrefutáveis, propagadas como únicas e certas e que devem ser consideradas por todos aqueles que a falam. A língua é versátil, ativa e não pode apenas ocupar páginas de um manual de gramática ou de uma gramática da forma como se pretende que aconteça.

Era muito relevante nas gramáticas brasileiras, o fato de existir uma espécie de falante “melhor” que outros no que se refere à produção da língua. Pereira (1918) observava que as autoridades clássicas, como Alexandre Herculano, Antônio Feliciano Castilho e Gonçalves Dias, eram desses falantes mais qualificados para embelezar a língua, o que de fato confirma a teoria de Vossler, sobre uns indivíduos serem mais competentes que outros para esse fim. Os idealistas, segundo Robins (1983), estavam voltados para o uso da literatura, supervalorizando o papel estético no desenvolvimento das línguas. Essa filosofia ressoou até o século XXI.

Todos os exemplos das gramáticas brasileiras do século XX remetem a um indivíduo, que, por sua posição social e política, foi ou é melhor sabedor do uso da língua e, por isso, escreveu esteticamente melhor que os demais falantes. A gramática, por primar pela língua escrita e culta, tomou como verdadeiros os exemplos dos grandes poetas e prosadores.

Nas primeiras décadas do século XX, devido às mudanças sociais constantemente ressaltadas, havia um grupo seletivo de pessoas que sabia e falava “com mais perfeição” a língua portuguesa e pertenc-

cia à classe mais abastada que tinha condições de morar fora do país para estudar. Ou muitas vezes, estudavam nos dois grandes centros do país: São Paulo e Rio de Janeiro. A maioria absoluta dos gramáticos brasileiros, Eduardo Carlos Pereira, Said Ali, Napoleão Mendes, Evanildo Bechara, entre outros, destacaram-se porque faziam parte dessa elite e porque a forma de governo elitista previa isso.

Nesse sentido, a tradição gramatical divide-se em Gramática tradicional e Gramática normativa. A primeira, a qual se encontra no plano das ideias como inspiração de todo gramático de toda e qualquer língua, enquanto a Gramática normativa está no mundo fenomênico, da matéria, a descrição pura e simples da língua transformada em manual de bom uso, ou seja, uma receita para quem quer se comunicar em determinada língua. A Gramática tradicional é uma criação grega, e a segunda é a forma usada pelos gramáticos normativos brasileiros. Dessa forma, os gramáticos se desdobram para descrever a língua e privilegiam alguns usos, considerados e consagrados como deve ser o uso correto ou o melhor uso daquela língua.

A escola age como guardiã da língua que se acredita ser a língua certa e ainda como propagadora do manual sagrado que contém todos os usos escolhidos por alguns para a comunicação de todos. É na escola onde se obriga a estudar as regras e exceções do uso da língua de forma tão massacrante que as aulas se tornam “*chatas, enjoativas e enfadonhas*”. Ainda se sabe que nenhum daqueles que apregoam a boa linguagem faz uso dela em seu cotidiano, tome-se como exemplo o professor de gramática. A preocupação, no entanto, é o fato de a gramática tradicional ter passado incólume por uma revolução científica promovida por Copérnico, Galileu, Kepler, Newton e que fizeram ruir as concepções que foram geridas pelo homem durante dois milênios.

O Brasil viveu um longo período ditatorial que, de certa forma, influenciou a educação e, por isso, fê-la ser uma reprodução de um sistema opressor. O livro *gramática* era usado como livro didático nas

aulas de Língua Portuguesa, com carga horária, durante a década de 1960, de até 20 horas/aula semanais. Devido ao grande esforço para aprender a língua própria do falante, a gramática tornou-se a grande vilã da escola, a normatizadora de tudo, e ao mesmo tempo o objeto de desejo de todos os alunos e professores.

Na década de 1970, quando o ensino estendeu-se para todos aqueles que quisessem estudar, uma leva muito grande de alunos mal preparados e que desconheciam a língua falada pela escola invadiram-na e, assim, o ensino de gramática começou a decair. Na década seguinte chegaram os professores nem tão preparados assim, mas que falavam a língua do aluno e do povo. As ideias linguísticas estavam em processo de ebulição e fizeram com que muitos desses professores nem quisessem se pautar pelo ensino gramatiquero.

Mas quando se fala em gramática, fala-se do homem, da sociedade formada por ele e da necessidade que ele tem de interagir com os demais por meio da linguagem. É ele o responsável por codificar e decodificar o mundo e o faz por meio do pensamento, que é ontologicamente estruturado e que, por sua vez, estrutura a língua. Ele é o único animal político e capaz de articular os sons e produzir uma gramática da língua falada por sua comunidade.

Conforme Neves (2002), o homem valendo-se da sua capacidade de reflexão fala da linguagem e de seu desempenho com relação a ela. Como ser dotado de inteligência, ele guia suas atividades por meio de sua racionalidade e, desse modo cria, constrói sua própria linguagem, a qual propicia que ele seja um ser social, político e produtor de discursos. Ele compartilha o conhecimento já existente na sociedade buscando compreendê-lo. O usuário da língua é responsável pelo bom funcionamento dela e só por meio do conhecimento dela é que chega de fato a sua gramática e filologia.

O gramático pratica o julgamento com as obras do passado procurando distinguir suas virtudes e vícios para apontá-los aos usuários, elencando os modelos retirados do que ele considerava os melhores.

Todos os modelos de gramática são capazes de ditar regras, construir modelos, regular a combinação dos elementos linguísticos. Assim as obras de gramática ditam as regras do bem falar e do bem escrever.

A gramática tem o estatuto de *techné*, como está no Crátilo (431e): é a arte que regula a organização Dos *grámmata*. A gramática é o sistema regulador da combinação dos elementos linguísticos, constituindo o modelo da combinação dos elementos linguísticos, constituindo o modelo da combinação dos gêneros, como está no sofista (253a) (NEVES, 2002, p. 21).

O indivíduo que se vale da língua deveria falá-la e escrevê-la da forma mais esteticamente bonita, pautando-se nos moldes clássicos consagrados pela literatura. Nesse caso, as gramáticas estão repletas de bons modelos a serem seguidos. A filosofia e a gramática, constituintes da teoria do signo, complementam-se a fim de criar métodos que permitam desenvolver o pensamento e sistematizar os fatos da língua, a gramática se divide e se organiza.

A partir da metade do século XIX, quando no Brasil o estudo da língua portuguesa ganhou status dentro do ambiente intelectual da época, no afã de se provar a diferença entre português falado no país e em Portugal, desenvolveu-se o processo de gramaticalização brasileira que consistia em descrever e instrumentar a língua na base de dois pilares metalinguísticos: a gramática e o dicionário, segundo Sylvain Auroux (2009). A filologia legitimou a prática da gramática que, por sua vez, esteve ligada à ortografia, porque a língua escrita passou a ser regra. No século XX, com a proliferação da imprensa, a tipologia expandiu-se e a ortografia tornou-se um problema, assunto discutido desde as primeiras gramáticas.

Nesse clima, as gramáticas começaram a ser produzidas no Brasil, desligando-se da língua portuguesa. Bons gramáticos destacaram-se e as gramáticas portuguesas deixaram de ser usadas, cedendo terreno para as gramáticas nacionais, pois a orientação metodológica

tradicionalmente portuguesa deixou de nortear as gramáticas brasileiras. Os brasileiros optaram por assumir o processo de gramaticalização no país, e pelo menos duas linhas distintas passaram a ser seguidas: uma em São Paulo e outra no Rio de Janeiro.

Como explicou Pereira (1918), uma nova corrente de pensamento e direcionamento dos estudos gramaticais foi iniciada por Júlio Ribeiro. Daí duas correntes estavam no auge: a moderna, com ênfase para o elemento histórico, e a tradicional, que se preocupava com o elemento lógico na expressão do pensamento.

Tal divisão no aparecimento das gramáticas brasileiras estava diretamente ligada ao incentivo das instituições escolares e ao interesse da gramaticalização. Primeiro no Rio de Janeiro, em 1887, quando o professor do Colégio Pedro II, João Ribeiro, publicou a *Grammatica Portuguesa*, e, depois em São Paulo, em 1907, com a publicação do professor do Ginásio Oficial, Eduardo Carlos Pereira, *Gramática Expositiva* e, em 1914, a *Gramática Histórica*.

Duas filiações distintas, uma que reportava ao naturalismo de tradição anglo-germânica, como a gramática de Júlio Ribeiro; e outra ligada à Gramática Geral em que a linguagem era tomada como expressão do pensamento. Nesta linha, tem-se Eduardo Carlos Pereira, cuja *Gramática Expositiva* só enfraquece com a NGB, em 1959, enquanto Júlio Ribeiro só se qualificou na história da gramatização como lugar de referência, segundo Orlandi (2000, p. 22), “ele (Júlio Ribeiro) estabelece a ruptura que será mencionada por todos os gramáticos quando querem estabelecer uma filiação de gramática brasileira”.

Os estudos linguísticos no Brasil engatinhavam rumo a um novo caminho que conduziria ao futuro que esboçava soluções para problemas teóricos. A ciência linguística estava sendo desenvolvida e o período era regido pelo behaviorismo de Bloomfield. Nesse contexto, João Ribeiro se sobressaiu por um conjunto de características que o fizeram modelo para tantos outros.

A diferença entre João Ribeiro e Júlio Ribeiro estava na filiação

e na definição de gramática para cada um. Para o primeiro, gramática era regra, uma definição mais formal, já, para o segundo, fatos. João Ribeiro estava pautado pelo trabalho desenvolvido pelos neogramáticos em que as leis representavam tendências de um determinado grupo. A gramática era dividida em geral, particular e portuguesa, segundo Júlio Ribeiro. João Ribeiro concordou com as duas primeiras e acrescentou a gramática histórica e a gramática comparativa. A última é atualmente o que se chama de gramática geral.

A preferência pela gramática histórica está declarada no prólogo da 2ª edição, de Ribeiro (1898, p. III), ao dizer que deu maior incremento à parte histórica. Gramática e dicionário eram inseparáveis para ele, que considerava o dicionário uma forma de ensino de fatos isolados e a gramática de fatos gerais. A gramática foi tida como norma desde Maximino Maciel (1866-1923) e para João Ribeiro não foi diferente, gramática era norma, arte de falar e escrever corretamente praticada pelas pessoas doutas.

Um defeito de João Ribeiro era a assistemática e falta de curiosidade, quesitos imprescindíveis para um pesquisador. Ele repugnava o espírito geométrico e era seguidor de Vossler, fonte de todos os seus livros. Apesar disto, a Gramática superior de Ribeiro merece reconhecimento por seu manancial de interpretação e soluções. Ao contrário de Ribeiro, Said Ali propunha uma sistematização nítida e uma formulação estruturada em sua gramática.

Esse último gramático estava incluído no grupo dos cariocas. Ele escreveu num período em que um grande número de gramáticas era publicado, revelando uma preocupação com a organização dos fatos linguísticos, para que se firmasse a influência da ciência da linguagem dos neogramáticos, no século XIX, na Europa, ou seja, a orientação histórico-evolutiva. O diferencial de Said Ali se regulava pelo profundo conhecimento da Linguística europeia, especialmente a alemã, do seu tempo. Encontrou nos neogramáticos as bases doutrinárias para sistematizar os fatos gramaticais portugueses. Era ele

um estruturalista reconhecido por entender a dicotomia saussureana: diacronia, estudo da evolução da língua, e sincronia, estudo descritivo da língua, segundo Câmara Jr. (1975).

A preocupação com a gramática era tamanha que, vinte artigos da *Revista Brasileira de Linguística teórica e aplicada* foram dedicados a esse tema. As tentativas de elaboração desse novo modelo apresentaram características muito especiais como a ruptura com a tradição gramatical ou gramática tradicional, tanto na dimensão descritiva quanto na pedagógica. De acordo com Altman (1998), desenvolveu-se de forma enfática a negação da dimensão histórica e da dimensão “superficial” da língua.

O imposto na recepção de teorias gerativas nas relações entre as sentenças, a preferência do recurso à intuição do linguista como forma de obtenção de dados, fórmulas e diagramas e a preocupação com a teorização eram características presentes nessa nova proposta gramatical. Segundo Altman (1998, p. 201), “não se pode dizer que todos os linguistas estivessem engajados na reelaboração da gramática do português, nos mesmos modelos alternativos ao chamado gerativo-padrão: categorial, polissêmico, casual, construtural”.

Após o período de gramatização no Brasil, nas primeiras décadas do século XX, a gramática constituiu-se como livro didático nas aulas de Língua Portuguesa, e aos poucos, foi sendo substituída pelos manuais de gramática, pois esses continham todo arcabouço teórico e metodológico da disciplina e, mais tarde, da Linguística, que já se constituía como ciência autônoma, a partir das duas últimas décadas do século XX; e segundo, após perder lugar para os manuais, como meio de consulta para quem quer saber regras, normas e nomenclatura.

Ainda no século XX, continuavam avançando os estudos linguísticos, amparados por grandes nomes como Chomsky, Labov, Greimas, Propp, Bloomfield e outros, os quais eram seguidores dos primeiros, os comparatistas e neogramáticos, e que fizeram avançar ainda mais a Linguística como ciência, e novos adeptos foram con-

quistados no Brasil. Com exceção de Bloomfield, todos os outros se ligaram de maneira muito contundente com Saussure.

Indiscutivelmente, a gramática era um livro inquestionável do ponto de vista das regras estabelecidas por ela, dos autores que ela autoriza e defende. No entanto, a sociedade, para não deixá-la perder sua autoridade linguística, opta por incorporar as possíveis mudanças históricas, educacionais, sociais e linguísticas nos manuais de gramática, os quais condensam as pressões políticas e as variações da tipologia textual e da linguagem.

REFERÊNCIAS

ALTMAN, Cristina. *A pesquisa linguística no Brasil (1968 – 1988)*. São Paulo: Humanitas, 1998.

ARISTÓTELES. *Retórica: obras completas*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2005.

AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Trad.: Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

BLOOMFIELD, Leonard. *An introduction to the study of language*. Memphis, Tennessee – USA: H. Holt and Company, 1914.

CAMARA Jr., Joaquim Mattoso. *História da linguística*. 6ª Ed. São Paulo: Editora Vozes, 1975.

FIORIN, José Luiz (org.). *Introdução à Linguística: objetos teóricos*. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. *Linguagem e ideologia*. São Paulo: Ática, 2003.

KOERNER, Konrad. *Questões que persistem em Historiografia Linguística*. In: Revista da ANPOLL, Nº 2, pp. 45-70, 1996.

- MARTELOTTA, Mário Eduardo (org.). *Manual de Linguística*. São Paulo: Contexto, 2008.
- MILANI, Sebastião Elias. *As ideias linguísticas de Wilhelm von Humboldt*. FFLCH/USP, São Paulo, 1994. Dissertação Mestrado.
- MILANI, Sebastião Elias. *Historiografia Linguística: língua e linguagem*. Extensão e Cultura Goiânia/UFG, 2008.
- MOUNIN, Georges. *Introdução à Linguística*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1968.
- NEVES, Maria Helena de Moura Neves. *A gramática: história, teoria e análise, ensino*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Fontes, 2000.
- PEREIRA, Eduardo Carlos. *Gramática Expositiva*. 7 ed. São Paulo e Rio de Janeiro: Weiszflog Irmãos, 1918.
- RIBEIRO, João. *Grammatica Portugueza*. Curso superior. 8. ed. Rio de Janeiro: Livraria de Francisco Alves, 1898.
- ROSA, Maria Carlota. *Introdução à Morfologia*. São Paulo: Contexto, 2008.
- ROBINS, R. H. *Pequena História da Linguística*. Trad.: Carlos Eduardo Falcão Uchôa. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1983.
- SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Editora Cultrix, 1972.
- WEEDWOOD, Bárbara. *História concisa da Linguística*. 5. ed. São Paulo: Parábola, 2002.

LEONARD BLOOMFIELD E A LINGUÍSTICA ESTRUTURALISTA NORTE-AMERICANA

Dr. Jônatas Gomes Duarte (UFT)

INTRODUÇÃO

Este capítulo tem a finalidade de demonstrar a relevância dos ensinamentos da teoria descritiva de Leonard Bloomfield para a Linguística estruturalista norte-americana. A pesquisa seguiu os pressupostos teóricos e metodológicos da Historiografia Linguística (HL), cujos principais objetivos são: descrever e explicar como se produziu e desenvolveu o conhecimento linguístico em um determinado contexto social e cultural, através do tempo.

Leonard Bloomfield (1887-1949) estudou na Universidade de Harvard e se formou em 1906, seu doutorado foi pela Universidade de Chicago, recebeu o título de doutor em 1909. É reconhecido como grande expoente da linguística estruturalista norte-americana. Desenvolveu pesquisas em vários idiomas, e trabalhou no agrupamento dos idiomas nativos norte-americanos. Foi membro fundador da Sociedade Linguística da América, em 1924. Seus principais livros foram: *An introduction to the study of language* (1914) e *Language* (1933).

Segundo Passos (2004), nas obras bloomfieldianas são abordadas as seguintes temáticas: a história dos estudos linguísticos desde a antiguidade; a base teórica do autor que é fundamentada na concepção fisicalista e behaviorista que a linguagem possui na vida

dos falantes e ouvintes; a linguística descritiva e sincrônica, com seus principais tópicos, a fonologia, o significado, a gramática, a sintaxe e a morfologia; a linguística histórica e comparativa; estudos sobre a dialetologia.

A obra de Bloomfield marcou o início do descritivismo nos Estados Unidos, pois foi considerada a mais grandiosa da linguística do século, nas décadas seguintes à sua publicação. Contudo, os métodos bloomfieldianos elencados fizeram com que fosse considerada a existência de uma linguística pós-bloomfieldina nos Estados Unidos.

A influência desse, que foi chamado “o maior livro de linguística publicado em nosso século, deste ou do outro lado do atlântico”, foi tal que podemos considerar bloomfieldiana, ou pós-bloomfieldiana, a linguística americana dos trinta anos seguintes a 1925 (LEPS-CHY, 1975, p. 88).

No começo de sua vida acadêmica Bloomfield foi diretamente influenciado pelo behaviorismo, uma corrente teórica da psicologia que se baseia no estudo do comportamento. Suas ideias foram fundamentadas pela aproximação do significado com os princípios behavioristas. Um teórico que influenciou diretamente Leonard Bloomfield foi Wilhelm Wundt (1832-1920): “Wundt baseou sua psicologia do discurso sobre toda e qualquer descrição acessível da língua” (BLOOMFIELD, 1933, p. 18, tradução nossa).

A decisão por optar pelo behaviorismo foi uma tentativa que Bloomfield fez para seguir a escola teórica daquele momento que desenvolvia teorias científicas sobre o estudo comportamental do universo. Essa posição foi defendida por Harris:

É possível, é claro, estudar o discurso como o comportamento humano, para gravar os movimentos fisiológicos que estão envolvidos na articulação, ou a situação cultural e interpessoal em que o discurso ocorre, ou as ondas sonoras que resultam da atividade

de de falar, ou as impressões auditiva adquirida pelo ouvinte. Poderíamos tentar regularidades na descrição de cada um desses corpos de dados (HARRIS, 1951, p. 4, tradução nossa).

Segundo Bloomfield (1933), somente a partir no século XIX surgiu teorias linguísticas que foram reconhecidas como sendo científicas, isso ocorreu por causa do desenvolvimento do método descritivista que buscava características gerais da língua: “Somente no século passado ou a partir daí que a linguagem tem sido estudada de forma científica, pela observação cuidadosa e abrangente” (BLOOMFIELD, 1993, p. 3, tradução nossa).

De acordo com Hall (1970), na teoria bloomfieldiana a linguística apresenta uma determinada orientação metodológica, ao contrário dos linguistas contemporâneos de Bloomfield, pois mesmo que se tenham esforçado para aprimorar um método de descrição sincrônica, não tiveram êxito na formulação de um método mais claro e completo. “Bloomfield foi o primeiro a demonstrar a possibilidade e exemplificar por meio de uma abordagem científica unificada para todos os aspectos da análise linguística: fonética, morfologia, sintática; sincrônica e diacrônica” (HALL, 1970, p. 549).

Leonard Bloomfield foi responsável pela formação de muitas gerações de pesquisadores da linguagem não apenas nos Estados Unidos da América, mas também, em todos os principais centros de pesquisa linguística da contemporaneidade. No entanto, apesar da importância de suas ideias, e do longo alcance da sua perspicaz concepção, Bloomfield não encontrou entre os brasileiros até então quem lhe fizesse justiça, realizando a tradução de suas obras para o português, concedendo assim o destaque que lhe faz jus.

METODOLOGIA

O trabalho desenvolvido se define como um estudo de Historiografia Linguística (HL), compreendida como uma estratégia metodológica que consiste na abordagem de técnicas apropriadas, e em situações específicas. Portanto, o trabalho teórico está vinculado aos pressupostos da HL, pois visou a descrever e a analisar como Leonard Bloomfield desenvolveu seu pensamento acerca dos estudos da língua, mostrando como aplicou teorias linguísticas tanto concernentes a sua época quanto pertencentes há um tempo anterior.

Em qualquer obra a HL é composta pelos pressupostos da interdisciplinaridade, por meio de uma visão holística. Sendo assim, filia-se a sete regiões do conhecimento: a História, a Literatura, as Artes, a Sociologia, a Filologia, a Psicologia e a Filosofia. Tomando por empréstimo de todas as áreas algo técnico para promover uma revisão do documento (MILANI, 2011). A HL “se interessa pelas mínimas e ínfimas historinhas, ela se interessa em juntar a ação dos grandes pensadores com esses substratos sociológicos e intelectuais” (MILANI, 2011, p. 15).

Segundo Milani (2011), deve-se seguir algumas etapas para desenvolver um trabalho historiográfico linguístico. As etapas indicadas quando o objeto for um indivíduo/autor/obra completa, como o proposto neste artigo são as seguintes:

- 1º estabelecer uma biografia básica, vinculada à área temática pesquisada;
- 2º estabelecer os conceitos básicos produzidos, numa síntese precisa;
- 3º vincular os fatos da vida pessoal e científica/acadêmica e conceitos às instituições e às pessoas a ele relacionadas;
- 4º verificar fontes preceptoras e fontes escritas;
- 5º mapear os conceitos das fontes;
- 6º descrever os métodos ou o método;
- 7º vincular o método às ciências com suas respectivas fontes;
- 8º verificar o traço diferenciador do método do autor;
- 9º mostrar a contribuição de seu

método para os conceitos e 10º relatar os avanços da obra (MILANI, 2011, p. 33).

Ao sugerir um texto como objeto de estudo historiográfico, o linguista acaba escolhendo também o conteúdo de um determinado contexto histórico e sociocultural de uma época ou lugar. Neste caso a função do historiógrafo linguista será: “(...) compreender esse texto como refração das fontes formadoras, da prática cultural e da ordem de coisas presentes no contexto do texto-discurso” (MILANI, 2011, p. 10).

A INFLUÊNCIA SAUSSURIANA EM BLOOMFIELD

O desenvolvimento das teorias estruturalistas foi o grande marco para a consolidação e o aumento das pesquisas relacionadas à linguística contemporânea. Os linguistas que pertenciam a este movimento, tanto os europeus quanto os norte-americanos, foram importantíssimos neste processo.

Segundo Passos (2004), Saussure, na Europa, e Bloomfield, nos Estados Unidos, são considerados os grandes expoentes da ciência da língua e da linguagem, que suscitaram os grandes mentores da linguística do século XX, isso ocorreu por causa de suas obras e devido às relevâncias de suas ideias. Deve-se a ambos a formação das escolas mais importantes da linguística moderna. No entanto, enquanto as ideias de Saussure receberam entre os estudiosos brasileiros uma imediata acolhida e aceitação, as relevantes contribuições de Bloomfield não receberam o mesmo tratamento, haja vista que até hoje não houve uma única tradução de suas obras para a língua portuguesa brasileira, ficando, desse modo, desconhecido para aqueles que não dominam a língua inglesa.

Bloomfield veio da escola neogramática da linguística. Isso significa que ele se concentrou sobre os aspectos históricos e a evolução das línguas. Ele estudou línguas específicas, sua história e como

as palavras são geradas. Bloomfield e Saussure estudaram a língua como uma estrutura e com uma base científica. A principal diferença é que Bloomfield estudou a linguística diacrônica: o seu desenvolvimento histórico e comparativo. Saussure mostrou a teoria sobre os estudos da língua sincronicamente e diacronicamente. Ao comparar a língua ao jogo de xadrez explicou que não há necessidade de saber que a história se movimenta, ou seja, você pode entender o sistema só de olhar para o tabuleiro a qualquer momento. Este é o estudo sincrônico da língua.

Outra diferença marcante é que Bloomfield nunca sugeriu que era possível descrever a sintaxe e a fonologia de uma língua em total ignorância do significado das palavras e frases. Sua visão era incompleta, pois ele estudou parte do sistema e não o todo. Em contraste, Saussure estudou a língua como um sistema, incluindo todos os seus aspectos. Ele considerou que o sistema possui três propriedades: 1. Integridade, desde que o sistema funcione como um todo. 2. Transformação, o sistema não é estático, pois é capaz de mudar. 3. Autoregulação, que está relacionada com o fato de que os novos elementos podem ser adicionados ao sistema, mas a estrutura básica dele não pode ser alterada.

Bertucci (2008) destacou que Bloomfield, de maneira particular, aplicou nos Estados Unidos a teoria estruturalista Saussuriana, privilegiando, por sua vez, a descrição das leis do sistema linguístico, herdando do linguista europeu o “fazer linguístico sincrônico”. Fato é que inúmeros conceitos, conhecidos em linguística, foram inaugurados e utilizados pelos estruturalistas, dentre os de maior destaque estão o de estrutura e sistema. De fato, há certa confusão da parte de Bertucci, Blomfield adotou esses conceitos de Humboldt, dos conceitos de forma interna e da forma externa da língua.

Apesar dessa verossimilhança, nota-se diferença conceitual significativa entre o estruturalismo orientado por Saussure na Europa e o americano defendido por Bloomfield, nos Estados Unidos.

A terminologia estrutura, entendida como sistema, é característica defendida pelo estruturalismo europeu, enquanto o estruturalismo sobre orientação bloomfieldiana defende a ideia de distribuição de elementos, mediante a capacidade de associação ou substituição.

A TEORIA ESTRUTURALISTA BLOOMFIELDIANA

Para entender a teoria estruturalista bloomfieldiana, é importante anotar que o estruturalismo norte-americano teve como precursor Franz Boas, formado pela escola de neogramáticos europeus, especialista em línguas ameríndias, autor do *Handbook of American Indian languages*, obra particularmente importante para a linguística descritiva (LEPSCHY, 1975, p. 79). Logo, nota-se que a teoria estruturalista foi condicionada pela análise descritiva das centenas de línguas ameríndias no final do século XIX.

Lepschy (1975) salienta que foi a partir da segunda década do referido século, também alavancada pelo progresso das telecomunicações, que a Linguística estruturalista nos Estados Unidos ganha força, período em que os autores se esmeraram no cuidado em descrever as línguas sincronicamente, buscando atender às exigências requeridas para a compreensão das línguas ameríndias e ao ensino e aprendizagem das línguas desconhecidas.

Nesse contexto, destaca-se o trabalho do Edward Sapir, discípulo de Boas e autor de *Language* (1921). Sapir a exemplo de Saussure fez ressalvas ao caráter da linguagem como modelo geral, fundamentando, portanto, o alicerce e/ou o caminho da linguística estrutural americana. Todavia, ao falar do fato linguístico e/ou da estrutura de uma língua ele foi cauteloso. Provavelmente, o conhecimento por ele adquirido nas diversas áreas o tenham impedido de enveredar por uma definição simplista da estrutura (BERTUCCI, 2008).

Lepshy (1975) endossa essa afirmativa quando expressa que foi a partir de 1920 que a Linguística da Europa desenvolveu caracterís-

ticas específicas em relação àquela desenvolvida nos Estados Unidos, quando se delineou uma direção estruturalista firmada nas concepções de Sapir e de Bloomfield. Lepschy reitera que apesar desse primeiro linguista diferir do último quanto à metodologia, visto que Sapir não considera necessário indicar métodos rigorosos e objetivos, mecanicamente aplicáveis para controle e verificação de afirmativas, inclusive, criticando severamente aqueles que solucionam problemas da ciência utilizando-se do rigor naturalista do método científico, ambas as correntes se indicam, tendo métodos oriundos da psicologia mentalista (de Sapir) e comportamentista (de Bloomfield).

Todavia, importa notar que tanto Bloomfield quanto Sapir pretenderam reconstruir as civilizações primitivas, cujas estruturas linguísticas consideravam indissociáveis do contexto social e cultural em que se haviam originado. E, embora Sapir tenha se oposto às concepções materialistas de Bloomfield, foi de igual modo influenciado pelas teorias sociológicas advindas da Europa, uma vez que para ambos a língua constituiu uma herança cultural (LEROY, 1971).

Bloomfield, embora tenha recebido de Boas e de Sapir a influência de um estudo voltado especialmente para as línguas ameríndias, reconhecido e valorizado os estudos históricos da linguagem, teceu críticas ao caráter psicológico, mentalista e pseudo-explicativo de tais estudos, propondo que se substitua esse processo pela “generalização indutiva, com base no estudo descritivo da linguagem” (LYONS, 1987, p. 62).

Influenciado pelo Behaviorismo das ciências naturais, o linguista americano adota nova perspectiva para obter o máximo rigor científico no estudo da linguagem - mediante a utilização da teoria behaviorista em sua análise linguística - e define o uso da linguagem mediante a concepção materialista (mecanicista e não dialética) e comportamentista (em termos de estímulo e reação), em que a língua pode ser analisada como um sistema, cujos elementos se organizam por certo comportamento geral. Para ele: “o comportamento não é

considerado uma doutrina psicológica particular, mas é identificado com o método científico *tout cour*” (LEPSCHY, 1975, p. 92).

Essa necessidade de encontrar princípios metodológicos apropriados para a análise das línguas ameríndias, em sua maioria ágrafas e desconhecidas, levou Bloomfield a desenvolver enfoque antropológico e etnológico em seus estudos, dando origem ao descritivismo bloomfieldiano, cuja orientação ao linguista é proceder, mediante uma posição empirista e positivista em relação ao fato observado, uma pesquisa *verdadeiramente* científica (BERTUCCI, 2008).

Harris (1951) afirma que essa prerrogativa precisa levar em conta o fato de que linguística descritiva deve ter como universo de trabalho, uma língua, especificamente, logo, ela não configura a busca por prover uma descrição única para todas as línguas, visto que em uma mesma língua podem existir dialetos que tenham regularidades diferentes entre os elementos.

Ao comentar o caráter mecanicista e comportamentista do descritivismo bloomfieldiano, Leroy (1971, p. 157) comenta: “Bloomfield não deixou de chocar muitos de seus compatriotas ao defender uma teoria do tipo claramente materialista - deixando à parte a consciência que é inacessível, ele explica o mecanismo da comunicação pelo jogo de estímulo e reações”.

Essa concepção mecanicista do comportamentismo (behaviorismo) se resume em termos de estímulo e resposta e é feito através do esquema S-r-s-R, no qual “um estímulo externo (S) leva alguém a falar (r), esta resposta linguística do locutor constitui para o ouvinte um estímulo linguístico (s) que provoca uma resposta prática (R)” (LEPSCHY, 1975, p. 89). S e R são, portanto, “eventos práticos” que pertencem ao mundo extralinguístico. Diante desta prerrogativa, Bloomfield acredita, em análise geral, que tanto a divisão do trabalho quanto todo o funcionamento da sociedade humana se efetua em detrimento da linguagem.

Bertucci (2008, p. 74) afirma que, para Bloomfield:

A teoria mentalística baseia-se no espírito (ou na mente). O espírito é quem decidirá a resposta ao estímulo. A teoria mecanicista, afirmará Bloomfield, diz a variabilidade da conduta humana (inclusive a fala) acontece graças à complexidade do corpo humano. As ações humanas são partes das “sequências” de causa e efeito, como na física ou na química. Mas, pela complexidade, o corpo humano é uma estrutura mutável. E o sistema nervoso é o responsável pela mutação: causa-efeito *versus* estímulo-resposta. É por isso que não é possível saber que reposta um ouvinte dará a um estímulo.

A solução mecanicista escolhida pelo linguista se justifica quando se considera que o sistema nervoso é o responsável pelo funcionamento da linguagem e por ser um “mecanismo de gatilho” que permite a execução de ações complicadas após um estímulo aparentemente negligenciável, a exemplo das minúsculas percussões das ondas sonoras na membrana do tímpano. Embora pareça esta colocação ao extremo comportamentista, Lepschy (1975) aponta que Bloomfield a propõe por considerá-la coerente com o universo, sendo esta teoria mentalista considerada adequada e em alguns casos, a única possível para se elucidar questões a serem encaradas pelo linguista, na atualidade, inclusive.

A partir da década de 1950, a busca descritivista pelas regularidades na língua conduziu seguidores da escola bloomfieldiana a lançarem manuais e livros que divulgavam as ideias do descritivismo. Dentre os autores, destacam-se Gleason (1978) e Harris (1951).

O primeiro lançou um manual de linguística descritiva que elucidava a importância da linguagem no estudo de outras disciplinas, defendendo que a linguagem se liga intimamente aos problemas humanos e sobre eles exerce influência tão profunda que a compreensão dos mecanismos a ela adjacentes são fundamentais, uma vez que podem contribuir para a resolução de situações inusitadas. Bertucci

(2008) afirma que este convincente discurso atraiu muitas pessoas e influenciou na inserção da linguística descritiva no currículo de diversas universidades americanas.

Harris (1951) destacou que, na linguística descritiva, as falas (*utterances*) do *corpus* de uma língua em análise devem ser capazes de mostrar a regularidade de todas as falas da língua. Neste aspecto, Bertucci (2008, p. 76) comenta:

Para os descritivistas, um *corpus* de análise bem definido pode mostrar não só as regularidades da língua para aquelas falas escolhidas, mas é uma amostragem da língua como um todo. Assim, as regularidades do *corpus* são as regularidades da língua e a distribuição dos elementos nas frases do *corpus* será a mesma para aquelas que estão fora dele. Em outras palavras, escolher algumas falas não é manipular a análise ou não dar conta das falas não analisadas. Essa é a questão da previsão, que decorre do método dedutivista.

Desse modo, esse autor sustenta que se os elementos da língua - fonológicos e morfológicos - forem definidos pelo linguista, será possível representar a língua por meio da descrição das regularidades e das relações que existem entre os elementos definidos, podendo este trabalho minucioso, conforme Gleason (1978), gerar uma gramática descritiva (e não prescritiva), caso o linguista consiga uma generalização adequada e a partir do *corpus* pesquisado, delinear regras da língua estudada.

Uma gramática descritiva adequada proporciona uma descrição para qualquer frase da língua. Esta descrição é uma seleção de regras que, quando bem combinadas, definem um esquema básico que se pode considerar exemplificando por uma frase dada (GLEASON, 1978, p. 214).

Bloomfield (1933) privilegia o estudo da fala (observação normal da fala), dos sons da língua. O fonema é por ele considerado parte da língua conectada com o significado e essencial para a comunicação e defende serem os fonemas que possibilitam identificar a distribuição dos elementos da língua. Ele acredita que os dialetos de uma língua, embora possam apresentar uma distribuição diferente dos elementos da fala, a escrita vai se mostrar igual. Em razão desta constatação, sustenta que o estudo da escrita é indispensável, devendo ser feito por outras abordagens, a exemplo da literatura.

Todavia, vale ressaltar que Bloomfield exclui de suas considerações, quase completamente, alusões à significação ou à semântica. Ele remeteu o estudo do significado às várias ciências particulares, reservando à linguística apenas a definição rigorosa dos significados “gramaticais” (LEPSCHY, 1975, p. 133).

Bertucci (2008, p. 77) assinala que sobre significado de uma forma linguística (*meaning*), Bloomfield aconselha:

O pesquisador deve defini-lo como a situação em que o falante pronuncia algo e o ouvinte responde. Em outras palavras, deve ser entendido a partir da visão behaviorista do estímulo-resposta. Mas ele faz uma ressalva: os significados dados pelas diversas ciências aos seus objetos são variados e imprecisos.

De acordo com Bloomfield “o significado é, portanto, o ponto fraco do estudo da língua, e permanecerá assim até que o conhecimento humano avance para além de seu estado atual” (BLOOMFIELD, 1933, p.140, tradução nossa).

Essa afirmação bloomfieldiana é motivo de críticas da parte de Benveniste (1988), pois este considera que tanto Bloomfield quanto Harris não consideraram a questão do significado em seus estudos, o que contraria, segundo ele, a própria teoria descritiva, visto que toda descrição deve supor que o objeto tenha um significado e é isso que faz com que a estrutura funcione numa língua.

No entanto, Bloomfield (1933) rebate críticas ao afirmar que é função de outras ciências o estudo do *significado* e não da linguística e reitera sua afirmação ao considerar a limitação a que o linguista é exposto, devido ao próprio desconhecimento humano. No entanto, nota-se que ele não nega a existência do significado, mas a possibilidade de conhecê-lo. Desse modo, reconhece a limitação do linguista da época: “Embora o linguista não possa ir longe em direção à explicação de coisas práticas, ele tem a tarefa de classificar formas linguísticas onde seu significado tem sido determinado por alguma outra ciência” (BLOOMFIELD, 1933, p. 508, tradução nossa).

AS CONTRIBUIÇÕES BLOOMFIELDIANA PARA A LINGUÍSTICA

Leonard Bloomfield estabeleceu a escola de pensamento que veio a ser conhecida como linguística estruturalista norte-americana, que dominou o campo da linguística até o surgimento da Gramática Gerativa em 1960.

Bloomfield repudiou à existência de todas as construções mentalistas e também a visão clássica de que a estrutura da língua reflete a estrutura do pensamento. Para ele, a estrutura da linguagem foi o objeto central de estudo linguístico e, portanto, da ciência cognitiva. Bloomfield ensinou que toda a estrutura linguística poderia ser determinada pela aplicação de procedimentos analíticos, iniciando com as menores unidades que combinam som (características vocais) e significado (características de estímulo e reação), chamado morfemas (BLOOMFIELD, 1926, p. 130).

Bloomfield mostrou como identificar morfemas, e logo em seguida passou a mostrar como identificar as unidades menores (isto é, os fonemas, definidas como unidades mínimas de características vocais distintas) e outras maiores (palavras, frases e sentenças). Desenvolveu ricas teorias de morfologia e sintaxe. Em morfologia,

prestou atenção especial ao cuidado das alternâncias fonológicas de vários tipos, que levaram ao desenvolvimento da teoria moderna da morfofonêmica (BLOOMFIELD, 1939).

Na sintaxe, Bloomfield gerou tanto entusiasmo com a análise sintática que os seus alunos pensaram que estavam fazendo sintaxe, pela primeira vez na história da linguística (HOCKETT, 1968, p. 31). Não desenvolveu sua teoria da semântica do mesmo modo que fez com suas teorias da fonologia, da morfologia e da sintaxe, contentando-se principalmente com a nomeação das contribuições semânticas de vários tipos de unidades linguísticas.

Por exemplo, chamou as propriedades semânticas dos morfemas de “sememas”, as formas gramaticais de “episememes” (BLOOMFIELD, 1933, p. 62-166). Sustentou que, enquanto as propriedades fonológicas de morfemas são analisáveis em partes (ou seja, fonemas), sememas são inanalisável: “Não há nada na estrutura de morfemas como lobo, raposa, cachorro e para nos dizer a relação entre os seus significados, isto é um problema para o zoólogo.” (BLOOMFIELD, 1933, p. 162, tradução nossa).

Entretanto no final da época áurea da linguística estruturalista norte-americana, essa visão foi repudiada, (GOODENOUGH, 1956; LOUNSBURY, 1956) e a afirmação de que existem unidades submorfêmicas de significado foi incorporado pelas primeiras teorias da gramática gerativa (KATZ e FODOR, 1963).

Bloomfield estava ciente de que para uma teoria behaviorista de significado, como a sua, ser bem sucedida, ele teria que explicar as propriedades semânticas das formas linguísticas, como o palavras em inglês “not” e “and”, e também estava ciente da dificuldade desta tarefa. Sua tentativa de definir a palavra “not” é particularmente reveladora. Depois de defini-la como “o inibidor da linguística na nossa comunidade de fala”, ele escreveu: “O enunciado, em uma frase, da palavra “not” produz uma frase que a resposta simultânea para ambas as frases e a frase paralela sem o “not” não pode ser feita” (BLOOM-

FIELD, 1935, p. 312, tradução nossa).

Em suma, Bloomfield estava tentando reduzir a lei lógica da contradição com uma declaração sobre possíveis pares de estímulo-resposta. No entanto, essa redução não é possível. Nenhuma teoria semântica que contém a lei da contradição como um de seus princípios é expressa em termos comportamentais. Contudo, a linguística estruturalista norte-americana falhou não foi por causa das suas insuficiências na fonologia, morfologia e sintaxe, mas porque o behaviorismo não fornece uma base adequada para o desenvolvimento de uma teoria semântica para as línguas naturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo teve a finalidade de demonstrar a relevância dos ensinamentos da teoria descritiva de Leonard Bloomfield para a Linguística estruturalista norte-americana, mediante a apresentação das características gerais do estruturalismo desenvolvida pelo linguista, denominado descritivismo. Enfocando as contribuições dos estudiosos da área da linguagem para o progresso dos estudos linguísticos, contribuições estas que tornaram a linguística uma ciência com um método definido, permitindo assim os avanços e a ampliação dos estudos linguísticos na contemporaneidade.

Para Bloomfield, o reconhecimento da linguística como ciência está diretamente ligado a utilização de seus métodos para observar e descrever o comportamento dos elementos de uma língua. Conforme Lepschy (1975), este método de análise foi o principal objeto de pesquisa da teoria neobloomfieldiana ou distribucionalistas, estando entre os estudiosos mais importantes: Bernard Bloch, George L. Trager, Robert Anderson Hall e Zellig S. Harris.

A preocupação com a descrição das línguas se faz presente desde início do século XIX, período em que a linguística histórica buscou classificar as línguas do mundo de acordo com suas afiliações,

mediante a descrição do desenvolvimento histórico delas. Este processo induziu à criação de teorias e análises de várias vertentes da linguística. Foi a partir destes desdobramentos que surgiu a linguística estrutural, tendo Ferdinand de Saussure como precursor na Europa e Leonard Bloomfield como um dos pioneiros nos Estados Unidos.

Um dos fatores que levou Leonard Bloomfield a optar pela abordagem descritiva foi uma reação crítica ao ensino prescritivo nas escolas tradicionais e a rejeição às variantes por estas instituições; uma forma encontrada por ele de defender as variantes da língua como parte da língua e não uma língua errada ou estranha.

Diante do exposto, constatou-se que o estruturalismo de Leonard Bloomfield é eminentemente analítico e descritivo, centrado no estudo da morfologia e da sintaxe. Em razão disso, na atualidade, Bloomfield é considerado o linguista que mais profundamente marcou a linguística dos Estados Unidos. A vasta literatura de linguística geral, metodologia ou assuntos especializados, por ele elaborados, influenciaram sobremaneira a linguística norte-americana.

REFERÊNCIAS

BENVENISTE, E. *Problemas de linguística geral I*. 4.ed. Campinas: Pontes, 1988. Trad. por Maria da Glória Novak e Maria Luiza Néri, do original em francês *Problèmes de Linguistique Générale* (1966).

BERTUCCI, R. A. *O Positivismo na Teoria Descritivista de Bloomfield*. Artigo Disponível em www.revistas2.uepg.br/index.php/humanas/article/view/620/608. Acesso em 20 de Junho de 2011.

BIZZOCCHI, A. *Fantástico mundo da Linguagem*. In: Revista Ciência Hoje. Vol. 28, nº. 164, Setembro de 2006, p. 38-45.

BLOOMFIELD, L., 1926, 'A set of postulates for the science of language.' *Language* 2: 153-164. Reprinted in Hockett, 1970, pp. 128-138.

BLOOMFIELD, L., 1933, *Language*. New York: Henry Holt.

BLOOMFIELD, L., 1935, 'Linguistic aspects of science.' *Philosophy of Science* 2: 499-517. Reprinted in Hockett, 1970, pp. 307-321.

BLOOMFIELD, L., 1939, 'Menomini morphophonemics.' *Travaux du Cercle Linguistique de Prague* 8: 105-115. Reprinted in Hockett, 1970, pp. 351-362.

BORBA, F. S. *Introdução aos estudos linguísticos*. Campinas: Pontes, 1991.

COMTE, A. *Curso de filosofia positiva*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1987. Coleção "Os pensadores" v. 33.

GOODENOUGH, W., 1956, 'Componential analysis and the study of meaning.' *Language* 32: 195-216.

GLEASON, H. A. *Introdução à linguística descritiva*. Lisboa-Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 1978. Trad. por João Pinguelo, do original em inglês *An Introduction to Descriptive Linguistics* (1955).

HALL, R. A, Jr. In memoriam Leonard Bloomfield. In: Hockett C.F, editor. *A Leonard Bloomfield anthology*. Bloomington: Indiana University Press; 1970. pp. 547-553.

HARRIS, Z. S. *Structural linguistics*. Chicago – EUA: Phoenix Book (The University of Chicago Press), 1951.

HOCKETT, C. F., 1968, *The State of the Art*. The Hague: Mouton.

LEPSCHY, G.C. *A linguística estrutural*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1975. Trad. por Nites Therezinha Feres, do original em italiano *La Linguística Strutturale* (1966).

LEROY, M. *As grandes correntes da linguística moderna*. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1971. Trad. por Isidoro Blinkstein e José Paulo Paes, do original em francês *Les grands courants de la linguistique moderne* (1967).

KATZ, J. J. and J. F. Fodor, 1963, 'The structure of a semantic theory.' *Language* 39: 170- 210.

LOUNSBURY, F., 1956, 'A semantic analysis of Pawnee kinship usage.' *Language* 32: 158-194.

LYONS, J. *Linguagem e linguística*. Rio de Janeiro: LTC, 1987. Trad. por Marilda W. Averbug e Clarisse S. de Souza, do original em inglês *Language and Linguistics* (1981).

MILANI, S. E. *Historiografia-Linguística de Ferdinand de Saussure*. Coleção Grupo Imago n° 1. Goiânia: Editora Kelps, 2011.

PASSOS, M. L. R. F. (2004). *Bloomfield e Skinner: língua e comportamento verbal*. Rio de Janeiro, RJ: NAU.

ASPECTOS HISTÓRICOS E TEÓRICOS ACERCA DA SEMÂNTICA ESTRUTURAL DE GREIMAS

Ms. Paulo Henrique do Espírito Santo Nestor (IFG)

Introdução

A expressão *semântica estrutural* diz respeito à teoria do significado, desenvolvida principalmente na França, que se baseou em ideias oriundas da Linguística de Ferdinand de Saussure e da Glossemática de Louis Hjelmslev. Por ser sincrônica, a semântica estrutural se diferencia da pioneira semântica diacrônica de Michel Bréal (1992 [1897]).

Mesmo que se saiba de antecessores como J. Trier (1931), G. Matoré (1953) e Hjelmslev (1957), foi na década de 1960, a partir das obras de Bernard Pottier e Algirdas Julien Greimas que, efetivamente, surgiu a semântica estrutural como disciplina organizada a partir de conceitos e metodologia de análise. Enquanto Pottier se voltava, principalmente, aos estudos gramaticais, nos limites da frase, Greimas partiu do texto em sua maior abrangência, o que favoreceu seu encaminhamento à semiótica. Esse seu percurso teve, portanto, como marco inicial a obra *Semântica estrutural* (doravante, SE) e se encerrou naquilo que fora denominado posteriormente *semiótica greimasiana* (cf. GREIMAS, 1973 e GREIMAS, 1993).

O contexto de surgimento da semântica estrutural integrou várias discordâncias. É possível percebê-las a partir das opiniões de alguns autores. Uma das divergências mais conhecidas sobre esse assunto é referente a Louis T. Hjelmslev (1991[1957]) e a Leonard

Bloomfield (1935). Enquanto o primeiro acreditou ser cientificamente legítima a tentativa de estudo da significação, recorrendo aos princípios estruturalistas, o segundo considerou o sentido como algo inacessível, cujo estudo era inviável.

Giulio Lepschy (1971, p. 132), por exemplo, afirmou que o estudo do significado aparece, na Linguística, como o menos redutível a um tratamento rigoroso. Para esse autor, possivelmente, isso contribuiu para garantir às questões semânticas uma condição pouco satisfatória no âmbito da Linguística. Lepschy (1971, p. 135) acrescentou que qualquer que seja a posição teórica, assumida na linguística, permanecerá sempre o problema concreto do tratamento do significado e, em particular, de seu tratamento estrutural.

Sobre esse mesmo assunto, Bertil Malmberg (1971) expôs que a análise semântica estava ainda em curso nas línguas e não ultrapassava o estágio de proposição de problemas. Em oposição, Maurice Leroy (1971) defendeu que o número e o valor dos trabalhos dedicados à semântica, em sua época, já mostravam o quanto se justificava o recurso aos métodos estruturalistas para estimular essa disciplina.

Hjelmslev, um dos mais conhecidos adeptos ao paradigma estrutural, no *VIII Congresso Internacional de Linguistas* (Oslo, 1957), ao definir o programa de uma semântica estrutural, disse: “introduzir a noção de estrutura no estudo dos fatos semânticos é introduzir a noção de valor lado a lado com a de significação” (HJELMSLEV, 1991, p. 118). Na ocasião, Hjelmslev demonstrou como as noções de comutação e de substituição poderiam intervir positivamente na análise semântica. Dessa forma, não é aleatório o fato de Greimas ter sido um dos leitores mais conhecidos de Hjelmslev.

É importante frisar que durante a década de 1960, período culminante do estruturalismo na França, Greimas tornou-se um dos maiores representantes dessa vertente. Lecionando na França e no Egito, e, concomitantemente, realizando suas pesquisas, Greimas teve um período longo e intenso de leituras e diálogos, ao inteirar-se das

obras de Saussure, Hjelmslev, Claude Lévi-Strauss, Vladimir Propp, Étienne Souriau, Lucien Tesnière e Sigmund Freud. Pôde, assim, fazer com que sua SE (1973 [1966]) pudesse deslocar a pesquisa das estruturas superficiais referentes à frase para as estruturas mais profundas relacionadas ao discurso.

Greimas viveu justamente no período em que as discordâncias citadas se constituíram e aproveitou as circunstâncias para acolher o empreendimento de estabelecer bases para a semântica; com isso, assimilou as tensões relativas ao assunto. A SE foi publicada pela primeira vez no ano de 1966, período que François Dosse (1993) considera como o principal dos sucessos estruturalistas. Essa obra, segundo ele, é o resultado do seminário desenvolvido por Greimas (1963-1964) no Instituto Poincaré da Faculdade de Ciências de Paris.

Em vários artigos e livros se diz que a SE marcou uma divisão nos estudos da linguagem, principalmente, na esfera da semântica. “A *Sémantique structurale* foi um livro verdadeiramente genial, ple-tórico de ideias, um livro-mestre desse período”, disse Jean-Claude Coquet (*apud* DOSSE, 1993, p. 245). No entanto, é preciso questionar, em conformidade com Milani (2011, p. 20), como essa obra configura uma ruptura e/ou continuidade. Em outras palavras, qual era o cenário dos estudos semânticos na Europa do século XX antes dessa publicação e o que sucedeu logo após? Existe a concepção de que essa obra está vinculada ao método estrutural, mas quais características uma obra, assim classificada, apresenta? Onde, ou como, essas características são evidenciadas na SE? Como pontua Lima (1968), o termo estrutural ou estruturalista, foi bastante utilizado, porém, seu sentido ainda é de difícil compreensão:

A possibilidade de incompreensão do estruturalismo principia por seu nome. Hoje é tão empregado o conceito de estrutura, nas ciências humanas, e tão divergentes são os seus sentidos, inclusive ao longo da mesma ciência, que o leitor ou analista tende a ficar embaraçado ou a sair pela tangente, tomando a desig-

nação como fato secundário, concessão a um modismo transitório. O único modo para que mostremos a substancialidade da designação consiste em repensar o próprio conceito (LIMA, 1968, pp. 29-30).

Nesse sentido, sem a pretensão de esgotar tais perguntas, mas com o objetivo de discutir caminhos possíveis para solucioná-las, serão apresentados adiante aspectos históricos e teóricos relacionados ao tema abordado. Para isso serão colocados em paralelo pontos referentes a biografia de Greimas assim como informações acerca do desenvolvimento da semântica no século XX.

O contexto de Greimas e a situação da semântica no século XX

O século XX foi bastante conturbado devido aos conflitos mundiais e, ao mesmo tempo, muito admirável em razão do desenvolvimento tecnológico. Destacam-se o avião, o carro fabricado em larga escala, o rádio, o cinema, a televisão etc. O número publicações de obras científicas aumentou bastante, a comunicação pôde atravessar o planeta rapidamente e, pela primeira vez, a maior parte da população passou a se concentrar nos centros urbanos e a ocupar-se de atividades diferentes das relativas ao trabalho rural e às fábricas (cf. BLAINEY, 2008).

Na segunda metade do século XX, a exploração espacial teve início, e a medicina alcançou curas para várias doenças até então consideradas sem tratamento. As pessoas passaram a viver por mais tempo e com menos sofrimento causado pelas enfermidades para as quais já eram produzidos medicamentos. Saber ler e escrever, que era uma exceção em 1901, passou a ser a regra nas décadas posteriores (BLAINEY, 2008).

Do mesmo modo que nesses setores, o século XX foi marcado por um enorme avanço nos estudos linguísticos, desencadeado

principalmente pela publicação do *Curso de linguística geral* (SAUSSURE, 1995 [1916]). Saussure nasceu em Genebra (Suíça) no ano de 1857 e veio a falecer em 1913 nessa mesma cidade. Tornou-se bastante conhecido graças à respectiva obra, que foi organizada por Charles Bally e Albert Sechehaye e publicada em 1916. A obra póstuma do linguista genebrino resultou de suas atividades de pesquisa e docência, como demonstra a citação a seguir:

Esse texto, que foi inspirado nas aulas dadas durante os anos de 1907, 1908, 1909, 1910 e 1911, é o resultado final do trabalho filológico que esse linguista desenvolveu durante toda a sua vida intelectual. [...] A obra de Saussure se destaca por uma consciente perspectiva de implantar nos estudos linguísticos um modelo metodológico que previsse uma organização absoluta e um objeto de estudo claro. Para ele, sem uma visão clara daquilo que devia ser estudado não poderia haver ciência, e sua dedicação aos estudos demonstra que foi essa a metodologia por ele praticada (MILANI, 2000, p. 107).

Saussure promoveu a discussão mais pertinente, relativa ao signo linguístico, desde Platão e Aristóteles. Ainda assim, não houve oportunidade ou tempo para que se estabelecesse o estatuto próprio da semântica; contudo, seu objeto, a significação, foi brilhantemente tratado no *Curso* a partir dos conceitos de significante e significado que, por meio de uma relação de pressuposição recíproca, são os termos constituintes do signo linguístico.

A situação da semântica, no início do século XX, era, portanto, a de possuir um objeto bastante estudado, mas cujo estatuto era pouco elucidado. A disciplina semântica, portanto, surge tardiamente no cenário da linguística, como atestou o próprio Greimas (1973, p. 12). Sabe-se que Michel Bréal fundou e nomeou a disciplina semântica na França no final do século XIX. Esse autor fez estudos importantes como os voltados à polissemia. Contudo, essa vertente motivou os

pesquisadores muito menos que os estudos referentes à fonologia ou à sintaxe.

No *Curso* (SAUSSURE, 1995), por exemplo, não há uma exposição metodológica sobre o assunto. A perspectiva diacrônica de Bréal (1992 [1898]) contrastou com o direcionamento sincrônico preconizado por Saussure anos depois. Restava, então, ocupar-se da disciplina instaurada por Bréal a partir da diretriz saussuriana; em síntese, esse foi um dos objetivos da semântica estrutural.

A preocupação com o futuro e também com o passado da semântica fez com que Greimas, antes de expor sua teoria na SE, realizasse uma espécie de balanço da área, mediante um brevíssimo histórico elucidativo do percurso teórico que precedia seu trabalho. Esse balanço (GREIMAS, 1973, pp. 11-14) é muito importante para se perceber a visão que Greimas tinha, naquele momento, acerca de seu âmbito de estudos, já que nessa oportunidade buscou explicar o atraso da semântica quando comparada às demais disciplinas linguísticas. Em tal explicação, o autor (GREIMAS, 1973) reconheceu três razões que foram determinantes para a omissão ou o desvio dos linguistas em relação às pesquisas sobre a significação: o tardar histórico dos estudos semânticos, as dificuldades próprias à definição de seu objeto e a “onda do formalismo”.

“A PARENTE POBRE” DA LINGUÍSTICA

A pertinência da semântica foi muito bem acentuada quando Greimas (1973, p.11) enfatizou a onipresença da significação e sua capacidade de se apresentar como denominador comum das ciências humanas, que se colocava, portanto, como o centro das preocupações naquele período. Em seguida, expôs um paradoxo em relação aos estudos semânticos.

A linguística, segundo o autor, teve a possibilidade de surgir como a disciplina mais bem situada diante do assunto, pois naque-

le período era a mais aprimorada e formalizada e poderia oferecer às demais áreas seus métodos e suas experiências. Ainda assim, e aí o paradoxo se evidencia, a linguística se mostrou, segundo Greimas (1973, p. 12), hesitante à pesquisa semântica.

Greimas (1973, p. 12) pontuou a necessidade de se reconhecer que a semântica foi sempre a “parente pobre da linguística”. Isso porque era a mais nova das disciplinas linguísticas, ganhou denominação somente no final do século XIX. A semântica foi precedida, na linguística histórica, primeiro pela fonética e depois pela gramática. Greimas afirmou que mesmo denominada e instaurada, a semântica havia buscado apenas empréstimos da retórica clássica e da psicologia de introspecção.

Nessa mesma ordem de prioridade, segundo Greimas (1973, p. 12), seguiu a linguística estrutural em seu desenvolvimento. Os pesquisadores da Escola de Praga se ocuparam da fonologia e a fundamentaram solidamente. Posteriormente, os integrantes da Escola de Copenhague viram como centro de interesse a elaboração de uma teoria linguística que buscavam aplicar à renovação dos estudos gramaticais.

Ainda que possa haver discordâncias quanto a essa conclusão, o esquecimento da semântica foi para Greimas (1973, p. 13) algo evidente e voluntário. O autor ainda enfatizou que, no âmbito linguístico, era normal, à época, questionar se a semântica possuía um objeto homogêneo e se tal objeto era propício a uma análise estrutural. Desejava-se, de fato, saber se a semântica tinha as características necessárias para ser considerada como uma disciplina linguística. É certo que seu objeto motivou essa questão.

O PERCURSO HISTÓRICO DE GREIMAS

O fato de as concepções de Greimas acerca da semântica terem chamado tanta atenção no passado e ainda serem discutidas por vários pesquisadores aguçava o interesse acerca de sua vida e carreira.

Greimas nasceu em Tula (Rússia), contudo, após a Lituânia ter declarado sua independência em 1918, seus pais retornaram a sua pátria e ele se graduou no ginásio em Marijampole (Lituânia) em 1934 e, logo após, ingressou na Faculdade de Direito de Vytautas Magnus na Universidade de Kaunas (Lituânia).

Anos depois, em razão de uma concessão do Ministério da Educação Lituaniano, foi para a França realizar estudos de dialetologia e tornou-se também interessado pela Idade Média. Em 1939 voltou à Lituânia para o serviço militar e encontrou-se, juntamente com seus conterrâneos, em um país ocupado, primeiro pelos soviéticos e depois pelos alemães. Essas circunstâncias parecem ter motivado Greimas a publicar seu primeiro artigo, “Cervantes e seu Dom Quixote”, em 1943, no almanaque *Varpai* (Bells), em lituano, sobre o significado da resistência antinazista.

Em 1944, Greimas regressou à França para continuar seus estudos linguísticos para o doutorado na Sorbonne. Sob a orientação respectiva de Charles Bruneau e de Robert Léon Wagner, e com a colaboração de Georges Matoré, preparou e defendeu, em 1948, duas teses, como era obrigatório na época para a obtenção do título de doutor em letras, ou doutor de Estado. A tese principal se intitulava “A moda em 1830. Ensaio de descrição do vocabulário vestimentar segundo os jornais de moda da época”, e a tese complementar foi “Alguns reflexos da vida social em 1830”.

Como se percebe, através de sua tese principal e de outros trabalhos, a lexicologia fez parte do início da carreira de Greimas, que chegou, inclusive, a publicar textos de caráter teórico sobre o assunto, juntamente com Matoré. Sabe-se da proximidade, relativa ao objeto, entre lexicologia e semântica, portanto, no percurso de Greimas pode ter ocorrido uma ampliação de objetivos, que parece ter se iniciado, de modo mais evidente, após sua ida ao Egito.

Greimas chegou a Alexandria no ano de 1949, onde permaneceu por nove anos, se ocupando principalmente do ensino da história

da língua francesa no Instituto Francês da Faculdade de Letras (Universidade de Alexandria). Esse período é tido como um momento intenso em que Greimas realizava suas leituras. Ele cuidadosamente estudou e discutiu, com amigos e colegas, várias obras. Como as de Saussure, de Hjelmslev, de George Dumézil, mitólogo comparatista, de Claude Lévi-Strauss, antropólogo estruturalista, de Vladimir Propp, estudioso de contos de fadas, de Souriau (1993), pesquisador da estética do teatro, de Edmund Husserl e Maurice Merleau-Ponty, filósofos ligados à fenomenologia, de Gaston Bachelard, psicanalista, e de André Malraux, historiador de arte.

Em Alexandria se manteve próximo a um importante pensador da semiologia, Roland Barthes. Os interesses de ambos eram variados: língua, linguagem, literatura, história, matemática e filosofia. Nessa mescla de ideias heterogêneas, a possibilidade de uma semiótica voltada para o mundo e seu significado pôde obter sua origem. Nesse sentido, eles se esforçaram para entender o mundo com a ajuda de instrumentos linguísticos básicos que lhes estavam disponíveis, a fim de ultrapassar os limites habituais da disciplina para seguir por horizontes mais amplos.

Em pouco tempo, Greimas se tornou chefe do Departamento de Língua Francesa e Gramática em Ancara (Turquia)/Universidade Istambul. Nessa época tornara-se interessado e iniciado na lógica moderna, na tradução automática e na aplicação de métodos estatísticos em linguística. Em 1960, juntamente com os outros simpatizantes da aplicação de métodos precisos para a análise da língua, estabeleceu a *Société d'Étude de la Langue Française*, o que marcou profundamente a linguística na França, pois se opunha ao tradicional estudo filológico da língua.

Em 1962, Greimas foi nomeado professor de Ciências da Linguagem da Universidade de Poitiers. Nesse momento, os conhecimentos trazidos do Egito já o faziam considerar o idioma como digno de uma investigação mais ampla, ou seja, como um sistema

que contém em si, sob condições especiais, a capacidade de gerar e transmitir sentido e, também, de proporcionar as possibilidades de percebê-lo. Isso o conduziu a uma abordagem estritamente sistemática, que veio a ser chamada de análise estrutural da linguagem ou linguística estrutural. As aulas em Poitiers e no Instituto Poincaré, assim como as demais atividades de Greimas a partir de 1962, vieram definitivamente maturar suas reflexões e dar origem a sua SE. Quatro anos após, portanto, a carreira de Greimas receberia um grande impulso em razão da respectiva obra.

Dosse (1993) denominou 1966 como “o ano luz” do estruturalismo, em razão do número de publicações e da efervescência de discussões realizadas em torno do assunto nesse período. O autor (1993, p. 429) vinculou esse “fenômeno” diretamente à França e buscou explicar o motivo. Primeiramente, segundo ele, é preciso destacar a importância das humanidades na França, que foram responsáveis por desempenhar uma espécie de papel de bloqueio referente à implantação das chamadas ciências sociais que, diferentemente, obtiveram um êxito brilhante nas universidades norte-americanas.

Esse modo de reagir da vanguarda filosófica, relativo ao desenvolvimento das ciências sociais que monopolizava o programa estruturalista, fez com que prevalecessem as humanidades renovadas em uma competição entre os antigos e os modernos. Essa disputa, tradição *versus* modernismo, é tipicamente francesa, e naquele momento apenas repetia as discussões do início do século entre a “nova” e a “antiga” Sorbonne (DOSSE, 1993, p. 429).

Outro fator importante, lembrado por Dosse (1993, p. 430), diz respeito ao fato da voz dos intelectuais franceses não ecoar apenas nos âmbitos acadêmicos, como acontece em muitos outros lugares. A importância das humanidades possibilitava ao intelectual francês falar em nome da humanidade e ser porta-voz, inclusive, para além de sua competência específica. Mesmo que o estruturalismo não aderisse à figura de intelectual engajado, o fato é que essa corrente ul-

trapassava os aparelhos institucionais com o intuito de se voltar ao público, de forma direta, para infundir suas ideias.

O fator histórico do período é bastante importante e ultrapassa o campo universitário. Sobre isso, Dosse (1993, p. 430) discutiu a relação que os intelectuais franceses mantinham com o passado de sua pátria. Segundo o autor (1993, p. 430), eles adquiriram de modo repentino a consciência em uma França descolonizada e pacificada, e descobriram que já não viviam no mesmo contexto que se apresentava desde 1789, tal como uma diretriz da humanidade.

Na década de 1960, a França já não se encontrava entre as grandes potências mundiais, compunha modestamente aquela que era uma Europa plural. Por essa razão, como afirmou Furet, o intelectual francês “apesar da retórica gaullista, não possui mais o sentimento de fazer história humana: essa França, expulsa da história, aceita bem mais facilmente expulsar a história” (*apud* DOSSE, 1993, p. 430).

Jean Duvignaud, nesse sentido, notou a particularidade francesa do sucesso do estruturalismo como “uma fuga diante da história” (*apud* DOSSE, 1993, p. 430). Surgiu então entre os franceses a necessidade de uma “armadura ideológica” capaz de criar uma coesão tranquilizadora. Isso fez comprometer os alicerces da história e, conseqüentemente, alavancou o êxito do estruturalismo na França.

Outra hipótese, mencionada por Dosse (1993, p. 431), que ajuda a entender a razão de a França ter sido o país de eleição do estruturalismo, vem de Thomas Pavel, que utilizou como explicação a lógica interna do desenvolvimento da epistemologia na França. Para ele, a atração exercida pelo estruturalismo era oriunda do atraso que se acumulou na França em comparação aos países vizinhos na Europa. A França se encontrava distante das discussões, do início do século, voltadas à linguagem. Dessa maneira, a importante Escola de Viena, integrada por Rudolf Carnap e Karl Popper, não foi observada pelos franceses na década de 1930.

Essas circunstâncias possibilitaram que, na França, os adeptos

ao estruturalismo se tornassem grandes personalidades, cujo público fora aumentado graças à grande expansão do número de estudantes nas Faculdades de Letras e Ciências Humanas nos anos 60. Assim, observa-se que foi na França que o estruturalismo pôde se expandir para depois atrair intelectuais dos outros países.

Tudo o que se disse acerca da França e do estruturalismo serve especialmente para compreender o “clima de opinião” (KOERNER, 1996) no qual Greimas estava inserido quando escreveu a SE. Percebe-se que não existem muitas coincidências entre o fato de essa teoria ter sido elaborada em uma perspectiva estrutural e o fato de Greimas ter estudado e vivido tanto tempo na França.

Contudo, ele não permaneceu passivo diante de seu contexto, pois, apesar de não ser tão lembrado quanto Lévi-Strauss e Roland Barthes, como um dos responsáveis pelo apogeu do estruturalismo naquele período, não se pode negar que Greimas foi um dos sustentáculos desse “fenômeno”. A melhor maneira de relacioná-lo ao estruturalismo é dizer que esse fenômeno influenciou e foi influenciado por Greimas, respectivamente, através dos autores que leu e dos autores que o leram.

A relação das concepções greimasianas com estruturalismo principia já no título da SE. Segundo o próprio Greimas, sua “[...] semântica tornou-se, graças a Dubois, estrutural em letras vermelhas. Disse-me ele: ‘Mais mil exemplares vendidos se você acrescentar estrutural ao título’” (apud DOSSE, 1993, p. 354). Para Dosse, esse qualificativo de estrutural no catálogo era um bom argumento de venda em meados dos anos 60. Contudo, é importante pontuar que, atualmente, o termo estrutural pode resultar em um determinado desprestígio. A causa disso é evidente, visto que trabalhos vinculados ao estruturalismo são acusados de desconsiderar aspectos históricos, sociais e individuais, um ponto, como se sabe, bastante controverso.

Uma anedota como essa, contada por Greimas, não explica por si só que a razão de a SE ser denominada estrutural se deve apenas

a uma questão de mercado e, por outro lado, afirmar, simplesmente, que Greimas era um estruturalista nada resolve. O que vem a ser estruturalismo, afinal de contas? Com essa mesma interrogação, Barthes (1967 [1963], p. 58) iniciou o seu texto “A atividade estruturalista”, uma das mais claras e concisas explicações sobre o assunto naquele período. Para o autor, o estruturalismo não foi escola e nem movimento, a justificativa disso é o fato de a maior parte dos autores, ligados comumente a essa palavra, não se sentirem vinculados entre si por interesse comum relativo à doutrina. Para Barthes, estruturalismo e, por conseguinte, estrutura, é apenas um léxico, que é certamente antigo (de origem anatomista e gramatical), bastante usado em sua época nas ciências sociais, contudo, tal uso da palavra não poderia distinguir e situar pesquisadores.

Ainda que o termo estruturalismo não possibilite identificar uma agremiação, Barthes (1967, pp. 58-59) buscou definir a “atividade estruturalista”, cujo objetivo, seja ela reflexiva ou poética, é recompor um objeto, de modo a fazer manifestar, nessa recomposição, as regras do funcionamento (as funções) desse objeto. Então, a estrutura é, de fato, simulacro do objeto, mas é um simulacro orientado, pois o objeto imitado evidencia o que se mantinha invisível ou ininteligível no objeto natural.

O homem estrutural, segundo Barthes (1967, p. 59), toma posse do real e o decompõe, depois o recompõe. Isso, que parece ser simples, é algo decisivo, porque, entre os dois tempos da atividade estruturalista, se produz algo novo: o inteligível geral. Assim, “o simulacro é o intelecto unido ao objeto”, nessa soma se encontra um valor antropológico, pois ela é essencialmente o homem, “sua história, sua situação, sua liberdade e a resistência mesma que a natureza opõe a seu espírito”. Na atividade estruturalista, a criação ou a reflexão não são impressão original do mundo, são a fabricação verdadeira de um mundo análogo ao primeiro, não com a intenção de copiá-lo, mas sim de torná-lo inteligível.

Nesse sentido, Barthes (1967, p. 59) elencou vários estudiosos (Lévi-Strauss, N. Troubetzkoy, G. Dumézil, V. Propp, G. -G. Granger etc.) e os associou à atividade estruturalista. Como se pode perceber, esses são autores que possuíam vários pontos de vista comuns aos de Greimas. Contudo, esse último não é citado, possivelmente por uma razão temporal, já que o texto de Barthes foi escrito antes de a SE ser publicada. Pode-se cogitar que esse é o motivo mais plausível, pois o que Barthes propôs como atividade estruturalista é bastante compatível com o que Greimas realizou.

Greimas buscou recompor a significação a partir das formas como ela se manifesta nos textos. O modo mais evidente de isso ser caracterizado é lembrar que sua semântica se associava à perspectiva componencial. Ele fez isso com o objetivo de tornar evidente, nessa recomposição, as regras do funcionamento da significação. Greimas tomou posse do real, pois trabalhou com textos autênticos, os decompondo em actantes e funções para depois os recompor por meio da descrição.

Greimas realizou esse percurso através de suas escolhas, algumas mais individuais, outras menos. Ele sabia que criara, na SE, um simulacro da significação, que procurou ser uma fabricação de um universo análogo ao mundo a ser descrito. Como a narrativa, para Greimas, é um simulacro das ações dos seres no mundo, o autor procurou através de conceitos, como actantes e funções, criar correspondentes em sua teoria tanto para os seres praticantes dessas ações quanto para as próprias ações.

Pode-se argumentar, também, que outro exemplo desse simulacro da significação é sua explicação (GREIMAS, 1973) acerca das linguagens (linguagem descritiva, linguagem metodológica, linguagem epistemológica), todas elas criações humanas que surgem a partir da ação do indivíduo investigador sobre o objeto investigado, ou seja, uma atitude epistemológica. Não se trata, portanto, de grandezas ontológicas relativas à significação. O objeto estudado por Greimas se apresenta no mundo de modo expansivo quanto a sua manifes-

tação, porém hermético quanto a sua natureza. O esforço do autor consistiu na intenção clara de torná-lo inteligível através de método e conceitos; contudo, esbarrou nas dificuldades próprias à definição do objeto da semântica.

Greimas (1973, p. 13) assumiu e demonstrou que a semântica possuía dificuldades ao determinar seus métodos próprios e ao definir as unidades constitutivas de seu objeto. Essa dificuldade não existiu, por exemplo, na fonologia, graças ao inventário limitado dos fonemas. Esse inventário era conhecido desde épocas remotas e foi constituído a partir da elaboração dos primeiros alfabetos que, de forma direta ou indireta, favoreceram a progressão dos estudos relacionados à fonética e à fonologia.

Na concepção de Greimas (1973, p. 13), nada igual ou semelhante ocorreu com a semântica. Ao contrário, as novas descobertas fizeram com que seu domínio se tornasse ainda mais disperso e a definição tradicional de seu objeto, considerado timidamente como “substância psíquica” impediu sua clara delimitação do âmbito psicológico e, posteriormente, do sociológico. Quanto a suas unidades constitutivas, Greimas questionou sobre a eferescência terminológica (sememas, semiemas, semantemas etc.) que revelavam apenas dificuldades típicas da deficiência de método. Ele percebera que, nessas circunstâncias, até um linguista com os melhores propósitos poderia considerar a semântica como uma ciência que procurava a si mesma.

Esse parece ser o caso de Giulio Lepschy (1971, p. 132) ao afirmar que o estudo do significado se apresentava na linguística como o menos redutível a um tratamento rigoroso. Para esse autor, possivelmente, isso teria contribuído para manter as questões semânticas em um estado pouco satisfatório no âmbito da linguística. Nesse sentido, Lepschy (1971, p. 135) acrescenta que qualquer que fosse a posição teórica, assumida na linguística, permanecería o problema concreto do tratamento do significado e, em particular, de seu tratamento estrutural.

De acordo com o desenvolvimento da linguística, os modos

de analisar essa problemática se modificaram, e em vez de dizer que a significação escapava ao domínio da semântica, passou-se, comumente, a pontuar que “Há várias semânticas” (OLIVEIRA, 2003, p. 18). Isso se confirma quando se considera os diferentes pontos de vista relacionados ao estudo da significação, por exemplo, Greimas, Bernard Pottier, Oswald Ducrot, Jerrold Katz e Jerry Fodor, George Lakoff entre outros.

A heterogeneidade dos pontos de vista é algo comum às ciências em geral e à linguística em específico. A existência dessas diversas vertentes de análise do significado e a amplitude do objeto (significado/sentido) são pouco decisivas para sugerirem que esse âmbito de estudos seja confuso ou até mesmo inviável. Contudo, no decorrer do século XX, não houve consenso quanto a isso.

Para Greimas, um forte golpe foi dado na semântica pelo triunfo de uma concepção da linguística que se fundamentava na psicologia do comportamento, tratava-se do formalismo de cunho behaviorista. Ele citou (1973, p. 13), para justificar essa afirmação, a conhecida definição do signo linguístico de Leonard Bloomfield: “uma forma fonética que tem sentido [...] um sentido do qual nada se pode saber [...]”. Segundo Greimas (1973, p. 13), ao considerar essas atitudes behavioristas, tornou-se comum considerar a semântica como desprovida de sentido.

O exame da obra *Language* corrobora a afirmação de Greimas. Nela, Bloomfield (1933, pp. 161-162) sustenta que um morfema pode ser descrito foneticamente, já que consiste em um ou mais fonemas, mas seu significado não pode ser analisado pela linguística. Segundo ele, por exemplo, o morfema de *pin* carrega uma semelhança fonética com outros morfemas, como *pig*, *pen*, *tin*, *ten* e, na base dessas semelhanças sonoras, pode ser analisado e descrito em termos de três fonemas, “contudo, uma vez que essas semelhanças não estão relacionadas com semelhanças de sentido, não é possível atribuir significado para os fonemas, e não se pode, no âmbito da linguística,

analisar o significado do morfema” (BLOOMFIELD, 1935, p. 162; tradução nossa).

Bloomfield (1933, p. 162) afirmou que o significado de um morfema é um semema, e cada semema é uma unidade constante e definitiva do sentido, diferente de todos os outros sentidos, incluindo todos os outros sememas na linguagem. O linguista não pode ir além disso, pois não há nada na estrutura de morfemas como o *wolf*, *fox* e *dog* que confirme a relação entre seus significados, ou seja, os sinais podem ser analisados, porém, as coisas, sinalizadas por eles, não podem. Para Bloomfield, isso reforçou o princípio de que o estudo linguístico deve sempre começar a partir da forma fonética e não do significado.

Greimas (1973, p. 13) também se apoiou em Roman Jakobson para se posicionar contra a concepção de Bloomfield. Jakobson relata que havia ainda quem dissesse que as questões de sentido não tinham nenhum significado, mas, quando eles diziam “sem sentido” das duas uma: ou eles sabiam o que significava e, assim, a questão do sentido fazia sentido, ou eles não sabiam, e então a sua fórmula não possuía sentido algum (JAKOBSON, 1963, pp. 38-39, tradução nossa).

No âmago desse debate, está em discussão o estatuto linguístico da semântica. Consciente disso, Jakobson (1963, p. 40) pontua que alguns teóricos afirmaram que enquanto a sintaxe lidava com as relações entre os signos, a semântica tratava das relações entre os signos e as coisas. Chega-se a essa conclusão de forma inespecífica quanto à área científica, mas, quando a questão se atém exatamente ao quadro da linguística sincrônica, qual diferença pode ser observada entre sintaxe e semântica? Segundo Jakobson, a sintaxe se ocupa do eixo das sequências (concatenação) e a semântica do eixo das substituições. O autor exemplifica:

Suponha que eu diga, por exemplo, “o pai tem um filho”: as relações entre “o”, “pai”, “tem”, “um” e “filho” se situam no nível da cadeia verbal, estas são as relações

sintáticas. Se eu comparar os contextos – “o pai tem dois filhos”, “a mãe tem um filho”, “o pai tem uma filha”, “o pai tem dois filhos”, eu substituo certos signos por outros e as relações semânticas com que estamos lidando não são menos linguísticas que as relações sintáticas (JAKOBSON, 1963, p. 40, tradução nossa).

Ao concluir que as relações semânticas não são menos linguísticas do que as relações sintáticas, Jakobson explicou que a concatenação envolve a substituição e que o estatuto linguístico da semântica é patente. Segundo Jakobson (1963, p. 40), insistir no caráter intrinsecamente linguístico da semântica não seria uma novidade, pois já havia sido apontado, só que caíra no esquecimento. O autor fez lembrar que em 1867, Charles Sanders Peirce demonstrou a natureza linguística da semântica.

Outro argumento central em Jakobson (1963, pp. 39-40) se refere à sua afirmação de que o problema da identificação e da diferenciação, tanto no nível da expressão quanto no nível do conteúdo era, para os linguistas, um material intrinsecamente linguístico. Assim, a ênfase na categoria da junção (conjunção e disjunção) que se apresenta de forma extensiva na SE (GREIMAS, 1973), assegura, nessa perspectiva de Jakobson, o caráter linguístico da semântica estrutural de Greimas.

Isso evidentemente foi um alento para Greimas que se incomodava com a marginalização da semântica e, por correspondência, de si próprio, no âmbito da linguística: “[m]esmo que agora os linguistas me rejeitem e não me considerem como um deles, eu me pretendo linguista em minhas origens e em minha maneira de conduzir meu pensamento (GREIMAS, 1987 apud ARRIVÉ, 2010, p. 209).

A CONTRIBUIÇÃO DE GREIMAS

Greimas constatou três motivos que, segundo ele, explicariam o atraso da semântica: o tardar histórico dos estudos semânticos, as

dificuldades próprias à definição de seu objeto e a onda de formalismo. Essa breve contextualização fez o autor tomar conhecimento da desconfortável condição do estudioso que sabia da urgência dos problemas semânticos e que desejava refletir sobre as condições que propiciariam um estudo científico da significação. Segundo Greimas (1973, p. 14), esse estudioso precisava enfrentar duas espécies de dificuldades: as de ordem teórica e as de ordem prática.

Para Greimas, as dificuldades teóricas originavam-se da vasta dimensão do empreendimento dos semanticistas nas várias perspectivas adotadas. Pois, se for considerado que a semântica precisaria encontrar seu lugar na linguística e se integrar aos postulados e ao corpo de seus conceitos instrumentais, seria necessário a ela focar um caráter de generalidades suficientes para que seus métodos, que estavam para ser elaborados, fossem compatíveis com qualquer outra pesquisa que buscasse analisar a significação. Em outras palavras, “se a semântica tem por objeto de estudo as línguas naturais, a descrição dessas faz parte dessa ciência mais vasta da significação que é a semiologia, no sentido saussuriano do termo” (GREIMAS, 1973, p. 14).

Já as dificuldades práticas se referiam ao destinatário. Greimas (1973) enfatizou que, nesse estágio das pesquisas, a necessidade de formalização e a insistência na univocidade dos conceitos só poderiam ser expressas através de uma neologia das denominações e por uma redundância das definições, que seriam umas mais rigorosas que as outras. Na concepção de Greimas, esse tateamento pré-científico poderia ser considerado pedante e supérfluo ao destinatário cujo sistema de referências culturais é literário ou histórico. De outro modo, poderia ser entendido como insuficiente e excessivamente qualitativo aos lógicos e aos matemáticos, grupo que Greimas acreditava ser bastante importante para a linguística.

Situado entre essas exigências diferentes, Greimas optou pelo caminho mediador, já que a semântica, sem o auxílio da matemática e da lógica, segundo ele, poderia continuar apenas na contemplação

de seus próprios conceitos gerais. Da mesma forma, Greimas teve a consciência de que uma iniciação semântica que não visasse às ciências humanas e que, numa guinada, as ultrapassasse, permaneceria, ainda por bastante tempo, como “un exercice de chapelle” (GREIMAS, 1966, p. 08), ou seja, uma prática isolada.

Na primeira metade do século XX, os estudos tradicionais de língua e linguagem centraram-se sobre a fonética e a fonologia. O estudo da significação foi feito de modo parcial e indireto, assim, não se configurou um espaço próprio e adequado à semântica. Isso constituiu um grande contrassenso, pois se sabe que a linguagem é antes de tudo uma atividade semiológica, em que expressão e conteúdo, nos termos de Hjelmslev, se reivindicam de modo recíproco, assim, a razão de existência de cada um é unicamente a materialização e a manifestação de ambos.

Tal constatação pode ter induzido o empreendimento de Greimas e, diferente dessa contextualização elaborada por ele, que compreende as primeiras páginas da SE (1973, pp. 11-14), o restante da obra não buscou fazer somente um balanço da área. Após apresentar essa breve história da semântica, Greimas prosseguiu com uma série de exposições epistemológicas, teóricas e metodológicas e ainda elaborou várias aplicações explicativas.

As primeiras páginas (GREIMAS, 1973, pp. 11-14) não são menos importantes que as posteriores. Nelas, Greimas buscou de forma incisiva inserir a linguística e a semântica nas ciências humanas ao afirmar (1973, p. 11) que a significação é o denominador comum desse campo de estudos. Além disso, essa espécie de preâmbulo que o autor criou pode ajudar a entender a história da disciplina em questão e a interpretar algumas tendências em linguística.

Isso se adéqua muito bem ao empreendimento de Greimas, pois, ao trazer para seu presente a problemática da semântica e propor uma obra que dela se ocupasse, também se colocou na respectiva história. Essa história teve início na Grécia antiga, desde as primeiras

discussões sobre a significação, como as que estão presentes no *Crátilo* (PLATÃO, 1973) e no *Da interpretação* (ARISTÓTELES, 2010). Em síntese, o autor continuou lidando com conceitos centrais como expressão e conteúdo (HJELMSLEV, 1975 [1943]; GREIMAS, 1973), porém, buscou um novo método para abordá-los, como enfatiza o próprio subtítulo de sua obra (GREIMAS, 1966): “recherche”.

A SE foi a primeira grande obra escrita por Greimas voltada à teoria da significação. Desde sua publicação, tal obra se colocou no âmbito dos estudos de semiótica como um clássico, no sentido usual do termo, porém, sem a carga de obsolescência que possa denotar. Isso porque, como pontua Landowski (2007, s/p), o resultado potencial da semiótica de Greimas, assim como as dificuldades inerentes ao estudo da significação, permaneceram em grande parte, até os dias atuais, relacionadas às principais opções teóricas que articulam a obra em questão. Assim, o interesse do leitor de hoje pela SE não é apenas de ordem histórica, pois tal texto não reflete um estado ultrapassado, já que é possível a esse leitor descobrir nessa obra uma possibilidade de diálogo atualizado.

Landowski (2007, s/p) fundamentou sua afirmação demonstrando que a escolha de um modelo gerativo, a tentativa de solucionar o problema do significado a partir de uma gramática da narrativa e a atribuição de um papel essencial à percepção, como a base para a apreensão do significado, continuam sendo perspectivas norteadoras na semiótica francesa. A SE continua a ser um livro atual, pois instalou princípios básicos que evoluíram, se modificaram e se ampliaram de vários modos por meio do próprio Greimas e, também, de seus seguidores. Esse processo de desenvolvimento ocorreu de modo coerente, pois as novas concepções não invalidaram o projeto inicial, ao contrário, ajudaram a enriquecê-lo e consolidá-lo.

É preciso pontuar que o leitor da SE pode facilmente perceber um caráter fragmentado da obra, o que leva a pensar que cada capítulo foi escrito em um momento diferente, a partir de um recorte distinto.

A causa dessa impressão não é gratuita. De fato, a SE não foi, como se costuma afirmar, escrita de uma só vez, resultou principalmente de seminários ministrados por Greimas durante dois anos. Capítulos inteiros foram publicados em periódicos antes mesmo da edição de 1966, como é o caso do artigo *La structure élémentaire de la signification en linguistique* publicado por Greimas na revista *L'Homme* em 1964.

Além de publicar bastante, Greimas era um exímio leitor. Mesmo não conhecendo pessoalmente todos os autores que ele apresenta em seus textos, possuía propriedade para discutir suas ideias. Greimas demonstra entender que as concepções de Hjelmslev (1975) e Leonard Bloomfield (1935), responsáveis por publicarem obras canônicas na primeira metade do século XX, divergiam quanto à semântica.

Distante, espacialmente, desses dois linguistas, porém ligado a eles em razão de objetivos semelhantes, se encontrava Greimas, que propôs sua SE sustentando-se em três grandes bases teóricas que, até então, não pareciam ter uma conexão epistemológica explícita. A primeira diz respeito a Saussure (1995), responsável pelo surgimento da Linguística. Dele, Greimas acolheu a ideia de que a significação ocorre através das diferenças percebidas e não somente das analogias observadas.

A segunda refere-se a Hjelmslev, responsável pela concepção de que a semiose existe graças a dois planos, o do conteúdo e o da expressão, e que ambos possuem forma e substância. Essa divisão permitiu que Greimas visse claramente um espaço propício ao estudo da significação: a forma do conteúdo. Enfim, o terceiro diz respeito a Propp, seu trabalho sobre os contos maravilhosos evidenciou para Greimas que a narrativa, ainda que se manifeste com conteúdo singular, possui formas fixas reiteráveis, o que possibilitou pensar no estudo sistemático do texto.

Apesar desses três autores terem contribuído para o trabalho de Greimas, nenhum deles elaborou uma teoria semântica. Saussure já atendia a uma demanda extremamente difícil e, do mesmo modo, Hjelmslev e Propp. Não era possível, obviamente, a eles anteciparem

a si mesmos para obterem as mesmas condições que, graças a eles próprios, ficaram disponíveis a outros pesquisadores. Contudo, um número maior de estudiosos, contemporâneos de Greimas, poderia ter se ocupado de tal trabalho em diretrizes semelhantes à SE. Portanto, a pequena quantidade de trabalhos publicados sobre o assunto antes de 1966 legitima a lacuna descrita na respectiva obra.

O empreendimento de Greimas é justificado em razão da constatação de que as pesquisas sobre semântica não ocuparam o merecido lugar no âmbito dos estudos tradicionais de língua e linguagem. Isso viabilizou que o estudo da significação fosse feito de modo parcial e indireto e, assim, não foi possível configurar um espaço próprio e adequado à semântica. Contudo, essas tentativas parciais e indiretas, quando apresentaram pertinência (Saussure, Hjelmslev, Propp), puderam fazer com que Greimas pudesse configurar o respectivo espaço para a semântica e, posteriormente, para a semiótica.

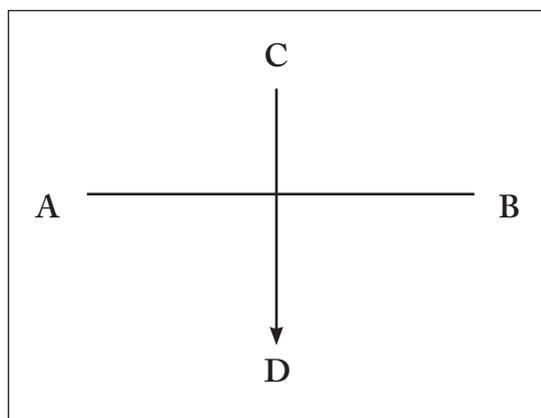
Nesse sentido, é correto afirmar que Greimas (1973) não se esforçou para promover uma separação entre semântica e semiótica, no intuito de viabilizar dois rumos distintos de pesquisa. De qualquer modo, os anos que se passaram após 1966 fizeram com que o termo *semiótica* se sobrepusesse à semântica. Contudo, isso não significou abandono das bases do projeto inicial por parte dos seguidores de Greimas ou por ele próprio, que retomou vários aspectos desse contexto em obras posteriores. É importante pontuar que, segundo Landowski (2007, s/p), toda uma geração de pesquisadores se manteve fiel ao espírito da SE, ora voltados ao desenvolvimento da linguística, ora orientando a semântica do texto.

O caráter antecipatório presente na SE não é preciso o bastante para permitir ao leitor a visão clara de todos os deslindamentos futuros da semiótica francesa. Porém, é necessário expor que a pertinência do livro reside em mais de um aspecto, pois os problemas que Greimas articulou possuem um caráter global. Ele lidou com grandezas que derivam de perspectivas específicas oriundas tanto de

processos dedutivos quanto indutivos que estão longe de procederem apenas do âmbito da manifestação linguística. Greimas se interessou igualmente por questões psicanalíticas, artísticas e culturais de um modo geral. Sua atenção recaía justamente no aspecto que antecede e sucede de maneira comum esses campos: a significação.

As primeiras 135 páginas da SE (1973) têm como intuito principal apontar as unidades que constituem o significado, tais como os semas, os sememas, os clasemas e os lexemas. Greimas, em seguida, engajou-se em um novo patamar de reflexão e passou a considerar o universo em seu sentido pleno. Ele buscou introduzir conceitos (conjunção, disjunção, eixo semântico, entre outros) no âmbito da semântica visando a articular, de modo condizente, distinções básicas desse novo contexto.

Uma dessas distinções diz respeito à ordem paradigmática e à ordem sintagmática. Essa temática é oriunda das ideias saussurianas expressas no *Curso*. Em tal obra, o linguista genebrino (SAUSSURE, 1995, p. 95) propõe que as ciências deveriam demarcar com mais rigor os eixos sobre os quais estavam situadas as coisas das quais tratavam. Para isso, segundo o autor, era necessário destacar os seguintes eixos:



Quadro adaptado de Saussure (1995, p. 95)

O primeiro é o eixo das simultaneidades (AB), concernente às relações entre coisas coexistentes, de onde toda intervenção do tempo se exclui (SAUSSURE, 1995, p. 95). Já o segundo é o eixo das sucessões (CD), “sobre o qual não se pode considerar mais que uma coisa por vez, mas onde estão situadas todas as coisas do primeiro eixo com suas respectivas transformações” (SAUSSURE, 1995, p. 95).

Nessa mesma linha de raciocínio, Saussure discute o conceito de sintagma e de família associativa: “[e]nquanto um sintagma suscita em seguida a ideia de uma ordem de sucessão e de um número determinado de elementos, os termos de uma família associativa não se apresentam nem em número definido nem em uma ordem determinada” (SAUSSURE, 1995, p. 146). O sintagma é composto por dois ou mais termos consecutivos (por exemplo, “a vida humana”, “se fizer bom tempo, sairemos”). Já uma família associativa (paradigma) é formada por uma relação mental entre termos, que se realiza através de prefixos, sufixos e analogias de significado (ensino, ensinar, ensinamento, instrução).

Sintagma e paradigma são, portanto, importantes conceitos no *Curso* e permitem, inclusive, uma categorização da SE ao dividi-la em duas partes. A primeira diz respeito às discussões acerca de conceitos relacionados ao paradigma, ou seja, conceitos que se estabelecem por meio de relações opositivas. Já a segunda diz respeito às discussões sobre os conceitos relacionados ao sintagma, em outras palavras, aos conceitos vinculados às relações contrastivas.

Os conceitos que Greimas discutiu na SE podem, então, muito bem serem distribuídos nessas duas categorias: sintagma e paradigma. Tais conceitos se organizam por meio de relações similares àquelas que Saussure (1995) discutiu quando tratou do sistema linguístico, a diferença é que Greimas pensou a língua em uso, materializada nos textos. Por exemplo, os actantes se organizam por meio de oposição (sujeito *vs* oponente), na qual um termo substitui o outro, enquanto a isotopia se constitui por uma sequência linear de termos que se

contrastam e se complementam sem haver substituição.

Nota-se que, nesse nível, as intenções de Greimas se tornam muito maiores, já que ele procurou elaborar um conjunto de princípios de organização de aplicação geral (normalização, redução, homologação etc.), destinado a permitir a descrição da produção ou da apreensão de qualquer significado no discurso. Sem intenções como essas, dificilmente Greimas conseguiria construir a base de sua teoria que, nos moldes por ele desejados, se encontrava quase na estaca zero.

Greimas não adentrou em um ambiente completamente vazio, ou seja, a semântica não se encontrava abandonada, e isso é um fato (cf. KATZ; FODOR, 1977 [1963], POTTIER, 1977 [1965]). Quando ele afirmou que a semântica era a “parente pobre da linguística” (GREIMAS, 1973, p. 12) foi simplesmente para destacar o desnível, em termos de resultados, existente entre as abordagens em linguística, ou seja, para Greimas, a fonética e a fonologia, por exemplo, se encontravam em um estágio muito mais avançado.

Sabe-se que existiam correntes de semântica na época, só que em número pequeno e com intuítos que discerniam profundamente do ideal de Greimas. Esse ideal consistia em uma semântica sincrônica que teria como objeto a significação e não o signo ou o lexema. Nesse sentido, de fato, ele estava praticamente sozinho, situação que se modificaria no momento em que sua obra viesse a conquistar seguidores.

Tudo o que se disse acerca de Greimas já permite desvelar traços de sua postura como pesquisador, por conseguinte, há uma maior aproximação à SE, visto que esta é essencialmente a refração individual do conjunto de fatores históricos, científicos, institucionais relativo à época vivida por seu autor.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. Da interpretação. In: *Órganon*. 2. ed. Tradução de Edson Bini. Bauru, SP: Edipro, 2010. pp. 81-110.

BARTHES, R. A atividade estruturalista. In: ESCOBAR, C. Henrique (org.). *O método estruturalista*. Trad. C. Henrique Escobar. Rio de Janeiro: Zahar, 1967 [1963].

BLAINEY, G. *Uma breve história do século XX*. São Paulo: Fundamento, 2008.

BLOOMFIELD, L. *Language*. Thirteenth impression [1976]. London: George Allen & Unwin, 1933.

BRÉAL, M. *Ensaio de semântica*. Trad. F. Aída et al. São Paulo: Pontes: Educ, 1992.

DOSSE, F. *História do estruturalismo: o campo do signo 1945/1966*. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 1993.

GREIMAS, A. J. *Semântica estrutural*. Trad. Haqira Osakabe e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix: Edusp. 1973.

_____. *Sémantique structurale: recherche de méthode*. Paris: Larousse, 1966.

_____. *Maupassant - a semiótica do texto: exercícios práticos*. Tradução de Teresinha O. Michels e Carmem L. C. L. Gerlach. Florianópolis: UFSC, 1993.

_____. *Os atuantes, os atores e as figuras*. In: CHABROL, Claude. *Semiótica narrativa e textual*. Trad. Leyla P. Moisés, Jesus A. Durigan, Edward Lopes. São Paulo: Cultrix: USP, 1977. pp. 179-195.

GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. *Dicionário de semiótica*. Tradução de Alceu Dias Lima et al. São Paulo: Cultrix, 2008.

HJELMSLEV, L. *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. Tradução de J. Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Perspectiva, 1975.

_____. “Por uma semântica linguística”. *Ensaaios linguísticos*. Trad. A. de Pádua Danesi. São Paulo: Perspectiva, 1991[1957]. Cap. 08, pp. 111-127.

JAKOBSON, R. *Essais de linguistique générale*. Paris: Editions de Minuit, 1963.

KATZ, J. J.; FODOR, J. A. Estrutura de uma teoria semântica. In: LOBATO, Lúcia Maria Pinheiro (org.). *A semântica na linguística moderna: o léxico*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977 [1963]. pp. 77-129.

KOERNER, E. F. K. Questões que persistem em Historiografia Linguística. *Revista da ANPOLL*, n. 2, pp. 45-70, 1996.

LANDOWSKI, E. Le papillon tête-de-Janus: à propos de Sémantique structurale, quarante ans après. *Nouveaux Actes Sémiotiques*. Recherches sémiotiques. 2007. Disponível em: <<http://revues.unilim.fr/nas/document.php?id=342>>. Acesso em: 03 dez. 2010.

LEPSCHY, G. C. *A linguística estrutural*. Trad. N. T. Feres. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1971.

LEROY, M. *As grandes correntes da linguística moderna*. Trad. de Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix: USP, 1971.

LÉVI-STRAUSS, C. A estrutura e a forma: reflexões sobre uma obra de Vladimir Propp. Tradução de Lúcia P. da Silveira. In: PROPP, Vladimir I. *Morfologia do conto maravilhoso*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1984. p.145-180.

LIMA, L. C. *O estruturalismo de Lévi-Strauss*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1968.

LOBATO, L. M. P. (org.). *A semântica na linguística moderna: o léxico*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

MALMBERG, B. *As novas tendências da linguística: uma orientação à linguística moderna*. Tradução de Francisco da Silva Borba. São Paulo:

Nacional: USP, 1971.

MILANI, S. E. *Historiografia-Linguística de Ferdinand de Saussure*. Goiânia: Kelps, 2011.

OLIVEIRA, R. P. Semântica. In: MUSSALIM; BENTES (org.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. 3. ed. v. 2. São Paulo: Cortez, 2003.

PLATÃO. *Diálogos: Teeteto - Crátilo*. Belém, UFPA, 1973.

POTTIER, B. A definição semântica nos dicionários. In: LOBATO, Lúcia Maria Pinheiro (org.). *A semântica na linguística moderna: o léxico*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977 [1965]. pp. 21-31.

PROPP, Vladimir I. *Morfologia do conto maravilhoso*. Trad. Jasna Paravich Sarhan. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1984a [1928].

_____. “Estudo Estrutural e Histórico do Conto de Magia”. In: _____. *Morfologia do conto maravilhoso*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1984b.

SAUSSURE, F. *Curso de linguística geral*. Trad. A. Chelini, José P. Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1995.

SOURIAU, É. *As duzentas mil situações dramáticas*. Trad. Maria L. Pereira e Antônio E. Cadengue. São Paulo: Ática, 1993 [1959].

A SEMIÓTICA DAS PAIXÕES: EPISTEMOLOGIA E METODOLOGIA

Ms. Janice Alves Gomes (IFG)

Introdução

Antes de falar sobre as concepções metodológicas da Semiótica das paixões, é relevante considerar a ruptura e a continuidade para esse ramo do conhecimento semiótico. A primeira condição para se falar do sentido, enquanto significação, é compreender o mundo como ruptura, pois o sentido subentendido na interpretação do fazer do sujeito narrativo só é percebido por meio da descontinuidade do mundo ou ruptura. Quando pensamos em ruptura, estamos, segundo Greimas e Fontanille (1993, p.10), falando sobre o processo de transformação do sujeito narrativo por força de um fazer.

Esse processo de ruptura levou Greimas e Fontanille a desenvolverem a Semiótica das paixões. Ocorreu a partir da Semiótica da ação, pois o fazer do sujeito narrativo pode ser reduzido, num nível mais profundo, ao conceito de transformação, que produz ruptura entre dois estados, ou seja, passa de um estado inicial a um estado final. A segmentação desses estados no desenvolvimento narrativo se define, assim, por seu processo de transformação. O que ocorre com essa movimentação é que o sentido encontrado na interpretação é o do mundo conhecido como ruptura.

O fazer do sujeito narrativo encontra-se assim reduzido, num nível mais profundo, ao conceito de transformação, isto é, a uma espécie de pontualidade abstrata, esvaziada de sentido, que produz ruptura entre dois estados. O desenvolvimento narrativo pode,

então, justificar-se como segmentação de estados que se definem unicamente por sua ‘transformabilidade’ (GREIMAS; FONTANILLE, 1993, p. 10).

A ruptura deve ser entendida como um processo de ação metodológica sobre um determinado conceito (conforme MILANI, 2011) que, para a Semiótica, seria a perspectiva do estudo da significação do texto. Ao refletir sobre as concepções que envolvem uma determinada questão, o indivíduo provoca uma cisão que o leva a produzir sentido. O método semiótico se desenvolveu, então, da necessidade de especificar, com maior precisão, a significação no estudo dos textos, sendo assim, há a ruptura de um pensamento, pois até então filósofos e linguistas se preocupavam com o estudo da palavra, da oratória, não considerando nesses estudos questões mais abrangentes, como o contexto. Com a concepção da Semiótica houve essa preocupação em envolver o processo enunciativo na produção de significação, o que levaria em conta o sujeito, o tempo e o espaço, ou seja, tudo o que envolve a movimentação cultural.

O que se deve considerar na Semiótica é que seu campo de exercício empírico é o discurso e a unidade de análise é o texto: verbal e não-verbal. O sentido é considerado a direção, pois o sentido que um objeto produz está relacionado com a tendência a que ele está direcionado (FONTANILLE, 2008). Por exemplo, ao observar as concepções das *paixões* desenvolvidas pelos filósofos, percebe-se o processo de ruptura e continuidade sobre o conceito desse termo, e todos eles estão relacionados com o momento histórico, social, político e cultural de cada filósofo, ou seja, as transformações ocorridas nesse campo pela mudança de estados dos sujeitos narrativos envolvidos nesse processo.

Dessa forma, é a ruptura que direciona as várias possibilidades de mudanças sociais, a partir da necessidade de inventar e reinventar, de complementar, de ampliar teorias, como ocorreu e ainda ocorre com a Semiótica. Esse processo de ruptura é possível porque o senti-

do é considerado uma matéria amorfa e a Semiótica tem a função de dar forma a ela de acordo com as necessidades do período em que se produz tal sentido, pois tudo o que faz parte do mundo é semiótico e se desenvolve ou tem significação quando percebido pelo indivíduo.

Quanto ao processo que envolve a continuidade, ou o mundo como contínuo, Greimas & Fontanille (1993) partem da afirmação de que como as formas semióticas são todas da mesma natureza é possível retornar aos problemas gerados pelos desdobramentos discursivos e aos recursos metodológicos fundamentais à análise. Quando a Semiótica da ação moveu o questionamento de como os preenchimentos semânticos ocorriam para a noção de estado do sujeito, proporcionou condição para a instauração de uma sintaxe, ou seja, conjunto de regras para que isso ocorresse. Isso aconteceu por causa da formalização dos conceitos de actante e de transformação. Em Semiótica, as figuras actanciais, papéis constantes, que compõem a narrativa são o destinador, o sujeito e o objeto.

O estado pode ser, então, na perspectiva do sujeito que age, o resultado da ação, estado final, ou seu ponto de partida, estado inicial, a depender do ponto de vista, ou seja, um fato pode ser o fim de uma narrativa e o início de outra. Haveria, portanto, dois estados, o inicial e o final, e as mesmas dificuldades metodológicas ressurgem, pois o estado pode ser um *estado de coisas* do mundo transformado pelo sujeito e também pode ser o *estado de alma* do sujeito, que se torna competente em vista da ação modal que sofre durante a transformação. Com essas concepções de estado ressurgem o dualismo sujeito/mundo, que somente pode ser discutido em decorrência da existência de uma semiótica homogênea, por causa da transformação que faz com que o mundo, enquanto *estado de coisas*, se reintegre no espaço interior uniforme do sujeito. Essas duas concepções de estado se reconciliam numa dimensão semiótica da existência homogênea, em decorrência da relação entre o físico e o sensível, ou seja, a realidade é uma só.

Ao falar sobre o mundo como descontínuo, Greimas & Fonta-

nille (1993) expuseram a dificuldade de se desenvolver uma metodologia para a Semiótica das paixões, em decorrência da complexidade em considerar as relações entre sujeito/mundo como “condições de produção e captação da significação” (idem, p.16), pois “o *ser* do mundo e do sujeito” (idem, p.16) diz respeito à ontologia, não à Semiótica. Sendo assim, à Semiótica caberia captar o *parecer*, para constituir um discurso epistemológico e criar precondições para resolver as dificuldades e dúvidas suscitadas nas análises discursivas.

Ainda segundo Greimas & Fontanille (1993), a constituição do *parecer do ser*, mesmo que não seja considerado próprio para suscitar a certeza, é composto pela epistemologia das ciências naturais quando ela “fala do universo e de suas origens e do acaso e da necessidade” (idem, p.16). O *parecer ser* que se pretende perceber na teoria semiótica é o que está relacionado à sua praticidade operatória e à sua eficácia enquanto método de análise de texto.

[...] O “ser” do mundo e do sujeito não diz respeito à semiótica, mas à ontologia; [...]. Espera-se da semiótica, por sua vez, que ela capte o “parecer” e constitua um discurso epistemológico que formularia tais precondições, [...]. Esse discurso hipotético, que captaria em filigrana o “parecer do ser”, não é evidentemente próprio para suscitar a certeza; mas é, de certa maneira, o mesmo tipo de discurso que mantêm a epistemologia das ciências da natureza, quando ela fala, por exemplo, do universo e de suas origens, do acaso e da necessidade (GREIMAS & FONTANILLE, 1993, p. 16, *passim*).

Nessa busca de reconstituir o nível epistemológico profundo, foram considerados, na organização da Semiótica das paixões, os conceitos de *tensividade* e *fória*. Segundo Fontanille (2008), a *tensividade* se refere às dimensões do sensível ou sensações captadas pelos sentidos. A presença sensível se exprime de acordo com *intensidade* (estados sensíveis) e *extensidade* (avaliação da dimensão), ou seja,

exprime-se segundo o valor quantitativo das emoções que o sujeito transfere ao objeto durante o ato enunciativo. Por exemplo, quando um sujeito está mediante uma cena, ele pode, ao escolher o léxico para se exprimir, optar por um termo menos tenso, como *incidente* ou mais tenso como *catástrofe*, isso dependerá da forma com que ele perceberá tal fato no âmbito da *foria*, pois há uma diferença em dizer que aconteceu um *incidente*, ou que aconteceu uma *catástrofe*.

A *tensividade* parecia ser na projeção das estruturas da ruptura, o recurso essencial para se resolver o problema das paixões, mas só foi possível trabalhar essa questão em decorrência da possibilidade de transformação do sujeito do discurso em sujeito apaixonado, assim como da autonomia que o sujeito do dizer discursivo tem em interromper e dar outro curso a sua narrativa, o que incorre na autonomia dos percursos passionais.

Essa autonomia é também percebida nas relações tensivas. Ela proporciona situar o espaço tenso no texto, antes mesmo do sujeito da enunciação se posicionar lexicalmente. Dessa forma, o conceito de *tensividade* transcende à instância da enunciação discursiva propriamente dita e pode ser vertido para o imaginário epistemológico. Isso significa que a *tensividade*, o estado emocional dos agentes textuais, pode gerar simulacro tenso e fazer parte do percurso gerativo de sentido. Mesmo assim a *tensividade*, segundo Greimas & Fontanille (1993), não consegue, por ela mesma, permitir o desvendamento do imaginário ôntico do sujeito e do fato passional.

Enquanto a *tensividade* está relacionada com o grau tenso do léxico, a *foria* compõe a categoria que determina as categorizações semânticas em *eufórica*, quando mantém relação positiva do sujeito com o objeto-valor, ou *disfórica*, quando mantém relação negativa do sujeito com o objeto-valor. A *foria* seria, então, o elemento que daria sustentação à *tensividade*, para a resolução epistemológica dos problemas passionais discursivos. Primeiro, porque, durante as análises de algumas “paixões de papel”, é preciso considerar que há nos

discursos o relativismo cultural, ou seja, “a ideia que se faz do que seja uma ‘paixão’, varia de um lugar para o outro, de uma época para a outra” (idem, p.18). Segundo, é que no discurso, ou mesmo na vida, “uma organização actancial, modal e aspectual idêntica” (idem, p.18), dependendo da situação em que os actantes são projetados, pode ser considerada paixão ou simples arranjo semântico (perfumaria). O que se considera, neste caso, é justamente a intenção dos enunciadores ao projetar seu discurso ou suas ações. Ele pode explicitar consciente ou não uma paixão ou simplesmente se expressar de forma embelezadora. O que significa que, quando há as duas coisas ao mesmo tempo, no mesmo enunciado ou na mesma ação, há excesso patêmico.

Para ser passional, uma sequência discursiva dependeria de uma sensibilidade particular. Essa sensibilidade seria vista como uma quebra no discurso, o que dividiria o sujeito em dois, como se outra voz surgisse para expressar sua própria verdade de outra forma. Fala-se da relação entre a interoceptividade e a proprioceptividade, ou seja, entre o tensivo e a foria. Nesse contexto, o sujeito se mostra um sujeito provido de emoções e mostra esse aspecto ao figurativizar (dar nomes) o mundo a seu modo, ou seja, eufórica ou disforicamente.

Tudo se passa como se outra voz se elevasse repentinamente para dizer sua própria verdade, para dizer as coisas de outro modo. Enquanto o corpo humano desempenhava, na percepção, o papel de instância de mediação, isto é, de lugar de transição entre o êxtero e o interoceptivo, instaurando um espaço semiótico tensivo mas homogêneo, é a carne viva, a proprioceptividade “selvagem” que se manifesta e reclama seus direitos como “sentir” global. Não é mais o mundo natural que vem em direção ao sujeito, mas o sujeito que se proclama mestre do mundo, seu significado, e o reorganiza figurativamente a seu modo (GREIMAS & FONTANILLE, 1993, p. 19).

De acordo com essas considerações, a Semiótica das paixões encontrou seu ponto de equilíbrio metodológico a partir do desdobramento entre o sujeito-que-percebe e o sujeito-que-sente para justificar a credibilidade dos sujeitos, tanto destinador quanto destinatário, que é o ponto de sustentação da veridicção discursiva, isto é, do dizer verdadeiro estabelecido entre os sujeitos do discurso.

A Semiótica das paixões tem como fundamento metodológico a ruptura e a continuidade no processo de busca do sentido. Enquanto a ruptura é condição para perceber as relações do sujeito narrativo, pois este está em constante transformação por força de um fazer, a continuidade possibilita retornar aos problemas gerados pelos desdobramentos discursivos metodológicos fundamentais às análises dos textos, sejam eles verbais ou não. Ao procurar reconstituir o nível epistemológico profundo, foram considerados, na organização da Semiótica das paixões, os conceitos de *tensividade* e *foria*. Percebeu-se, então, a necessidade de medir a intensidade e a extensidade das emoções que o sujeito transfere ao objeto durante o ato enunciativo como forma de produzir sentido. Dessa forma, o sujeito apaixonado passa a ser considerado na Semiótica quando o contrato fiduciário coloca em jogo o fazer interpretativo por parte do destinador e da adesão do destinatário. Quando isso ocorre, esse sujeito assume a forma de sujeito discursivo ao interiorizar o jogo entre os atores do discurso. Em decorrência disso, a paixão entra em cena.

SEMIÓTICA PARA AS PAIXÕES

A Semiótica tem como preocupação analisar o sentido do texto. Para explicar a noção de valor na construção desse sentido ela precisou tomar emprestado o termo *valência*, responsável pela ligação dos elementos que compõem o discurso. Segundo Fontanille & Zilberberg (2001), na Química, o termo *valência* surgiu a partir mais ou menos de 1875 com o significado de teoria da ligação química, ou

seja, tem a função de ligar um átomo ou íon a outros átomos ou íons. Antes, porém, de ser usado pela Linguística, o termo *valência* foi utilizado em psicologia com o intuito de caracterizar a potência de atração de um objeto. A referência que a psicologia utilizou de *valência* veio do baixo-latim *valentia*, que significa *boa saúde, vigor*. Por fim, o termo *valência* foi introduzido em linguística para indicar a quantidade de lugares actanciais, ou seja, dos sujeitos, ligados a cada predicado na estrutura da frase. As valências são os elementos de ligação responsáveis pela coerência dos percursos dos sujeitos.

Na semiótica das paixões as *valências* têm a função de dar coerência e resistência aos discursos. São pontos de ligação do discurso que estabelecem o grau de intensidade e extensidade do valor apresentado, dependendo de como as figuras ou temas são dispostos. Em um discurso, não é o conteúdo do valor que importa, se se refere ao amor, à natureza ou à vida. Em termos de valência na construção do valor, o que importa é a intensidade ou a extensidade dada a esses elementos iniciados e finalizados no discurso. Quanto à forma como os conceitos, ou a percepção dos temas ou das figuras, são inseridos nos discursos, se são fortes ou fracos, duradouros ou não, têm que existir elementos, no caso as valências, que deem conta de manter essas relações.

Na análise de um texto, quanto ao aspecto incoativo, as valências possuem duas definições: são aspectualização e potencialidade de atrações e de repulsões, associadas a um objeto. No primeiro caso, a aspectualização se constrói a partir do valor que se tem do objeto em decorrência de seu posicionamento no texto. É responsável por transformar as funções narrativas de tipo lógico: a manipulação, a competência, a performance e a sanção, em um processo, de acordo com o observador inserido no discurso enunciado (BARROS, 2001), assim, os aspectos de pessoa, tempo e espaço são considerados nesse processo de transformação.

A cultura é determinante nessa construção, pois, em um texto,

um sujeito pode amar mais do que outro, ser mais feliz ou odiar mais do que outro sujeito, e da mesma forma expressar esses sentimentos de formas diferentes. O que irá determinar essa diferença são as valências escolhidas para representar tal sentimento, ou seja, a intensidade ou durabilidade dada às figuras escolhidas para simbolizar esse sentimento. Além disso, é preciso que exista um contrato fiduciário entre os sujeitos presentes no discurso e os objetos-valores para que essa organização se dê de forma coerente.

Quanto à segunda definição, a potencialidade de atrações e repulsões, refere-se a um tipo psicológico de valência que funciona como o pressentimento do sujeito. Essa atração e repulsão é a relação fórica que o sujeito mantém com o objeto-valor. Após a cisão fórica, a valência potencializa o sujeito, para, posteriormente, se manifestar sob a forma de ligação mais intensa, de atração ou de repulsão. Nesse caso, o conjunto de valências, além de proporcionar ao mundo dos objetos uma proteção, sem a qual eles não recebem valor, constitui também a fidúcia.

O sujeito protensivo é aquele que retém lembranças das sensações ou experiências passadas e que projeta no futuro um saber adquirido, por isso essa relação de atração e repulsão em relação ao objeto-valor. Essa potencialidade é a relação que o sujeito mantém com esse objeto. Quando o sujeito deseja um objeto e faz a *performance*, diz-se que a ação é eufórica, há, então, uma cisão fórica, com isso, há um contrato entre os sujeitos actanciais da ação, constituindo a fidúcia. No texto de Gonçalves Dias “Canção do Exílio”, a saudade da terra natal, Brasil, foi potencializada no *eu*, no jogo comparativo que ele faz dos dois lugares, sua terra natal e Portugal, o país no qual se exilou, e demonstra o quanto prefere o *lá*, Brasil, que o *aqui*, Portugal.

A fidúcia diz respeito ao contrato mantido entre os sujeitos da ação. Segundo Greimas & Courtés (2008), o contrato fiduciário coloca em jogo o fazer interpretativo por parte do destinador e da adesão do destinatário, mas nem sempre esse contrato ocorre por

vontade dos sujeitos.

O sujeito apaixonado é, então, considerado na Semiótica e assume a forma de sujeito discursivo ao interiorizar o jogo entre os atores do discurso. Em decorrência disso, a paixão entra em cena. Esse sujeito apaixonado é definido por sua capacidade de criar o conjunto de papéis actanciais necessários à encenação discursiva da paixão. Tal propriedade só é pensada na Semiótica quando, no espaço tensivo, é acionada a possibilidade de divisão do sujeito em vários proto-actantes. Quando o actante, aquele que realiza ou sofre o ato, é projetado sobre o quadrado semiótico, significa que ele é um ator (um preenchimento) hipotético, pois sua aspectualização depende da forma como o discurso é desencadeado, para se transformar em um papel da cena (GREIMAS & COURTÉS, 2008).

Segundo Greimas & Fontanille (1993), o querer, o dever, o poder e o saber são modalidades que, como se sabe, fazem parte da categorização racional, mas no âmbito das paixões é preciso considerar os efeitos de sentido passionais. Sendo assim, essas modalidades devem seguir outra ordem ou outro modo de organização. Para tanto, o devir deve ser considerado nessa análise das modalizações, por representar o ponto de equilíbrio positivo favorável à divisão da substância e da essência fórica, representada pela euforia/disforia do sujeito em relação ao objeto-valor. Para que isso ocorra, a foria tem de ser reconhecida em si como um esboço da sintaxe.

Reconhecer o devir nesse íterim significa repercussão, na epistemologia, da manifestação do contínuo percebida na sintaxe do nível discursivo. Passagem de um estado a outro, ou mudança de estado, além de admitir estados e transformações, o devir não distingue o *ser* do *fazer*. Quando o devir é aplicado às concepções semióticas, constitui relações diferenciadas entre elas, é o início de uma mudança contínua, em que o sujeito se transforma.

Nesse sentido, são muito tênues as diferenças que separam a protensividade, a orientação e o devir, pois, designam, de certa for-

ma, a mesma coisa. A protensividade é considerada o primeiro efeito modal da cisão na transformação narrativa. A orientação representa a propriedade figural da cisão, ou seja, ela é importante pela representação da foria na sintaxe. Enquanto o devir é considerado o produto do desequilíbrio das tensões que confirmam a cisão. Como o que importa nesse momento é o devir, ele oferece duas vantagens. A primeira diz respeito à preocupação quanto ao nível epistemológico. Nesse contexto, ele atua de forma a convidar a trabalhar a harmonia do texto, leva a pensá-la como portadora de uma historicidade, ou seja, faz com que a potencialidade organize as ações que constituem a história de uma pessoa e que condicionam seu comportamento em uma dada situação.

A segunda se refere à relação que mantém com a manifestação em texto, quando a aspectualização, enquanto gestão do *continuum* discursivo, ele consegue tais efeitos na superfície textual. No que se refere ao nível das precondições textuais, o devir cria o efeito que pode ser decomposto em sujeito e objeto.

Segundo Greimas & Fontanille (1993), a relação entre o sujeito e o objeto pode tomar duas direções que têm por fim as modalizações actanciais. A primeira, a da modulação, supõe a aspectualização do discurso. A segunda, a da discretização, é a responsável pela ligação das variações tensivas à foria, e pela “categorização modal que atua no nível narrativo” (idem, p 34). Dessa forma, no que se refere ao contínuo, o devir obedece à demarcação das variações de tensão passional, tal demarcação faz com que surjam unidades descontínuas.

Quando essa demarcação das variações de tensão passional obedece à lógica das aproximações dos actantes e age por superposição e rupturas de tensões, dá lugar a propriedades inerentes do devir como “fases de aceleração ou afrouxamento, origens e fins, aberturas e fechamentos, suspensões ou prazos” (Idem, ibidem, p.34) no que se refere ao processo de transformação dos actantes. As modulações do devir são o protótipo do *querer*, ou seja, produz abertura do devir, o

do *saber* provoca o fechamento do devir, o do *poder* sustenta o curso do devir, e o protótipo do *dever* é a suspensão do devir. As três primeiras representam, em primeira instância, no nível do discurso, a tríade aspectual: o incoativo, o durativo e o terminativo. Essa tríade possui o mesmo embasamento que as modulações enquanto forma discursiva do processo, mas são obtidas de formas diferentes.

Quando essas modulações do devir são aplicadas à categorização do ser, surge o percurso gerativo, e são convertidas em modalizações na Semiótica da ação. Quando se diz que o aspecto incoativo está centrado no *querer*, significa que toda ação somente se inicia motivada pelo querer de alguém. Mas não basta só querer, é necessário também um *saber*, aspecto durativo, pois para realizar a ação é necessário um saber, assim como um *poder*, aspecto terminativo, pois para se concretizar a ação é necessário um poder. Não resolve ter somente um saber e não ter condições de colocá-lo em prática. Quanto à última modulação, o *dever*, a suspensão, há a interrupção do devir, pois o sujeito agirá coagido por outro sujeito. Segundo Greimas & Fontanille (1993, p. 36), “O dever procederia por ‘pontualidade’ da modulação, neutralizando os efeitos ‘de abertura’, ‘de encerramento’ e ‘cursivos’. Tal hipótese permitiria o funcionamento muito particular da modalização que daí decorre”.

Nessa busca para sistematizar a epistemologia da Semiótica das paixões e organizar uma metodologia que fosse além da utilizada pela Semiótica da ação, Greimas & Fontanille (1993) consideraram que a modulação, a modalização e a aspectualização constituiriam a teoria que regeria as investigações e descobertas referentes às tensões fóricas presentes nos discursos. Das combinações feitas entre as valências e os aspectos apresentados nos enunciados, Greimas & Fontanille (1993) consideraram que o número de modulações para o devir seria indefinido. Esse número só seria possível por definição, pois a lógica da aproximação das superposições que o organizam, o fazem em várias possibilidades.

De acordo com o raciocínio de Greimas & Fontanille (1993), mesmo que o sujeito se encontre modalizado, ele ainda não é capaz de conhecer o valor, consegue somente sentir as valências. Para que o sujeito tenha condições de conhecer o valor, precisa negá-lo. A negação é considerada a primeira operação que faz com que o sujeito passe a ser sujeito operador e tenha acesso ao mundo cognoscível. A segunda operação seria a contradição.

No percurso gerativo de sentido, é no nível fundamental que essa oposição se instaura. Todo discurso é marcado por uma oposição. Em *Travessia*, de Milton Nascimento e Fernando Brant, há a oposição *dependência* versus *independência*. Ao organizar essa oposição no quadrado semiótico, enquanto a independência é eufórica, é melhor ser independente, pois tem a liberdade, a dependência é disfórica, por ser uma situação de escravidão. O ser independente é forte e tem vontade de viver. Faz seu próprio caminho e tem voz para dizer o que sente e não tem medo do que sente. O ser independente se reconhece nas coisas e se sente feliz.

Esses termos opostos mantêm entre si, na categoria semântica, uma relação de contrariedade. Os termos que estão em relação de pressuposição recíproca são contrários. Têm-se dois contraditórios quando se aplica uma operação de negação a cada um dos contrários, /não dependência/ é o contraditório de /dependência/ e /não independência/ é o contraditório de /independência/. A cada contraditório implica o termo contrário do que é o contraditório: /não dependência/ implica /independência/ e /não independência/ implica /dependência/. Os contraditórios /não dependência/ e /não independência/ são contrários entre si. Para distingui-los dos contrários /dependência/ e /independência/, são chamados de subcontrários.

Como se pode perceber, ao quadrado semiótico é dado instalar uma racionalidade significativa como uma simples necessidade. Com isso passa a ser possível compreender as estruturas elementares da significação, quando, na contradição, o sujeito operador almeja uma

nova grandeza, tida como uma cópia, em busca da unidade proveniente da necessidade original. Essa unidade passa a ser uma rede de relações estáveis. Nessa rede, as composições das contradições, das contrariedades e das implicações, presentes no quadrado semiótico, produzem as categorias semânticas, o que proporciona uma imagem do objeto valor desejado.

CONCLUSÃO

Completa-se, assim, o ciclo que envolve as estruturas elementares capazes de explicar a significação, de acordo com a Semiótica das paixões. As estruturas elementares a essa compreensão partem das valências que ligam o sujeito e o objeto ao valor. Nessa busca pelo valor, deve-se considerar a instabilidade do sujeito, explicada pela euforia e disforia, que se encontram presentes nas paixões. Essa instabilidade é marcada pela capacidade que o sujeito tem de perceber as sensações no mundo.

Dessa forma, o devir, num processo de continuidade e ruptura dos elementos tensivos, cria o efeito de sentido. De posse desse efeito, compostos pelo sujeito e pelo objeto, desenvolvem-se as modulações do devir que, dependendo do contexto discursivo, pode ser apresentado como modalizações e mesmo como aspectualização. Elas possibilitam a relação de negação do sujeito, momento em que ele realmente tem condições de conhecer o valor do objeto. Da negação à contradição, tem-se a categorização dessas estruturas elementares no quadrado semiótico o que finda a especificação epistemológica da Semiótica passional.

REFERÊNCIAS

- BARROS, D. L. P. de. & FIORIN, J. L. (Orgs.). *Dialogismo, polifonia e intertextualidade: Em torno de Mikhail Bakhtin*. São Paulo: Edusp, 1994.
- BARROS, D. L. P. de. “Paixões e apaixonados: exame semiótico de alguns percursos”. In: *Cruzeiro Semiótico*. Porto, Associação Portuguesa de Semiótica, vol. 11-12, p. 60-73, 1989-1999.
- BARROS, D. L. P. de. *Teoria do Discurso: Fundamentos e Semiótica*. São Paulo: Humanitas, 2001.
- BARROS, D. L. P. de. *Teoria semiótica do texto*. São Paulo: Ática, 2007.
- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.
- FIORIN, J. L. *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. São Paulo: Ática, 1999.
- FONTANILLE, J.; ZILBERBERG, C. *Tensão e significação*. São Paulo: Discurso Editorial: Humanitas, 2001.
- GREIMAS, A. J; FONTANILLE, J. *Semiótica das paixões*. São Paulo: Ática, 1993.
- MILANI, S. E. *Historiografia Linguística: Ferdinand Saussure*. Goiânia: Kelps, 2011.
- MILANI, S. E. *Bases epistemológicas para a Historiografia Linguística: objeto e metodologia*. In: GELCO/2008 (a), Cuiabá.
- NÖTH, W. *A semiótica no século XX*. São Paulo: Annablume, 2005.
- PLATÃO. *Diálogos*. Teeteto – Crátilo. Vol. IX. Pará: Universidade Federal do Pará, 1973.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 2006.

ENVENISTE E A LINGUÍSTICA GERAL

Dr. Romulo da Silva Vargas Rodrigues (PUC)

«O que não se tentou para evitar, ignorar ou expulsar o sentido? É inútil: essa cabeça de Medusa está sempre aí, no centro da língua, fascinando os que a contemplam».

Émile Benveniste

VIDA E OBRA

Na história do pensamento sobre a linguagem, uma curiosidade bastante significativa é justamente o fato de que nem os linguistas, nem os gramáticos que os precederam consideraram importante estudar o sentido. Isso acontece porque o sentido sempre foi considerado de outra ordem. De fato, esse aspecto da linguagem está mais para a ordem do discurso que para a ordem da língua, ainda que língua e discurso integrem a linguagem e que este não exista sem o processamento daquela. Foi sobre essa problemática que se debruçou Benveniste em sua carreira de pesquisador. Ele pretendia elaborar uma teoria linguística que contemplasse todo o circuito da linguagem e não apenas aquele que foi considerado o principal aspecto dela, isto é, a língua.

Émile Benveniste nasceu na cidade de Aleppo, Síria, no dia 27 de maio de 1902. Aos 11 anos de idade, migrou para a França, naturalizando-se francês aos 11 anos depois, em 1924. Iniciou cedo seus estudos em Paris orientado por Antoine Meillet, que, por sua vez, havia obtido sua formação de Ferdinand de Saussure (1857-1913) e a retransmitiu a Benveniste. Aquele Saussure que formou

Meillet, porém, era diferente do que se tornou mundialmente reconhecido através da publicação do *Cours de linguistique générale*, aquele Saussure era um comparatista. A formação de Benveniste é, portanto, originalmente em linguística comparada, mas, assim como Saussure, Benveniste não se satisfaz com o pensamento comparatista e ousou voos mais altos.

O comparatismo se iniciou após o surgimento das ciências naturais, positivistas e cartesianas. O método científico, objetivo e indutivo, que surgiu entre os séculos XVII e XVIII, fez as ciências naturais avançarem com incríveis velocidade e qualidade se observadas da perspectiva dos métodos dedutivos aplicados anteriormente. Esse mesmo método, contudo, não se prestavam com a mesma produtividade às humanidades. O método foi, a nosso ver, o primeiro passo para a formação de um pensamento científico em humanidades, pois se prestava a uma postura mais sistemática na observação dos dados, muito embora ainda não resolvesse o problema da subjetividade na sua análise. Os avanços obtidos pelo comparatismo são notáveis em diversas áreas das ciências humanas, inclusive o surgimento do estruturalismo.

O estruturalismo vai surgir mais ou menos acidentalmente a partir da definição e conceituação de língua que Saussure vai fazer em seu *Cours de linguistique générale*, oferecido na Universidade de Genebra entre 1907 e 1911. Este trabalho é o resultado de uma vida dedicada às pesquisas comparatistas e à observação justamente das dificuldades para se estabelecer a objetividade nas análises a partir desse método. Ao definir a língua como um sistema, Saussure concomitantemente fornece também um método capaz de aproveitar a observação sistemática do comparatismo, corrigindo a ausência de rigor na análise que ele percebia e trazendo assim a objetividade aos julgamentos do pensamento sobre humanidades. As humanidades já podiam se estabelecer como científicas, pois o estruturalismo permitia definir o objeto, uma vez que consiste em método objetivo.

É nesse momento, em plena efervescência das humanidades,

que Benveniste vai se tornar pesquisador. Em 1927, Benveniste sucedeu Meillet na *École Pratique des Hautes Études*. Em 1937, entrou para o *Collège de France*, na cadeira de gramática comparativa. Mas sua vida e seu trabalho sofrem um duro golpe que vai modificar bastante, sobretudo, a forma como ele vai apresentar sua pesquisa. Ele trabalhou normalmente até II Guerra Mundial (1939-1945), porém, durante a invasão de Paris, ele foi capturado pelos nazistas. Como esses pretendessem matá-lo, conseguiu fugir e se refugiou na Suíça, onde permaneceu até o final de 1945. Isso, porém não impediu os invasores de saquearem seu apartamento, roubando tudo que tivesse valor, inclusive suas anotações manuscritas. Acreditamos que esse evento atrasou as suas pesquisas, impedindo-o de preparar uma versão final, integralizada, de seus estudos.

Benveniste foi um estruturalista, contudo, distinguiu-se bastante dos demais pesquisadores, sobretudo da descrição linguística que se esparramava pelo mundo com a urgência de descrever e reconhecer o maior número possível de línguas. A visão de uma linguística geral das línguas dominava a grande maioria dos linguistas. Porém, como afirmou Dosse (2007 I e II), a linguística estruturalista havia se concentrado na forma, relegando tudo que fosse subjetivo. Benveniste, contudo, buscava a relação do ser humano com a linguagem, não se conformava com uma linguística puramente formal, mas insistia em encontrar os traços do sujeito nas relações de sentido, na língua, no discurso, nível que, aliás, extrapolava a visão de língua daquele modo de pensar o estruturalismo. Segundo Dosse (2007-II), isso teria afastado dele os linguistas. Porém, Benveniste também estava, certamente, em busca de outros pontos de vista. Seja como for, Benveniste se aproximou muito da antropologia, da sociologia, da história e da filosofia da linguagem, áreas que, reconhecidamente, tratavam de questões que interessavam a ele: o ser humano em sociedade, a própria sociedade, a história e o sentido.

Tal é a visão que Benveniste estabelece sobre a linguagem, uma

visão que inclui o sujeito em seu lugar na história e na sociedade. Esse é o ponto de vista através do qual vai observar o objeto, alcançando seus objetivos em duas partes. Primeiro, busca ver na língua os traços formais da presença do ser humano. Em seguida, demonstra como o ser humano tem sua subjetividade formada pelo concurso da linguagem. Dessa metodologia decorre que, sua obra se compõe de textos de pequena extensão, mas de muita intensidade, sobretudo, artigos e ensaios apresentados em congressos. Benveniste não escreveu um livro com toda sua teoria, mas reuniu, em dois tomos, vários textos sob a insígnia de “linguística geral”. Seus textos refletem sua busca, tanto na linguística, quanto fora dela, da compreensão e descrição de seus objetivos, ou seja, de sua “tese” central.

Embora muitos admirem a teoria da enunciação, o ponto alto das teorias de Benveniste é a semiologia da língua. Discutindo os problemas da relação entre o significante e o significado, estabeleceu limites claros entre a semiologia, a semiótica e a semântica para a linguística. Para Benveniste, como se demonstra neste artigo, a língua é um sistema semiótico, modelo de todos os demais sistemas semióticos. É esse modelo linguístico de semiose que vai ser, de uma ou de outra maneira, “imitado” por outros sistemas semióticos. Na língua, as relações entre a forma e o sentido se estabelecem de modo a gerar toda a capacidade de representação da espécie humana. Os sistemas semióticos não linguísticos imitam o funcionamento da língua. A linguagem contém a língua e se traduz pela língua em uso.

A linguagem é, para Benveniste, o lugar da semântica, o processamento, a que chamou “enunciação”, através do qual o locutor estabelece o discurso a partir da utilização da língua. A enunciação é o colocar a língua em uso, como afirmou. A linguagem é o conjunto de todos os procedimentos, desde aqueles que formam a língua, como os sons vocálicos, até o discurso. A linguagem contém e extrapola a língua.

Com sua teoria da semiologia da língua, Benveniste estabeleceu, portanto, a língua como domínio da semiótica, a linguagem como con-

junto de todas as coisas, a semântica como processamento do sentido no discurso. A semiologia, como estudo da linguagem, implica, portanto, em duas faces, os estudos semióticos e os estudos semânticos. Para Benveniste, essa é a linguística que se deveria praticar. Uma linguística completa, holística, no sentido do holismo de Bertrand Russell (1872-1970) e Gottlob Frege (1848-1925), de ver as coisas como partes implicadas numa rede de relações que integra o todo.

Benveniste observou que, a Antropologia, por exemplo, vê a linguagem como parte da sociedade, entretanto, considerou essa visão um equívoco. Para Benveniste, não é a linguagem que integra a sociedade, como sendo dela uma parte, mas, ao contrário, é a sociedade que é uma parte da linguagem. Explicou que o ser humano é, aos poucos, formado pela linguagem. A linguagem integra sua formação mental, psicológica e social. A formação cognitiva do ser humano está imbricada à aquisição da linguagem. Ao adquirir linguagem é que o ser humano adquire, concomitantemente, a consciência. Ao adquirir consciência igualmente pela linguagem, toma consciência da própria consciência. E assim é endoculturado pela sociedade que o cerca como um ser social. É, portanto, por via da linguagem que o ser humano adquire a cultura e integra a sociedade. Logo, Benveniste demonstrou, dessa forma, que é a sociedade que faz parte da linguagem e não o contrário.

Benveniste fez uma oposição bastante significativa entre signo e palavra. Essa é, de fato, a base de sua teoria da semiologia da língua. A exemplo da semiose entre significante e significado, na linguagem, o modo semiótico e o modo semântico irão opor signo e palavra. O signo tem seu significado formado dentro do sistema, na língua. A palavra tem seu sentido formado na linguagem, sobre o signo, que lhe serve de significante. Para Benveniste, a palavra é o nível da linguagem de que os falantes têm plena consciência. Dessa maneira, a palavra constitui a menor unidade do discurso, enquanto a frase, por sua vez, sendo uma articulação de palavras, constitui-se na menor

unidade articulada do discurso. Essa seria a síntese da teoria da semiologia da língua, a dupla articulação da linguagem entre o modo semiótico e o modo semântico. O modo semiótico operando a língua e o semântico operando o discurso. O semiótico constituindo sintagmas como articulação de signos. O semântico constituindo frases como articulação de palavras. O semiótico gerando significados, o semântico gerando sentidos. Os dois modos operando como modelos de significação na linguagem.

É nesse sentido que Benveniste afirmou que era necessário ultrapassar Saussure. No sentido de ir além da língua em linguística. Não que Benveniste desconsidere a língua, mas, em seu entendimento, era preciso incluir o estudo da semântica na ciência da linguagem. Benveniste apresentou uma teoria complexa e completa de exame da linguagem, acrescentando à teoria saussuriana o aspecto semântico. É mesmo possível dizer que, o termo “linguística geral” tem para Benveniste um sentido mais arrojado que para os demais estruturalistas. Estes pensavam a linguística geral como uma ciência geral da língua, aquele, como uma ciência geral da linguagem. Benveniste encarou a linguagem como um todo de processamento da língua ao discurso, sempre embasado no pensamento de seus antecessores e contemporâneos, que demonstrou conhecer profundamente. Benveniste foi constituindo, paulatinamente, seu arranjo teórico. A partir da análise semiológica desse processamento, estabeleceu os limites de significação da língua em si mesma, aos quais chamou “domínio semiótico”; e da língua no discurso, aos quais chamou “domínio semântico”. Assim, em busca de estabelecer as relações do ser humano com a linguagem, Benveniste, para usar de sua própria metáfora, munido do escudo da linguística científica e da espada da semiologia, partiu em busca de enfrentar a Medusa do sentido e, como Perseu, retornou com sua cabeça.

A bibliografia de Benveniste recobre 50 anos de linguística, de 1922 a 1972 e, evidentemente, devido a seu interesse amplo, percorre

todas as áreas da linguística em que o estudo tradicional a fragmentou. Isso faz de Benveniste um autor importante tanto para funcionalistas quanto para analistas do discurso. Da descrição linguística à pragmática, da sociolinguística à linguística textual, todos poderão encontrar em Benveniste teorias capazes de atender às suas necessidades visto que seu trabalho perpassa de algum modo todas as áreas de pesquisa em linguagem. Mais do que trabalhar em mais de uma área de pesquisa, ele esteve a observar o fenômeno da linguagem como um todo, muito embora, muitas vezes o tenha feito de forma focalizada.

Benveniste permaneceu na *École Pratique des Hautes Études* e no *Colège de France* até o outono de 1969, quando foi acometido repentinamente de uma doença que o forçou a deixar todas as suas atividades. Faleceu em Versailles, aos três dias do mês de outubro de 1976, sete anos após se aposentar.

A VISÃO DO TODO

Benveniste organizou e publicou dois volumes com seus ensaios: *Problèmes de linguistique générale I e II*. Os dois volumes distribuem em seis partes (que se repetem a cada volume) 48 ensaios. As partes são:

I – “*Transformations de la linguistique*”, que abriga ensaios de cunho epistemológico;

II – “*La communication*” abriga ensaios que tratam das relações conceituais entre língua, linguagem e discurso;

III – “*Structures et analyses*” reúne os ensaios que analisam as estruturas da língua;

IV – “*Fonctions syntaxiques*” contém os ensaios sobre sintaxe e funcionalismo;

V – “*L’homme dans la langue*” reúne os ensaios que demarcam formalmente a presença do ser humano na língua, especialmente nos índices de pessoa, tempo e espaço; esses ensaios foram publicados

também em volume próprio.

VI – “*Lexique et culture*” se compõe de análises semânticas e de linguística diacrônica enfocando questões sócio históricas.

No primeiro volume, constam os ensaios com primeira publicação de 1939 a 1964. No segundo volume, os ensaios com primeira publicação de 1965 a 1972.

Buscando compreender o escopo geral de seu projeto, é possível avaliar essa obra tanto a partir da sua divisão em partes, quanto cronologicamente. A divisão em partes não é fortuita e nem se pauta nalguma necessidade de mera classificação. As partes por si estão relacionadas com a argumentação teórica de Benveniste. Ele principia com a discussão epistemológica, pois essa é a base de seu pensamento: uma mudança na posição para a elaboração de um ponto vista mais amplo, que não resulte numa visão fragmentária, mas, como já se disse acima, numa visão holística. O primeiro ensaio do primeiro volume é justamente “*Tendances récents en linguistique générale*”, de 1954, onde ele apresenta um balanço da linguística na primeira metade do século XX. Benveniste falou nesse ensaio sobre o grande esforço para descrever as línguas ao redor do mundo, assim como do enorme volume de pesquisas e publicações que apareceram, mas reclamou que essas pesquisas, embora em grande quantidade, apresentavam uma grande ausência de uniformidade no método e no próprio conceito de linguística. Esse fenômeno apenas reflete, segundo Benveniste, as transformações profundas que veio sofrendo a linguística no decorrer daquela primeira metade do século, demonstrando a necessidade de uma profunda reorganização das ciências humanas. Ele, de fato, traça um quadro do desenvolvimento da linguística naquele período, enquanto aponta alguns equívocos na percepção da teoria saussuriana, responsável pela mudança do paradigma nessas ciências.

Benveniste disse que, durante o século XIX, a linguística tinha a história como princípio de explicação da língua, ocupava-se da evolução das línguas e sofria, como todas as ciências, influência do

evolucionismo. Afirmou que é nesse contexto que surgiram as ideias de Saussure. O tempo deixa de ser o fator da evolução para limitar-se a seu quadro. A atomização da língua é condenada, embora muitos entenderam que se condenava a perspectiva histórica devido à forma nova de ver a língua em suas distintas sincronias. Benveniste afirma também que uma diacronia é uma sucessão de sincronias, contudo, observadas como sistema, enquanto o pensamento histórico observava a história como condição da língua. Benveniste não reconhecia a história como produtora da língua, mas, ao contrário, para ele, é a língua que permite a formação da história, visto que, pela linguagem é que se podem estabelecer as narrativas.

Segundo o ensaio, essa linguística científica, que Benveniste chamou de “*moderne*”, deixa de aceitar os dados como definitivos e passa a observar o próprio objeto *língua*. Através da decomposição de suas partes, reconhece as formas significativas da expressão linguística nativa. Descrevem-se os processos discriminatórios que operam o significado das formas numa língua. Assim, pela relação dos elementos de uma língua, é possível perceber suas leis internas e estabelecer as estruturas em seus arranjos particulares. Benveniste disse que a estrutura é tomada como valor programático da ciência linguística e indicou uma diferenciação entre o significado do termo “estrutura” para as linguísticas europeia e norte-americana.

On entend par structure, particulièrement en Europe, l'arrangement d'un tout en parties et la solidarité démontrée entre les parties du tout qui se conditionnent mutuellement ; pour la plupart des linguistes américains, ce sera la répartition des éléments telle qu'on la constate et leur capacité d'association ou de substitution (BENVENISTE, 1966, p. 9).

A definição europeia de estrutura dada por Benveniste não diferencia o estruturalismo do funcionalismo, em termos atuais. Explicou, inclusive, acerca das diferentes práticas de pesquisa estrutural

naquele período. Mas é preciso ressaltar que a concepção diferenciada de estrutura leva a uma prática descritiva diferenciada e, por conseguinte, a resultados distintos, ainda que observando o mesmo objeto. O próprio Benveniste alerta para o fato de Bloomfield rejeitar a concepção teleológica de Nikolay Sergejevich Trubetzkoy (1890-1938), em que o equilíbrio da construção seria fruto do objetivo a ser alcançado. O pesquisador orientado pela teoria de Bloomfield não vai considerar como estrutura senão a organização de fato, seus segmentos, a posição no conjunto desses segmentos, as possibilidades de substituição. É uma visão da imanência, sem mais. Mas Benveniste defendia a noção apresentada por Trubetzkoy, embora reconhecesse a impossibilidade de uma simetria perfeita desse equilíbrio e, até mesmo, responsabilizasse a assimetria da fonação como se inscrevendo no princípio de assimetria da língua. Há dois aspectos aqui que são dignos de nota.

O primeiro diz respeito a essa assimetria dos aparelhos fonadores, ninguém produz o mesmo fonema duas vezes. Se isso está na base de uma impossibilidade de alcançar os objetivos de significação esperados pelo falante, a língua terá que obter auxílio de outros aspectos da linguagem. Mais uma vez se vê Benveniste encaminhando sua preocupação básica, isto é, a presença do ser humano na linguagem. Até esse ensaio, na metade do século e metade de sua vida ativa como pesquisador, Benveniste percorreu todas as teorias da linguagem até então divulgadas, tanto na linguística como em outras áreas de produção de conhecimento, em busca das respostas para suas questões. Benveniste chegou a falar da possibilidade de se estabelecer a comparação entre uma mesma estrutura em duas sincronias distintas, estabelecendo a diacronia entre elas, na distinção de suas operações. Nesse ponto, Benveniste cita Jakobson e seu texto sobre afasia, onde o linguista demonstra que os afásicos perdem primeiro as estruturas que adquiriram por último na infância. Estava mesmo em busca do ser humano na linguagem e segue recolhendo os indícios da

presença do ser humano na linguagem e da influência da linguagem no ser humano.

A outra observação fica por conta da noção que assumiu de que a língua depende da fonação ou de que, não há língua sem fonação. Essa noção, vale dizer, exclui formas de língua que hoje já são admitidas por vários linguistas como “língua”. Esse é um problema que merece atenção especial e, por isso, faz-se esta menção a ele. A noção é relativizada em Saussure, que evocou William Dwight Whitney (1827-1894) para atestar a possibilidade de que o aparelho fonador tenha sido utilizado na língua por mera comodidade. O sistema precisa de matéria para formalizar estrutura, porém, essa matéria não necessita ser obrigatoriamente o som da voz. Para Whitney (2010), poderiam ser até mesmo os gestos. Apesar de Saussure discordar de Whitney por este afirmar taxativamente que a linguagem não é natural no ser humano, não discordava que a matéria fônica seja apenas uma dentre tantas outras que podem ser aplicadas na constituição do *articulus*, isto é, das partes mínimas que articulam entre si para constituir a linguagem (SAUSSURE, 2002, p. 17-18).

Neste ensaio, Benveniste estava relatando uma dificuldade inerente aos estudos linguísticos, às infinitudes de possibilidades de abordagem do objeto *língua*. Benveniste observa todos esses pontos de vista mais ou menos distintos, nos quais, quase sempre, os limites precisaram ser ultrapassados de alguma forma e por algum motivo e conclui que a língua subsiste em várias estruturas distintas, e que, cada uma dessas poderia formar de si uma linguística própria e completa. Como exemplo, cita o estabelecimento da linguagem entre os planos do significante e do significado, o estudo dessas relações em si poderia resultar em uma ciência linguística, afirmou. Contudo, poder-se-ia estudar a linguagem como fato humano, uma linguística do ser humano na linguagem, como ponto e fator de interação entre mente e cultura. Outra linguística ainda se poderia formar, segundo Benveniste, do trinômio língua, cultura e personalidade. Também é

possível estabelecer um estudo inteiramente objetivo das emissões sonoras como articulação da linguagem. Pode-se igualmente, buscar a infraestrutura escondida em enunciados registráveis, focando seu mecanismo. É possível ainda, estudar a estrutura de “jogo” presente na linguagem. Nesses dois últimos casos, Benveniste parece estar falando do ponto de vista pragmático. Por fim, um estudo da linguagem como ramo de uma semiótica geral, definindo a natureza dos símbolos linguísticos.

Benveniste reconheceu que tal enumeração é apenas uma exemplificação, a partir do que já se levantara em termos da dimensão do objeto da linguística até aquele momento, do que se poderia tornar essa ciência. Chamou a atenção para o fato de que cada ponto de vista reflete a posição do objeto e a natureza do método de observação. No momento desse ensaio, Benveniste parecia estar buscando por uma espécie de unificação de todos esses pontos de vista em uma ciência linguística que fosse capaz de observar e absorver os fatos de linguagem como um todo. Ele alcançou nesse ensaio seu problema mais fundamental ao afirmar que as categorias da mente e as leis do pensamento apenas refletem a organização e distribuição das categorias linguísticas. Benveniste disse que o universo foi primeiramente modelado pela língua e é assim que o ser humano o vê (BENVENISTE, 1966, p. 6). Portanto, para Benveniste, o espírito humano é modelado pela linguagem, mas admitiu que esses temas não foram ainda explorados convenientemente.

Por tudo isso, é que ele escolheu esse ensaio para iniciar sua coletânea. Na ordem cronológica, “*Tendances récentes en linguistique générale*” é o 12º ensaio a ser produzido. Antes dele, Benveniste já discutira sobre todos os outros tópicos. Aliás, na perspectiva cronológica se pode perceber que desde o primeiro ensaio, “*Nature do signe linguistique*”, de 1939, Benveniste já apresentava suas preocupações. Ele critica a noção de arbitrariedade do signo apresentada por Saussure, revelando a distância entre um pensamento meramente comparatista

e a realidade da referenciação.

Para Saussure (2002), o signo linguístico é arbitrário porque a sequência sonora não tem nenhuma relação de afinidade com a realidade significada. Benveniste, por sua vez, chama a atenção para o fato de que o significado é o próprio conceito da coisa significada e que esse conceito não se constitui sem uma relação direta com a coisa. O que Benveniste pretende com esse ensaio é situar adequadamente a ideia de arbitrariedade, evitando que se confunda a arbitrariedade com uma propriedade da língua que afeta todo o sistema. Em síntese, Benveniste alerta que na relação signo, significado e significante, apenas o significante pode ser arbitrário, pois o significado está diretamente relacionado com o objeto representado na língua, enquanto o próprio signo é formado, por sua vez, pela relação entre o significante e o significado e, portanto, não poderia ser totalmente arbitrário, visto que o significado não é. O significado que, como alerta Benveniste, Saussure também chama de conceito, ideia ou valor, é formado do conceito estabelecido sobre a coisa, objetivamente falando. Em outras palavras, o conceito é a ideia que se estabelece da coisa representada pelo signo. Essa seria a noção de referência, da qual Saussure não trata.

Benveniste sabia o que queria, uma linguística que considerasse a linguagem como um todo e estava construindo sua teoria geral. A ordem da apresentação dos ensaios está a serviço dessa construção. Às “*Transformations de la linguistique*” segue “*La communication*” em que Benveniste desconstrói a ideia de que a linguagem é uma ferramenta de comunicação. Em seguida, as partes mais formais: “*Structures et analyses*” e “*Fonctions syntaxiques*”, nesses dois capítulos Benveniste mostra de forma mais clara sua face estruturalista, contudo, sua visão do sistema é sempre como a visão da base da ordem da sociedade: a linguagem. Finalmente, Benveniste apresenta “*L’homme dans la langue*” demonstrando formalmente a presença do ser humano na linguagem e abrindo o caminho para “*Lexique et culture*” onde ele conclui a saga do

signo, na constituição da história e da cultura humanas.

A observação da oposição entre o modo da apresentação: por partes, e a cronologia da produção dos ensaios, revela a preocupação de dar uma unidade a seu trabalho. Por outro lado, parece que essa unidade somente começa a ser vista recentemente. Todas as polêmicas em volta de Benveniste, desde suas passagens pela *École Pratique des Hautes Études* e pelo *Collège de France*, parecem indicar de alguma maneira essa incompreensão acerca do objetivo de seu trabalho.

UMA TEORIA GERAL DA LINGUAGEM

As teorias mais importantes de Benveniste seriam a teoria da enunciação, uma teoria da semiótica do significado e uma teoria da semântica do sentido. Há outras teorias, como a que chamamos linguística histórico-antropológica (RODRIGUES, 2017), mas, o mais importante é a relação entre elas. Todas essas teorias formam uma espécie de teoria geral da linguagem. A concepção de linguística geral de Benveniste não se refere a uma linguística geral das línguas, como o propusera Saussure, mas a uma linguística geral da linguagem. E assim Benveniste cumpre sua proposta de ir além do conceito de signo colocado por Saussure.

A metodologia de Benveniste implicava em averiguar, onde quer que se pudesse encontrar pelas vias científicas, a presença do homem na linguagem. Por conseguinte, caso se tratasse da sociedade, da cultura ou do sujeito, Benveniste buscava conhecer e reconhecer as marcas humanas na linguagem. Sua metodologia englobava o método histórico comparativo, contudo, não o seguia como o seguiam seus colegas, acrescentava a ele discussões sobre o sentido e sobre a sociedade, sobre a cultura e sobre os conceitos sociais que estão implicados nas culturas ligadas historicamente ao indo-europeu. Benveniste tinha um objetivo que buscou divulgar através da publicação de *Problèmes de linguistique générale*, como já disse Flores:

Existem grandes linhas do pensamento benvenistiano que são recorrentes em seu trabalho e que podem ser resumidas na expressão que dá título à quinta parte dos *Problemas...*, *O homem na língua*. É disso que Benveniste está sempre a falar, ou seja, da possibilidade de que o homem se marque na língua e, por esse ato, se singularize, se torne um sujeito (FLORES, 2013, p. 43).

O objetivo de Benveniste era incluir nos estudos da linguagem todos os aspectos que relacionassem o ser humano, mas entendia que isso implicava em um todo. Para Benveniste, somente uma palavra poderia dizer esse todo: “linguagem”.

Um olhar desatento pode entender que Benveniste, ao tratar de cultura, sociedade e questões políticas ou religiosas, estivesse olhando para além da linguagem. Porém, todo esse esforço de Benveniste estava a serviço daquela que pode ser chamada sua tese principal, a tese de uma linguística completa, que incluísse o sentido discursivo em seu método, e que abarcasse a completude da linguagem. Contudo, para Benveniste, nenhuma sociedade pode se estabelecer sem linguagem, uma vez que, sem ela, o sujeito não existe. O sujeito é resultado da assimilação cultural da própria sociedade, ou seja, sociedade, cultura e ser humano só existem por causa da linguagem. Em vista disso, tornou-se importante, com um enfoque mais apurado, discutir os conceitos que Benveniste teceu ao longo de sua obra. Justamente, esses conceitos cuja síntese resultou, ao longo do século XX, em uma infinidade de controvérsias, todas relacionadas à história da linguística, à construção dessa epistemologia complexa, o pensamento científico sobre a linguagem que define o que vem a ser a ciência linguística. Uma definição tão importante para uma ciência cujo objeto é seu próprio intérprete.

O fato de Benveniste ter apresentado suas teorias apenas através de uma coleção de ensaios e outros textos complementares, torna mais difícil ver a unidade de seu trabalho. Existe o risco de tratar

os textos como relativa ou completamente independentes, reconhecendo neles somente alguns traços em comum. A historiografia-linguística que se realizou de *Problèmes de linguistique générale* oferece condições para uma visão mais integral do conjunto de suas teorias. A ideia inicial era verificar nesse trabalho de Benveniste, que reúne textos produzidos de 1939 a 1972, a presença de um tipo incomum de síntese panorâmica do que fora feito em ciência linguística no decorrer do século XX. Esse panorama aparece como uma espécie de plano de fundo formado pelas imersões que Benveniste realizou em várias áreas, tanto da teoria linguística, quanto das ciências conexas, sempre em busca de compreender e demonstrar as relações entre o ser humano e a linguagem. Dessa forma, o que pode, por um lado, constituir-se numa dificuldade para a visualização da integridade de suas teorias, por outro lado, constitui-se em um benefício extra. Trata-se justamente da possibilidade de fazer uma incursão por diversas escolas, vertentes e pontos de vista distintos dentro da ciência linguística, assim também, em algumas disciplinas conexas. Essa é a visão particular que se obtém em Benveniste a partir da construção de seu método de uma linguística cujo ponto de vista seja o mais amplo possível, captando desde os elementos inferiores, constituintes da linguagem e se estendendo sobre a língua, a enunciação e o discurso, encontrando o ser humano e chegando, finalmente, à cultura e à sociedade. Em termos de historiografia-linguística, seu projeto faz-se notar de maneira a apresentar um panorama geral da linguística, justamente devido a essa forma de apresentação escolhida pelo autor.

A obra de Benveniste, curiosamente, serve a quase todas as áreas da ciência linguística, contribuindo aqui e ali com mais ou menos esclarecimentos. Isso não aconteceu por acaso. Desde seus primeiros ensaios, mostrou seu interesse em uma linguística que incluísse sujeito e sentido. A formação de Benveniste foi em linguística histórica comparativa, ao longo de sua carreira, associou-se com o estruturalismo; entretanto, atuou de uma maneira bastante distinta de seus cole-

gas, tanto no comparatismo, quanto no estruturalismo. Praticamente nenhum linguista daquela época se ocupava de questões como o sentido, a subjetividade, ou aspectos pragmáticos da linguagem, isso era problema da semântica, da lógica filosófica, ou da psicologia. Benveniste, todavia, não elaborava um único texto em que não relacionasse, de alguma maneira, um desses elementos. Mesmo tratando de questões sintáticas ou morfológicas, sobre as quais nem comparatistas, nem estruturalistas viam qualquer possibilidade de tratar do sentido ou do sujeito, ainda assim, Benveniste relacionava tais questões. Seu objetivo era esse: incluir o ser humano nos estudos linguísticos com todas as implicações oriundas desse ponto de vista. Para tanto, sua carreira consistiu em desenvolver essa visão, sua metodologia tomou como princípio compreender o que se dizia a respeito, fosse em que área fosse. Por conseguinte, os dois volumes de *Problèmes de linguistique générale* apresentam as peculiaridades aqui tratadas.

Na narrativa de Dosse (2007) da *História do estruturalismo*, Benveniste é apresentado como uma figura respeitada, cuja notoriedade, porém, não alcança a mesma ressonância dos demais, primeiramente, porque a linguística se priva de tratar a subjetividade:

Benveniste terá desempenhado um papel ao mesmo tempo importante e subterrâneo, até 1968. Terá sido um iniciador no seio do próprio campo estruturalista, mas, num primeiro tempo, e apesar de sua notoriedade, reconhecida por todos, ele vai pregar no deserto, uma vez que se atravessa um período em que se pensa a linguagem abstraindo-se do sujeito (DOSSE, 2007, p. 63, 2007-II).

Em seguida, porque o sucesso de alguns colegas, igualmente, ressoava mais que o seu:

A linguística mais ouvida na época era ligada ao sujeito e à história. Greimas aparecia, pois, nesse plano, como o mais radical e mais científico, sucesso que dei-

xou na sombra a diferente orientação da linguística estrutural preconizada por Émile Benveniste (DOSSE, 2007, p. 287, 2007-II).

Como afirmou Flores, em *Introdução à teoria enunciativa de Benveniste*, “ele manifesta a intenção de ultrapassar Saussure, no mínimo, duas vezes” (FLORES, 2013, p. 77). Em “*La forme et le sens dans le langage*”, afirmou:

C'est la notion de signe qui intègre désormais dans l'étude de la langue la notion très générale de signification. Cette définition la pose exactement, la pose-t-elle entièrement ? Quand Saussure a introduit l'idée du signe linguistique, il pensait avoir tout dit sur la nature de la langue ; il ne semble pas avoir envisagé qu'elle pût être autre chose en même temps, sinon dans le cadre de l'opposition bien connue qu'il établit ; entre langue et parole. Il nous incombe donc d'essayer d'aller au-delà du point où Saussure s'est arrêté dans l'analyse de la langue comme système signifiant (BENVENISTE, 1974, p. 219).

Em “*Sémiologie de la langue*”, afirmou:

Il faut dépasser la notion saussurienne du signe comme principe unique, dont dépendraient à la fois la structure et le fonctionnement de la langue. Ce dépassement se fera par deux voies :

- dans l'analyse intra-linguistique, par l'ouverture d'une nouvelle dimension de signification, celle du discours, que nous appelons sémantique, désormais distincte de celle qui est liée au signe, et qui sera sémiotique ;
- dans l'analyse translinguistique des textes ;/., des œuvres, par l'élaboration d'une métasémantique qui se construira sur la sémantique de l'énonciation.

Ce sera une sémiologie de « deuxième génération », dont les instruments et la méthode pourront aussi concourir au développement des autres branches de la sémiologie générale (BENVENISTE, 1974, p. 219).

Como se vê nas citações, a ultrapassagem é uma posição metodológica que vai além daquela proposta por Saussure, apenas isso. Uma preocupação apenas técnica: ultrapassar os limites da significação que atribuía à língua uma espécie de exclusividade na formação do sentido, relegando qualquer outra forma de sentido à fala e, por conseguinte, à psicologia. Benveniste não discordava do funcionamento da língua quanto a seu mecanismo de significação, contudo, como disse, não se poderia permanecer apenas com a noção saussuriana de signo como princípio único de significação, era preciso ir além desse limite. Sem isso, Benveniste entendia que não haveria possibilidade de estudar o sentido, de alcançar o sujeito, de compreender a linguagem. Somente uma visão ampla da linguagem poderia fornecer essas inclusões. Como disse Benveniste, Saussure não viu que a língua apresenta um duplo processo de significação.

Benveniste viria a ultrapassar Saussure, sobretudo, porque teve com ele um encontro, como disse Normand (2014). Tratou-se de um encontro de dois teóricos na coincidência de uma mesma forma de enxergar o objeto. Um encontro na necessidade de ser científico, na relevância da precisão teórica, mas também na teoria em si. Benveniste é descendente intelectual de Saussure. A tal ultrapassagem se dá por via de um avanço considerável a partir da teoria saussuriana. Trata-se de levar a linguística adiante, a partir do ponto ao qual Saussure a trouxe.

Dessa forma, Benveniste salientou sua busca pelo “homem na língua”. Sua visão do todo estava amparada na filosofia da linguagem, que se pauta pela doutrina filosófica chamada contextualista ou holista. Essa doutrina considera os contextos como um todo e repudia a ideia de que seria possível desenvolver o conhecimento estudando

apenas uma parte do objeto, porém, pelo contrário, defende que é necessário priorizar a compreensão do todo, pois tudo não passa de uma malha de relações. Benveniste cita Russell, mas não cita Frege. Contudo, em filosofia da linguagem, especificamente, essa doutrina encontra em Frege seu maior expoente. Frege formaliza os pressupostos do contextualismo na filosofia da linguagem. Considerado como fundador da “doutrina do contexto”, a versão em filosofia da linguagem do modelo contextualista, Frege (1974) entendia que a unidade mínima de significado é a sentença. O princípio de Frege é de que o significado das palavras está no contexto da proposição e não pode ser encontrado isoladamente. Para ele, as palavras somente significam algo no contexto de uma proposição. Esse é o princípio que fundamenta a filosofia da linguagem e do qual Benveniste se serviu para fundamentar sua linguística.

Para Benveniste, a palavra é o equivalente discursivo do signo linguístico, que é operado na língua. A teoria da semiologia da língua de Benveniste pressupõe dois modos de significação, o modo semiótico, que é do nível linguístico, e o modo semântico, que é do nível discursivo. A unidade mínima do modo semântico é, justamente, a palavra, enquanto a frase é a menor unidade composta. O princípio de Frege é o mesmo que Benveniste utilizou para constituir sua teoria da semiologia da língua no que tange ao modo semântico. O sentido das palavras é o resultado de sua relação no interior do enunciado, tal qual para Frege. No enunciado, entra em relação com outros signos de igual nível (o nível sintagmático, ou lexical). A palavra é o elemento que os usuários da língua reconhecem conscientemente na linguagem, por conseguinte, é com a palavra que o usuário opera a enunciação formando seu discurso.

Quando se fala na preocupação de Benveniste com o todo, se quer referir o fato de que ele provavelmente via na linguagem o conjunto da complexidade formada por sociedade, cultura e seres humanos. Para ele, não haveria sociedade sem linguagem, porque, é por

via da linguagem que os seres humanos desenvolvem as culturas ao longo da história. Para mais bem esclarecer esse seu ponto de vista, Benveniste disse que, diferentemente do antropólogo, que vê a sociedade e entende que a língua seja parte de sua cultura, o linguista pode olhar a sociedade e compreender que o que acontece é o contrário: a sociedade, com sua cultura, é que é parte da linguagem. Isso por que a sociedade é formada pela linguagem, no sentido em que, seus membros, os seres humanos, são endoculturados desde a infância a partir da linguagem, da mesma maneira, a história da sociedade é narrada por via da linguagem, seus aspectos históricos estão preservados na polissemia das palavras, e sua cultura só pode ser interpretada pela linguagem. Por fim, ou por princípio, o próprio ser humano é formado individualmente por via da linguagem, isto é, a aquisição da linguagem está intimamente relacionada à formação da mente e da consciência, bem como, a percepção da própria consciência só se dá por via da linguagem. Para Benveniste, sem a linguagem não haveria sociedade e o ser humano não passaria de um animal como qualquer outro. O que distingue o ser humano é, portanto, sua capacidade de representação e a linguagem é o sistema semiótico que contém o princípio da representação, a língua.

A teoria da semiologia da língua implica compreender o sistema de dupla significação que a caracteriza. A linguagem é provida de um sistema essencial de significação, a língua, mais ou menos inconsciente nos usuários, cuja capacidade reflexiva, memória e cognição se desenvolveram concomitantemente à aquisição da própria linguagem. Igualmente, sua endoculturação inicial num contexto de sociedade se deu ao longo da aquisição linguística. Por conseguinte, a capacidade de perceber os mecanismos fundamentais de significação da língua é reduzida, pois a consciência de seu usuário se desenvolveu, certamente, à medida que adquiria a linguagem. Esse sistema de significação da língua, que é o signo linguístico, o qual Benveniste descreveu no ensaio “*Les niveaux de l’analyse linguistique*”, é o res-

ponsável por conferir à interação humana o modo semiótico, ou seja, aquele primeiro modo de significação cujo significado é gerado no interior do sistema e, por consequência, produz um significado mais ou menos comum a todos os falantes. Esse é o modo semiótico de significação, que constitui o modelo de toda a representação humana, pois relaciona significados quase univocamente. É a língua propriamente dita.

O segundo modo de significação, consoante Benveniste, é o resultado do emprego da língua. Como ele esclareceu, para o usuário da língua, cuja formação básica do signo linguístico é mais ou menos inconsciente, a palavra acaba sendo aquele nível da análise linguística em que o usuário já adquire plena consciência da linguagem. A palavra, o nível sintagmático ou lexical, é o nível do domínio do falante. Como disse Benveniste, é nesse nível que o falante constitui para os signos um sentido. A palavra seria, portanto, a unidade mínima do discurso. Por conseguinte, a palavra é a constituinte da frase, que, por sua vez, se faz a unidade mínima do sentido. É no interior da frase que o sentido das palavras se define e se constitui o enunciado. A essa dupla articulação de significação, Benveniste chamou “a semiologia da língua”.

A expressão semiologia da linguagem pode parecer mais apropriada, porém, na classificação de Benveniste, a semiótica e a semântica encontram-se todas na dependência da língua. Ademais, muito embora ele visse a sociedade e a cultura, tanto quanto o ser humano, como decorrentes da linguagem, ele não concebia a palavra “linguagem” como adequada para se referir a quaisquer outros sistemas semióticos que não a própria língua em toda sua operação: sistema mnemônico, norma e uso na produção do discurso. Assim, “semiologia”, para ele, faz referência ao estudo da produção dos sentidos, logo, da operação linguística em sua totalidade: o aspecto semiótico (ou sistemático e normalizado) da produção do significado e o aspecto semântico (ou discursivo) da produção do sentido.

A teoria da enunciação de Benveniste estava a serviço da teoria da semiologia da língua. Para demonstrar as marcas do sujeito na linguagem Benveniste desenvolveu sua teoria da enunciação. A semiologia engloba do ponto de vista da ciência linguística todo o complexo da linguagem, a enunciação trata especificamente do colocar em uso a língua, esclarecendo sobre aquilo que Benveniste chamou “os indivíduos linguísticos”, ou seja, os elementos da língua capazes de marcar na história o ponto de vista do falante através de marcas linguísticas. A teoria da enunciação pode ser vista isoladamente, bem como, pode servir a diversas vertentes dos estudos linguísticos, contudo, a teoria da semiologia da língua não pode se sustentar sem a teoria da enunciação.

A DEFINIÇÃO DE LINGUAGEM

Dentre os termos usados por Benveniste, certamente, Linguagem é o que mais aparece. Isso, porém, não deve dar a impressão de que seja fácil sua conceituação. Compreender o conceito de linguagem utilizado tecnicamente pelo linguista, implica verificar a semântica dessa palavra a cada ocorrência. Acontece que “linguagem” é o princípio de toda essa história. O conjunto amplo de pesquisas em linguagem se estende por uma infinidade de áreas distintas, aspectos distintos, metodologias, escolas e vertentes diferentes, cada qual enfocando aspectos muito particulares da linguagem. Evidentemente, não poderiam deixar de existir conflitos conceituais, epistemológicos, metodológicos e humanos nessa vastidão de pontos de vista distintos sobre um mesmo objeto. Conceituar linguagem implica, inevitavelmente, conceituar a ciência da linguagem, dizer os limites desse aparelhamento metodológico científico que, ao longo do século passado, fez o ser humano se conhecer bem mais e bem melhor. Benveniste enfrentou o problema sob um ponto de vista que incluía o sentido e o sujeito.

Benveniste só admite o emprego técnico da palavra “linguagem” para se referir à língua e seu uso. Não há linguagem, no sentido dado por ele, se não houver o emprego, na composição da peça, da língua propriamente dita e somente a parte linguística é que será por ele considerada na linguagem. O emprego da palavra “linguagem” para se referir a aspectos não verbais ou textos não verbais constitui um equívoco na visão do linguista.

Para Benveniste, a linguagem é o mecanismo social que opera a língua no discurso. Não haveria possibilidade de humanidade sem a linguagem, pois ela integra o sistema semiótico capaz de interpretar todos os demais sistemas semióticos. Isso significa dizer que, sem a linguagem, não haveria comunicação possível entre os seres humanos. Por conseguinte, sem a comunicação, não haveria endoculturação, conseqüentemente, sem endoculturação, o ser humano dependeria, como os outros animais, de seus instintos naturais. Para Benveniste, o ser humano não é um animal como os demais animais, justamente, por dispor desse sistema complexo de interação chamado cultura, que se baseia completamente na linguagem. Benveniste chegou mesmo a afirmar que não existe ser humano antes da linguagem. Assim sendo, a linguagem é quase equivalente à própria cultura, e com ela se confunde. É na linguagem e pela linguagem que o ser humano se torna um ser social. A linguagem possibilita a realidade social do ser humano e, portanto, faz parte da natureza humana, sendo a responsável por fazer dessa espécie, uma espécie social. Para Benveniste, sem a linguagem, o ser humano não existiria como tal e, em sua evolução, antes de que falasse, não era humano. Essa é a concepção de Benveniste sobre a linguagem.

Em algumas passagens, Benveniste usava indiscriminadamente os termos “língua” e “linguagem”, sem fazer dentre eles nenhuma oposição significativa, ou seja, usava-as como sinônimos. Cabe, por conseguinte, entender qual a distinção fez entre os dois termos e quando essa distinção se anula. Como dito acima, Benveniste deu a entender

que a linguagem implica o uso da língua no discurso. A partir da visão completa dos ensaios de Benveniste, é possível compreender que, para ele, a língua é o mecanismo comum, depositado socialmente na memória de cada falante, operado em dois eixos de relações, as relações segmentais e as relações associativas, capaz de gerar os signos, através dessas relações de oposição e distinção entre seus elementos discretos. Elementos compostos por relações, mínimos em diversos níveis e diversas categorias de significação. A língua é o sistema semiótico por excelência que gera signos relativamente unívocos, isto é, estabelece uma relação entre significantes, a qual resulta num significado que é mais ou menos comum a todos aqueles que detêm aquela língua na memória. Dessa maneira, essa aproximação entre o significado gerado na memória dos falantes, que conheçam aquela língua, resulta tão próximo que se parece, nisso ou naquilo, o mesmo significado. Essa é a visão de língua sintetizada por Saussure e assumida por Benveniste. Saussure, contudo, fez uma distinção entre língua e linguagem, para ele, a língua é apenas a parte mais importante da linguagem. Benveniste não discordava disso. Porém, Saussure vai além, classificando a linguagem como “o cavaleiro de diferentes domínios” (SASSURE, 2002, p. 17). O fato é que Saussure não parecia interessado em definir e delimitar a linguagem, mas a língua e assim o fez. Benveniste, por sua vez, apropriou-se da definição de língua de Saussure, pois concordava com ela, como disse Normand (2014) e, antes ainda, Rodrigues (2007) e, a partir dela, partiu para definir a linguagem.

Em “*Les niveaux de l’analyse linguistique*”, Benveniste apresentou uma metodologia de classificação dos eventos linguísticos em níveis de análise que já dão conta de parte daquilo que Saussure dissera não ser possível:

Tomada em seu todo, a linguagem é multiforme e heteróclita; o cavaleiro de diferentes domínios, ao mesmo tempo física, fisiológica e psíquica, ela pertence além disso ao domínio individual e ao domínio social;

não se deixa classificar em nenhuma categoria de fatos humanos, *pois não se sabe como inferir sua unidade* (SAUSSURE, 2002, p. 17, grifos nossos).

Benveniste, por seu lado, classificou na linguagem seus elementos infralinguísticos, presentes na língua (os traços distintivos dos fonemas), bem como os supralinguísticos, em que a língua atua (os elementos da enunciação e do discurso). Nesse ensaio, Benveniste elaborou a teoria dos níveis da análise, contextualizando a teoria dos eixos de relações da língua, preconizados por Saussure, criando as bases para sua própria teoria da semiologia da língua.

O signo linguístico era, para Saussure, o limite da significação. Isto quer dizer que, *sentido, significado e valor* equivaliam a mesma coisa. Deu a entender isso no *Cours de linguistique générale* e disse, textualmente, nos *Écrits de linguistique générale*, publicados quase um século depois:

Nós não estabelecemos nenhuma diferença séria entre os termos *valor, sentido, significação, função* ou *emprego* de uma forma, nem mesmo com a *ideia* como *conteúdo* de uma forma; esses termos são sinônimos. Entretanto, é preciso reconhecer que *valor* exprime, melhor do que qualquer outra palavra, a essência do fato, que é também a essência da língua, a saber, que uma forma não *significa*, mas *vale*: esse é o ponto cardinal. Ela *vale*, por conseguinte ela implica a existência de outros *valores*. Ora, no momento em que se fala de *valores* em geral, em vez de se falar, ao acaso, do *valor* de uma forma (que depende absolutamente dos valores gerais), percebe-se que é a mesma coisa colocar-se no mundo dos signos ou no das significações, que não há o menor limite definível entre o que as formas *valem* em virtude de sua diferença recíproca e material, e aquilo que elas *valem* em virtude do sentido que nós atribuímos a essas diferenças. É uma disputa de palavras (SAUSSURE, 2004, p.30, grifos do autor).

Benveniste não via da mesma maneira. O processo de significação da língua é distinto do processo de significação do discurso. Na língua, o processo se dá pela oposição dos significantes e o significado é constituído pelo sistema, porém, para Benveniste, o processo de significação do discurso não está baseado diretamente nos signos, mas nas palavras. A palavra é tomada aqui como aquilo que o locutor “faz” dos signos. Os signos, com seu processo de significação próprio da língua, não têm do locutor a mesma atenção, pois a língua foi adquirida à medida em que se formava sua própria consciência. A palavra está num outro patamar para o locutor. A palavra tem *sentido* para o locutor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como indicou Benveniste, a aquisição da linguagem participa ativamente da formação da mente, do sistema mnemônico e da consciência do ser humano, por tudo isso, o locutor não tem, por sua própria natureza, consciência do processo de significação linguístico. Para desenvolver essa consciência seria necessário, primeiramente, o estudo da linguística, pois tal consciência só poderia se desenvolver através do reconhecimento e compreensão dos complexos meios pelos quais a língua opera os significados através da oposição dos significantes em dois eixos de relações etc., entretanto, mesmo sem consciência dessas complexas operações, o locutor detém a língua na memória e é dela, portanto, depositário e usuário, usando a língua e processando a enunciação. Na enunciação, mesmo sem consciência plena dos mecanismos linguísticos que operam o discurso, o locutor dispõe de certo domínio sobre eles. Talvez se possa afirmar que a linguagem tomada em seu uso comum é um processo semelhante aos reflexos. De qualquer forma, sendo ou não isso verdadeiro, o fato é que, mesmo sem consciência desses complexos mecanismos, o locutor faz deles um uso relativamente eficiente, ou, pelo menos, mi-

nimamente eficiente. Para Benveniste, isso acontece justamente pela afinidade que o locutor tem com as palavras.

As palavras são, portanto, a maneira como o locutor vê a língua. Mas é claro que as palavras, como disse Benveniste, aparecem a partir do nível lexical da análise linguística. Nesse caso, não seria equívoco dizer que o locutor em seu uso comum da linguagem, só tomou consciência da língua a partir do nível lexical da análise linguística. Por isso que é a partir daí que é capaz de combinar as palavras na composição de seu discurso, procedendo a enunciação. A composição do discurso, conforme disse Benveniste, a enunciação, a exemplo do processo linguístico, constrói enunciados ao invés de sintagmas, usa palavras e não fonemas ou morfemas e, sobretudo, opera, à exemplo do processo linguístico, constituindo uma sequência de palavras que instaura um sentido onde a língua instaura um significado. Para Benveniste é este o processo da linguagem, o emprego da língua numa enunciação que, por sua vez, produz o discurso. O locutor se apropria da língua num processo de enunciação e produz o discurso. A linguagem é, por conseguinte, o ato de colocar em funcionamento a língua no discurso. Nas suas palavras:

Avant toute chose, le langage signifie, tel est son caractère primordial, sa vocation originelle qui transcende et explique toutes les fonctions qu'il assure dans le milieu humain (BENVENISTE, 1974, p. 217).

REFERÊNCIAS

BENVENISTE, E et alii. *Problèmes du langage*. Paris: Gallimard, 1967.

BENVENISTE, E. *O homem na linguagem*. Lisboa: Vega, 1992.

_____. *O vocabulário das instituições indo-europeias*. V. I. Economia, parentesco, sociedade. Campinas: Unicamp, 1995.

_____. *Problemas de linguística geral I*. 5ª ed. Campinas: Pontes, 2005.

_____. *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, 1989.

_____. *Problèmes de linguistique générale II*. Paris: Gallimard, 1974.

_____. *Problèmes de linguistique générale*. Paris: Gallimard, 1966.

_____. *Últimas aulas no Collège de France: 1968 e 1969*. São Paulo: UNESP, 2014.

DOSSE, F. *História do estruturalismo*. V. 1, o campo do signo; v. 2, o canto do cisne. Bauru: Edusc, 2007.

FLORES, V. N. e TEIXEIRA, M. *Introdução à linguística da enunciação*. São Paulo: Contexto, 2005.

FLORES, V. N. *Introdução à teoria enunciativa de Benveniste*. São Paulo: Parábola, 2013.

FREGE, G. “*Sobre a justificação científica de uma conceitografia*”; “*Os fundamentos da aritmética*”. Série Os Pensadores, v. 36. Rio de Janeiro: Abril Cultural, 1974.

MEILLET, A. *Linguistique Historique et Linguistique Générale*. Paris : Librairie Ancienne Honoré Champion, 1918.

NORMAND, C. *Convite à linguística*. São Paulo: Contexto, 2014.

RODRIGUES, R. S. V. *A constituição dos conceitos de língua e linguagem em Saussure e Benveniste numa perspectiva historiográfica cronológica*. 2007. 102 f.: il. ; 29 cm. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Letras, 2007.

_____ “A linguística histórico-antropológica de Benveniste”. In: *Uma nova escola para um novo país: ensino de línguas e literaturas em debate. Anais eletrônicos. XIII Encontro sobre o Ensino de Língua e Literatura / Frederico José Machado da Silva; Angela Mendonça; Eraldo Batista da Silva Filho; Joelma Gomes dos Santos; Suelany Ribeiro; Viviane Gomes; Rômulo da Silva Vargas Rodrigues; Ana Cristina Fonseca (orgs.). – Pipa Comunicação, 2018. 318p.:Il., Fig., Quadros. (e-book)*
Routledge encyclopedia of language teaching. Ed. Byram, M. e Hu, A. 2ª Ed. Abingdon e New York: Routledge, 2013.

RUSSELL, B. *A perspectiva científica*. 4. ed. São Paulo: Nacional, 1977.

SAUSSURE, F. *Curso de linguística geral*. Organização de Charles Bally e Albert Sechehaye com a colaboração de Albert Riedlinger. Trad. de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 24ª ed. São Paulo: Pensamento-Cultrix, 2002.

_____. *Escritos de linguística geral*. São Paulo: Pensamento-Cultrix, 2004.

WHITNEY, W. D. *A vida da linguagem*. Petrópolis: Vozes, 2010.

A MODERNIDADE DO TRADADO DAS SENSAÇÕES DE CONDILLAC

Ms. Jefferson Rego (PG/UFG)

Introdução

Como todo conhecimento em geral e como todo conhecimento científico em particular são construídos social e historicamente, todo saber e toda ciência precisam, frequentemente, refletir sobre a própria dimensão historicizante que os constitui. Logo, a história de uma ciência e a geração de novos conhecimentos nessa mesma ciência são atividades que podem e devem andar sempre juntas.

Quanto a essa necessidade de autorreflexão no âmbito dos estudos sobre línguas e linguagem, a Historiografia-Linguística, enquanto campo de pesquisa e arcabouço teórico e metodológico (KOEERNER, 1996), coloca-se como um instrumento disponível a quem deseja flexionar o olhar em busca de uma visão mais panorâmica nos estudos linguísticos que, como em outros ramos do conhecimento, sente a necessidade de retomar e atualizar as questões clássicas, contribuindo, conforme Olga Coelho e Maria Hackerott (2012, p. 381), para a fundamentação e explicação do presente e, em última instância, possibilitando enxergar com mais clareza o fluxo contínuo em que consistem todo conhecimento e toda ciência.

No livro *Tradição e novidade na ciência da linguagem*, Eugenio Coseriu (1921 – 2002) diz que a história da linguística é ainda uma história muito estranha, posto que muitas vezes lhe falta certa coerência na demonstração de continuidades e de rupturas. Coseriu estava se referindo a seu contexto acadêmico, em 1980. No entanto, sua

avaliação se encaixaria perfeitamente ao contexto brasileiro atual, no qual impera a fragmentação exacerbada de perspectivas e vertentes. Isto é, em uma fotografia da linguística que é realizada contemporaneamente, pode-se verificar que, não raro, as práticas investigativas se encontram desconectadas com a história dos estudos sobre línguas e linguagem. Quando muito, só se conhece um passado mais recente e ignora-se quase que completamente o que estiver mais afastado.

Indo ao encontro a essa perspectiva, faz-se preciso defender a rearticulação entre práticas investigativas e a história da ciência que se estuda e se pratica. É nesse sentido que apresentamos aqui uma breve exposição sobre algumas características da filosofia da linguagem presentes no *Tratado das Sensações* (1754) do iluminista francês Étienne Bonnot de Condillac (1715 - 1780), pensador que, segundo Paul Bouissac (2012, p. 94-95), foi uma evidente fonte de leitura e de inspiração a ninguém mais, ninguém menos, que Michel Bréal (1832 - 1915), um dos mais proeminentes linguísticos de seu tempo e o principal mentor do jovem Ferdinand de Saussure (1857 - 1913) que, posteriormente, levaria o crédito, mesmo sem desejar, de ter fundado a Linguística enquanto ciência moderna.

O Abade de Condillac, como era conhecido, dedicou-se ao mundo das ciências e da filosofia. Sua vasta produção intelectual abarcou temáticas concernentes à teoria do conhecimento, à filosofia da linguagem, à política, à ética e à estética. Portanto, foi um homem muito atuante nos grandes debates científicos e filosóficos de seu tempo, e escreveu uma obra de variação temática impressionante, cuja maior característica é a junção harmônica de erudição e de raciocínio lógico.

O EMBATE RACIONALISMO VS EMPIRISMO NO SÉCULO XVIII

A autenticidade de Condillac reside principalmente em dois pontos: de um lado, ele radicalizou o empirismo de matriz britânica, transformando-o em sensualismo; de outro, ressignificou, a partir das leituras críticas que fez da tradição filosófica, o papel da linguagem verbal na constituição do conhecimento humano. Em relação ao primeiro ponto, quando o filósofo se debruçou sobre a alma, não estava necessariamente querendo desvendar sua natureza, como seria do feitio de um Platão e de alguns racionalistas, seus seguidores. Antes, enquanto filósofo moderno, herdeiro dos progressos proporcionados pelas obras de Galileu Galilei (1564 - 1642), René Descartes (1596 - 1650), Isaac Newton (1642 - 1726) e John Locke (1632 - 1704), o Abade estava muito mais interessado em compreender as operações do espírito, descrevendo-as em termos mais mecânicos e mais concretos.

Desse modo, além de leitor da tradição filosófica a que tinha acesso, Condillac transformou-se no maior estudioso na França da obra de John Locke, considerado um dos grandes empiristas da modernidade. Foi nas pegadas do mestre inglês que Condillac realizou a descrição da gênese do conhecimento humano, não admitindo outro princípio explicativo senão aquele da sensação que deve dar conta tanto do conteúdo quanto da forma do conhecimento. Para tanto, o Abade lançou mão do método genético, empreendendo um movimento de ir à origem das ideias, refazendo todo seu percurso, de seu nascimento a seu funcionamento ligado aos signos.

Condillac estudou bastante o *Ensaio sobre o entendimento humano* (1689), de Locke, obra pela qual mantinha grande admiração. Todavia, sabia também que o filósofo inglês havia deixado brechas, permanecendo suas reflexões ainda muito duais ou mesmo dúbias, porque, ao mesmo tempo repudiava o inatismo e concebia as ope-

rações da alma como sendo naturalmente inatas. Para Locke, a alma possuía a capacidade de processar os dados originários (chamados de sensações por Condillac), de modo que todas as atividades parecessem a ele qualidades inatas. Em contrapartida, Condillac, em vez de supô-las inatas, viu-se obrigado, desde o início, a explicar a gênese de tais operações. Desse ponto de vista, comenta o Abade, o maior erro de Locke foi não suspeitar que todas as operações da alma poderiam ser também resultantes das próprias sensações transformadas. Portanto, em Condillac, tudo em matéria de inteligência teve sua origem na sensação: a percepção, a consciência, a atenção, a memória e a imaginação e até mesmo a reflexão seriam apenas modos particulares nos quais as sensações haveriam se transformado.

De alguma forma, o sensualismo condillacquiano pode ser entendido como uma reação aos exageros da metafísica racionalista. Consoante Moser, Mulder e Trout (2004), a vertente racionalista, acreditando na existência de ideias e de princípios inatos na alma, postulava que alguns conhecimentos são resultantes única e exclusivamente da racionalidade humana. Para Descartes, por exemplo, os sentidos deveriam ser sempre postos em xeque, justamente porque desempenham um papel primeiro na ordem do tempo. O racionalismo cartesiano promoveu uma significativa separação entre dois mundos, o da alma e o do corpo, isto é, entre o intelecto e a matéria. Tudo que é da ordem da matéria só pode ter efeitos materiais. Tudo que é da ordem do espírito só pode ter efeito espiritual. Há, enfim, uma nítida separação entre mundo irreal, porque sensível, e mundo real, porque inteligível. O conhecimento que se quer científico deveria ser gerado pela alma, tendo o corpo e os órgãos dos sentidos apenas papéis secundários. A saber, a capacidade de sentir é compartilhada com todos, inclusive com os animais. Porém, pensar é atividade exclusiva da espécie humana. É a capacidade de gerar o conhecimento balizado pela razão que distingue os homens dos outros seres vivos.

Os empiristas vão criticar e refutar veementemente a maneira

racionalista de se filosofar e se fazer ciência, assinalando que é inútil partir das ideias, das abstrações, dos construtos teóricos descolados da *empíria*, porque o essencial é partir de fatos solidamente consolidados. Ernest Cassirer (2013) esclarece que, no século XVIII, período no qual a Ilustração encontrava-se consolidada em boa parte da Europa, a razão e o progresso intelectual da humanidade foram estabelecidos como objetos de interesse. No plano intelectual, Newton foi preferido em detrimento de Descartes, assim como a física moderna foi privilegiada em relação à filosofia metafísica e tradicional. Para os iluministas, não fazia mais sentido o método da dedução, em vez dele, eram a observação e a experiência que deviam nortear o fazer científico, ocasionando uma profunda revisão na teoria do conhecimento, com os interesses se deslocando dos princípios abstratos em direção aos fenômenos empíricos e particulares:

A Ilustração não recorre nem adere ao ideário de um estilo de pensar presente nos ensinamentos filosóficos do passado, antes, ela procura seguir o modelo que lhe oferece a ciência natural de seu tempo. Trata-se de se revolver a questão central do método da filosofia, preferindo muito mais as *regulae philosophandi* de Newton ao *Discurso do método* de Descartes (CASSIRER, 2013, p. 21, tradução nossa).

Conforme Luiz Roberto Manzoni, em um texto chamado “O empirismo na radicalidade”, que introduz o *Tratado das Sensações* (1993), a tese empirista certamente tem relação com o legado de Isaac Newton, cuja obra ratifica o fundamental papel da experiência na construção do conhecimento científico. Segundo Newton, cabe tão somente à ciência dar conta dos fenômenos, sendo preciso partir primeiramente da experiência, posto que a pesquisa sobre a essência e/ou a substância das coisas são, no mínimo, interditas ao espírito humano.

Não se deve esquecer que Newton, partindo de seus parâme-

tros científicos, conseguiu a façanha de reduzir o sistema do mundo físico a um só princípio, o da gravitação. “Pela primeira vez na história um conjunto à primeira vista heteróclito de fenômenos era explicado através de um único princípio e, através disso, tornou-se possível a constituição de um verdadeiro sistema do mundo físico” (MONZANI, 1993, p. 08). Desse modo, no século XVIII, todos viveram sob o fascínio da obra de Newton, de sorte que seu método passou a ser modelar para os outros campos do saber. O próprio Condillac, em várias passagens de sua obra, colocou a ciência de Newton como o referencial de todas as ciências.

Afinal, pensava-se que, se foi possível achar uma lei em algum domínio específico, seria possível achá-las em toda parte. Muitos tentaram fazer na filosofia o que Newton fez na Física. Tornou-se a grande obsessão do século encontrar para o domínio espiritual algo similar ao papel exercido pela gravitação no mundo físico, isto é, um princípio unitário que controlasse essa massa complexa de fenômenos no âmbito das humanidades. Nas palavras de Manzoni: “faltava um Newton das ciências humanas”.

Ainda segundo Monzani (1993), o legado do século XVIII para a posteridade é justamente essa certeza newtoniana de que não existe oposição entre pensamento e experiência, mas apenas subordinação do primeiro pela segunda. É inútil partir das ideias, o essencial é partir de fatos solidamente estabelecidos. “Mas é inútil também se deter nos fatos. Eles, isoladamente, não levam a nada. É preciso, examinando os fatos, perceber aquilo que os une, o que os relaciona, como se ligam uns aos outros e que da justaposição se passe a relações inteligíveis, isto é, a um sistema” (MONZANI, 1993, p. 11).

É justamente desse embate que a filosofia e as ciências dos séculos XVII e XVIII se alimentaram. Como resultado, este programa apresentou duas facetas, uma positiva e uma negativa. A faceta positiva foi porque impulsionou a expansão e o refinamento da pesquisa sobre as origens e os limites do nosso conhecimento. A faceta negativa,

no sentido de se negar algo, apareceu porque, partindo do princípio de que o empirismo está correto, fez-se preciso, portanto, denunciar os desvios e abusos das filosofias anteriores, as quais, desprezando o solo originário do conhecimento, construíram seus sistemas tendo as nuvens como alicerces. É nesse panorama científico e filosófico que se situa a obra de Condillac.

O TRATADO DAS SENSAÇÕES, A EPISTEMOLOGIA E O PROTAGONISMO DAS LÍNGUAS

Conforme Jonathan Culler (1979, p.46), nos séculos XVII e XVIII, havia o pressuposto de que estudar línguas e a linguagem poderia lançar luzes sobre a natureza do pensamento, bem como sobre o funcionamento da mente humana. Nesse período, os estudos linguísticos assumem duas formas diferentes, a depender do tipo de questão formulada acerca do pensamento. A primeira abordagem, ao tomar a linguagem verbal como uma imagem do pensamento, buscava descobrir e compreender uma lógica universal, ou as leis da razão, numa perspectiva atemporal ou sincrônica.

Em contrapartida, a outra forma de abordagem surgiu justamente por conta dessa ausência da dimensão temporal nos estudos linguísticos. Reconheceu-se que, se o objetivo é compreender o pensamento, não é suficiente elaborar uma gramática lógica. Antes, dever-se-ia discutir também a formação e o desenvolvimento das ideias; a dizer, para se compreender a mente humana, dever-se-ia saber como as ideias se desenvolvem. Foi precisamente este problema que Condillac explorou no *Tratado das Sensações*, demonstrando, passo a passo, que a reflexão e, em última instância, a racionalidade humana, teve sua origem nas sensações, isto é, são resultantes das relações dos homens com a natureza e as circunstâncias decorrentes.

Em outras palavras, o *Tratado* está relacionado com o projeto

condillacquiano – que é, em certa medida, um projeto da própria filosofia moderna do século XVIII, em suas facetas racionalista e empirista – de se chegar a um veredito no que diz respeito ao fundamento e aos limites do conhecimento humano. A questão que se colocava era a seguinte: como é possível construir conhecimentos confiáveis, isentos dos grandes erros que sempre vitimaram os cientistas e filósofos de todos os tempos, se não se sabe ainda como funcionam nitidamente as operações da alma?

Para responder a essa questão, Condillac elabora sua famosa hipótese da estátua revestida de mármore, a qual irá abrindo diferentes canais, de modo gradual e contínuo, representando, simbolicamente, a origem dos sentidos do corpo. Nessa alegoria, concebe-se uma estátua longe do convívio social, sem conhecimento de língua ou outra manifestação da linguagem, totalmente isenta de toda e qualquer interferência externa, começando a funcionar lenta e gradualmente do ponto zero, a partir, exclusivamente, desse dado originário que é a sensação. Tal estátua se encontraria com as mesmas estruturas de um recém-nascido, exceto o fato de estar revestida da camada de mármore. Essa história hipotética de um Adão mitológico consistiu em um recurso retórico interessante, posto que viabilizou a explanação acerca da derivação de todas as ideias e explicou como os homens adquiriram a noção da existência objetiva dos corpos.

Mediante esse procedimento alegórico, Condillac explana a construção simbólica do mundo pelo sujeito segundo as perspectivas das diferentes percepções sensíveis. Começa-se pelo olfato e, depois, abrem-se sucessivamente os outros canais (audição, gosto, visão e tato), de maneira que, analisando-os, primeiro isoladamente e, logo após, em combinação uns com os outros, chega-se à constituição simultânea do mundo e do sujeito, a partir desses dados elementares experimentados preliminarmente.

Dessa maneira, no correr do livro, Condillac faz uma severa problematização acerca da teoria racionalista das ideias inatas, apon-

tando cada uma de suas inconsistências. Para os inatistas, os conhecimentos seriam basicamente de dois tipos: os que resultam da experiência e os que se encontram na mente humana de forma *a priori*, independentemente da natureza e da qualidade das experiências vivenciadas. Para Condillac, em contrapartida, não existe conhecimento que não tenha se originado das sensações que, por sua vez, são sempre originárias dos sentidos do corpo. Havia, portanto, uma urgência em voltar toda atenção para as primeiras sensações que chegam à alma humana, no sentido de discernir a razão das primeiras operações:

O que se espera desses filósofos que continuamente recorreram a um instinto que eles não saberiam definir? Ter-se-ia a ilusão de extinguir a fonte dos nossos erros enquanto nossa alma age tão misteriosamente? Portanto, é preciso observamo-nos desde as primeiras operações, voltar à origem de nossas ideias, desenvolvendo sua gênese, seguindo-as até onde for possível acompanhar. Em uma palavra, seria preciso, como o disse Bacon, renovar todo o entendimento humano (CONDILLAC, 1979, p. 45).

Para Condillac, as sensações produzem modificações na alma dos indivíduos, que podem desembocar em uma inquietação. Tratam-se de impressões que a marcam, deixando rastros que a memória pode ou não arquivar. Com as repetições do processo, com o hábito, a alma começa a fazer comparações, a criar relações, associações, em geral das mais simples às mais complexas. Por fim, as aproximações das impressões formam as ideias que, por sua vez, se inter-relacionam em forma de uma cadeia: “porque, na verdade, os sentidos não são senão causa ocasional. Eles não sentem, só a alma sente, ocasionada pelos órgãos; e é das sensações que a modificam que ela tira todos os seus conhecimentos e todas as suas faculdades” (CONDILLAC, 1979, p. 45).

O *Tratado das Sensações* foi dividido em quatro etapas. Na primeira parte, Condillac trata “dos sentidos que, por eles mesmos, não julgam os objetos exteriores”, que são os sentidos do olfato, paladar, audição e visão. Para o filósofo, nenhum destes sentidos, por si mesmos, seria capaz de fornecer o mesmo conhecimento dos objetos exteriores que a união de todos é capaz de fornecer. Um indivíduo que só sente odores terá seu sistema de conhecimento formado somente a partir desse sentido, portanto, terá uma alma mais limitada em seu desenvolvimento.

O mesmo aconteceria a quem tivesse apenas o sentido do paladar, da audição ou da visão, isto é, conhecer apenas por um deles também remodelaria e restringiria a forma como se conhece o mundo. Apenas de posse da visão, por exemplo, os homens conseguiriam enxergar as coisas do mundo, mas, certamente, eles as veriam de modo bastante diferente. “Se os filósofos acreditaram no contrário, se se enganaram até mesmo em supor que o olfato podia sozinho regular os movimentos dos animais, é que, na falta de ter analisado as sensações, tomaram como efeito de um único sentido ações para as quais muitos concorrem” (CONDILLAC, 1979, p. 51).

Disso, infere-se que todos os sentidos do corpo foram educados para sentir desse ou daquele modo. Ou seja, o discernimento habitual das coisas do mundo está estritamente relacionado com a maneira pela qual o corpo captou todas as experiências via sentidos e como a alma processou as decorrentes sensações via faculdades aprendidas. Para exemplificar o que afirma, Condillac lança mão de uma situação hipotética, na qual coloca, lado a lado, quatro perspectivas humanas diante de um quadro, quais sejam, a visão de um recém-nascido, a percepção de uma criança, a visão de um adulto e, por fim, a perspectiva de um pintor experiente. Com essa colocação, a pretensão do filósofo era evidenciar que toda compreensão humana depende quantitativa e, principalmente, qualitativamente do conjunto de experiências previamente processadas na alma.

Condillac explica ainda que não é possível que a avalanche de sensações se apresente na alma simultaneamente com o mesmo grau de vivacidade. Elas podem até chegar ao mesmo tempo, mas haverá sempre uma sensação preponderando diante das demais, de modo que os seres humanos sempre direcionam sua atenção para uma sensação específica. Conforme a natureza das inquietações e desejos que lhes afetam, haverá sempre algumas sensações que atingirão a alma com mais força e, por isso mesmo, reclamarão por mais atenção, conseqüentemente, por mais processamento. Isso porque Condillac atribui ao prazer e à dor a condição de fatores determinantes na formação dos seres humanos. Para o Abade, as sensações só podem ser, necessariamente, agradáveis ou desagradáveis. São o prazer e a dor que, ocupando a capacidade de sentir da alma, produzem a atenção necessária para a formatação e o preenchimento da memória e do juízo.

Como não é possível haver desejos subjacentes ou anteriores à experimentação de um objeto, visto que só se pode desejar ou repudiar uma sensação quando esta foi sentida previamente, é a memória que faz os homens se lembrarem do objeto que um dia lhes impactou a alma, provocando nela a inquietação e o sentimento de carência e, em casos extremos, o de privação, que corresponde a um grande mal-estar ocasionado pela ausência de um objeto julgado extremamente necessário à felicidade. Nesse estado, os homens passam a direcionar toda a atenção de suas faculdades em busca da satisfação que é gerada quando ocorre novamente o contato com esse objeto negado e desejado:

Neste caso, a privação de um objeto que julgamos necessário à nossa felicidade nos dá esse mal-estar, esta inquietude que chamamos carência; e donde nascem os desejos. Estas carências se repetem conforme as circunstâncias, frequentemente se formam novas, e ali está o que desenvolve nossos conhecimentos e nossas faculdades (CONDILLAC, 1979, p. 46-47).

O que se chama de desejo não é outra coisa senão esse direcionamento da atenção e ações das faculdades da alma. É isso o que os homens fazem quando desejam: julgam que o gozo de um bem lhe é necessário e imprescindível. A partir dessa convicção, sua alma se ocupa unicamente em procurar pelo que lhe falta. Sendo assim, os desejos nascem das inquietudes. Estas consistem no fundamento que mobiliza os sentidos do corpo, instigando-os a tatear, ver, escutar, sentir, degustar. Ao passo que as sensações induzem a alma a comparar, julgar, refletir, temer, desejar, amar, odiar, esperar, querer, etc.

É esse percurso que todos os seres humanos são forçados a percorrer para conhecerem o mundo circundante. Nesses termos, o pensamento condillacquiano transforma-se de empirismo em um sensualismo, ao afirmar, com todas as letras, que as únicas fontes do conhecimento humano são as sensações, de sorte que o próprio ato de pensar pode ser entendido como uma faculdade aprendida pela constante experimentação de sensações. Este é o sistema apontado por Condillac para explicar a geração de conhecimentos nos seres humanos. “É, pois, das sensações que nasce todo o sistema do homem; sistema completo no qual todas as partes são ligadas e se sustentam mutuamente” (CONDILLAC, 1979, p. 47).

Para o filósofo, os homens estarão sempre aptos a sentir e a pensar. Eles estarão, enfim, aptos a conhecer, porque sempre se encontrarão em confronto com os objetos que são exteriores a eles. As sensações decorrentes sempre farão algum sentido aos homens, porque lhes é impossível manter-se indiferentes permanentemente às sensações que lhes permeiam o corpo e lhes atingem à alma, ao longo da vida. Então, conhecer vem logo depois de sentir:

Se o homem não tivesse nenhum interesse em se ocupar de suas sensações, as impressões que os objetos fariam sobre ele passariam como sombras e não deixariam nenhum vestígio. Depois de muitos anos estaria como no primeiro instante, sem ter adquirido

nenhum conhecimento e sem ter outras faculdades senão o sentimento. Mas a natureza das sensações não lhe permite ficar sepultado nesta letargia. Como elas são necessariamente agradáveis ou desagradáveis, ele se interessa em procurar umas e esquivar-se de outras; e quanto mais vivo o contraste entre prazeres e sofrimentos, mais ocasiona ação na alma (CONDILLAC, 1979, p. 46-47).

Com efeito, para o Abade, quando os homens julgam que o gozo de um bem lhe é necessário, a alma se ocupa unicamente deste bem. Se está presente, fixam os olhos nele, estendem os braços para o agarrar. Se está ausente, a imaginação o descreve e pinta vivamente o prazer de lhe desfrutar. O desejo, por fim, é a ação das próprias faculdades, que se atribui ao entendimento e que, estando em determinada direção a um objeto pela inquietude que causa sua privação, determina também a ação das faculdades do corpo. Ora, nesse encadeamento lógico, Condillac vai dizer que é do desejo que nascem as paixões, o amor, o ódio, a esperança, o medo, a vontade. E tudo isso ainda não é senão a sensação transformada.

Segundo Condillac, a capacidade humana de sentir pode ter duas possibilidades de encaminhamento. O sentimento em experimentação ora toma o nome de sensação, quando a impressão se faz atualmente sobre os sentidos, ora toma o nome de memória, quando a experiência remonta a uma sensação que foi sentida no passado e arquivada. Na primeira situação, processa-se geralmente algo inédito ou algo ainda não arquivado. Na segunda, reprocessa-se uma sensação que se teve em um passado recente ou remoto.

No entanto, explica o filósofo iluminista, chega-se a certo estágio no processo educativo dos homens em que não se consegue mais distinguir nitidamente essas duas qualidades de sensações. Primeiro, porque as experiências vão diminuindo ao longo da vida; segundo, porque uma memória razoavelmente cheia tende a acionar com mais frequência o processamento da alma, que começa a desarquivar sen-

sações que se assemelham mais ou menos com a sensação inédita sentida atualmente.

Em outras palavras, a memória também é sensação transformada. A alma só é capaz de direcionar sua atenção às sensações que lhe chegam de duas maneiras, basicamente: ela pode estar tendo uma experiência original ao processar uma sensação nova, porque oriunda diretamente dos sentidos do corpo; ou ela pode reprocessar, mesmo sem se dar conta de que se trata de um reprocessamento, sensações que já foram transformadas em memória. Nesses moldes, as sensações vão se tornando, gradativamente, na própria atenção, que, por sua vez, vão se transformando em comparação e em juízo. Ocorre a comparação quando se tem duas atenções na alma. Tem-se o juízo quando se percebem diferenças e semelhanças entre as sensações. Depois que se tornam atenção, comparação e juízo, as sensações vão se tornando a própria reflexão. Assim, passando de necessidade em necessidade, de desejo em desejo, a imaginação vai se formando, as paixões vão nascendo, a alma vai adquirindo cada vez mais atividade.

Na segunda parte do *Tratado*, Condillac trata do tato, o “único sentido que julga por ele mesmo os objetos exteriores”. Para justificar porque julga este como um sentido distinto dos demais, o Abade declara que apenas o tato é capaz de assessorar e direcionar os outros sentidos, principalmente o da visão. É apenas o tato, por exemplo, que é capaz de ajudar os olhos a perceberem e a discernirem os objetos exteriores.

Condillac diz que as sensações se agrupam fora da alma, formando tantas coleções quantos objetos sensíveis se possam distinguir. Disso advêm duas espécies de ideias: as simples e as complexas. Cada sensação tomada separadamente pode ser encarada como uma ideia simples. Uma ideia é complexa quando formada por várias sensações reunidas. As ideias complexas ainda se dividem em completas e incompletas. As primeiras compreendem todas as qualidades da coisa que representam; as últimas compreendem uma só parte. Como seria

muito difícil, senão impossível, conhecer a natureza dos seres e das coisas completamente, não se pode ter ideias completas dos objetos ao redor. Por conta disso, os homens só deveriam tratar das qualidades dos objetos que lhes são acessíveis. Só se tem ideias completas de tudo na metafísica, na moral e nas matemáticas, porque, como já aludido, tais perspectivas têm por fundamento as máximas gerais e as suposições.

Conforme Condillac, as ideias se dividem também em sensíveis e intelectuais. Aquelas representam os objetos que estão agindo atualmente sobre os sentidos; estas representam os objetos que desapareceram depois de terem realizado sua impressão. Esses dois tipos diferem entre si da mesma maneira que a sensação difere da lembrança. Quanto mais memória se tem, mais ideias intelectuais se pode adquirir. As ideias intelectuais são a base dos conhecimentos mais elaborados, assim como as ideias sensíveis são a sua origem:

Essa base (de ideias intelectuais) torna-se objeto de nossa reflexão; podemos, por intervalos, ocupar-nos unicamente dela e não fazer nenhum uso dos nossos sentidos. É por isso que ela aparece como se estivesse sempre estado aí; dir-se-á que ela precedeu toda espécie de sensação e que não sabemos mais considerá-la no seu princípio. Daí advém o erro das ideias inatas (CONDILLAC, 1979, p. 58).

As ideias intelectuais retraçam-se continuamente. Elas estão sempre sendo comparadas com ideias sensíveis e constituindo novas relações das quais surgem novas ideias intelectuais. Por esse processo, os seres humanos se tornam capazes de julgar melhor os objetos que encontram e reencontram na natureza. Na construção do conhecimento, e considerando as relações de semelhança, eles colocam na mesma classe todos os indivíduos nos quais notam as mesmas qualidades. Considerando as relações de diferença, multiplicam as classes, subordinam umas às outras ou as distinguem sob todos os ângulos. Disso surgem as espécies, os gêneros, as ideias abstratas e gerais:

Todas essas ideias não formam senão uma cadeia: as sensíveis ligam-se à noção de extensão, de maneira que todos os corpos nos aparecem apenas como a extensão diferentemente modificada; as intelectuais ligam-se às sensíveis das quais se originam; renovam-se também frequentemente na ocasião da mais ligeira impressão que se faz sobre os nossos sentidos. A necessidade que as forneceu a nós é o princípio que as restituiu, e se elas passam e repassam sem cessar diante do espírito é porque nossas necessidades se repetem e se sucedem continuamente (CONDILLAC, 1979, p. 59).

Na terceira parte do *Tratado das Sensações*, na qual Condillac trata de “como o tato instrui os outros sentidos para julgar os objetos exteriores”, a visão humana é posta como um órgão que sozinho não consegue enxergar de forma natural a coloração dos objetos que lhes são externos, tendo em vista que as cores são meras modificações que se processam na alma, e não qualidades pré-existentes e inerentes aos objetos. Para o filósofo, a visão, assim como o olfato, a audição e o paladar, é um órgão que se limita a modificar a alma. É o tato que ensina e orienta os demais sentidos do corpo. Somente o tato tem, em si mesmo, o que transmitir às ideias de grandeza, de figura, de dimensão, etc. Privada dos recursos do tato, a visão não enviaria à alma senão modificações simples que são denominadas cores, assim como o olfato não lhe enviaria senão modificações simples chamadas odores. Apenas a visão tem sobre os outros sentidos a vantagem de aprender com o tato a conferir extensão às suas sensações. É como se as mãos humanas sempre estivessem dizendo algo aos olhos: “façam como nós”. Em uma só palavra, explana Condillac, no primeiro instante em que os olhos se abriram sob a luz, a alma humana começou a ser modificada.

Em suma, todos os conhecimentos humanos advêm dos sentidos. Todas as sensações são, em verdade, maneiras de ser. É a partir dessa negociação entre a mecanicidade dos órgãos dos sentidos

e a subjetividade inerente à alma que os seres humanos conhecem o mundo empírico e seus objetos. O tato é considerado o principal órgão dentre os cinco sentidos, porque é somente ele que consegue perceber mais precisamente a extensão de tudo que é diferente do corpo. A natureza, sempre concebida como *phýsis*, uma inteligência cósmica, configurou os homens para serem móveis, para tocar e ter, tocando, uma sensação que lhes faz julgar que há, fora do seu ser que sente, objetos exteriores e, por consequência, extensão e corpos alheios. Portanto, apenas com as sensações do olfato, ou da audição, ou do gosto ou da visão, os homens teriam uma maneira bem mais simples de geração do conhecimento. Mas, igualmente, apenas com o sentido do tato, ele estaria na mesma ignorância se permanecesse imóvel.

Se os homens fossem desprovidos de sentidos, seriam seres incapazes de experimentar e não teriam como conhecer o mundo e seus objetos. Mas os sentidos não bastam para conhecer os objetos. Os sentidos são comuns a todos e, no entanto, nem todos possuem exatamente os mesmos conhecimentos. Então, é a alma que sente, e não os sentidos, somente ela é capaz de conhecer as sensações. Os seres humanos aprendem a usar os sentidos de maneiras diferentes. Tudo é aprendido, inclusive o modo de sentir o mundo. Sentir é a primeira faculdade da alma. É preciso, então, aprender bem esta arte de conduzir as faculdades. É possível regular a alma quando se aprende a regular os sentidos, é possível regular os órgãos do corpo quando se aprende de que maneira algumas vezes eles são bem conduzidos. E é sempre a natureza que instrui e educa, isto é, os homens são o que são porque suas faculdades foram determinadas por suas necessidades.

Por fim, para Condillac, o único meio de adquirir conhecimentos é seguindo os passos de uma criança, experimentando, via sentidos, o mundo circundante. Do contrário, os homens estarão fadados ao erro, porque julgaram coisas que tem pouca ou nenhuma relação com suas necessidades mais prementes, não sabendo diferenciar os

juízos verdadeiros dos falsos. Então, o único meio de adquirir conhecimentos de forma mais segura é se valer da análise como o método investigativo por excelência. É preciso voltar a conhecer da maneira como a natureza sempre exigiu: colocando os juízos ao exame da observação e da experiência.

Na quarta e última parte do *Tratado*, Condillac trata “das necessidades, da habilidade e das ideias de um homem isolado que goza de todos os seus sentidos”. Estando os homens com seus sentidos instruídos, depois de várias experiências e da geração de várias sensações, eles passam a analisar quais as necessidades que precisarão ser satisfeitas, e em qual ordem isso precisa ocorrer, no intuito de garantir a sua sobrevivência. Neste processo, “vê-se como o homem, não tendo, inicialmente, sido senão um animal que sente, torna-se um animal que reflete, capaz de cuidar por si mesmo de sua conservação” (CONDILLAC, 1979, p. 57).

Neste ponto, o conceito de sensação, por si só, não constitui propriamente uma ideia, ou seja, um conteúdo do conhecimento, porque, para que isso ocorra, de acordo com a concepção condillaciana de sistema, é preciso que uma sensação se conecte a outras disponíveis na memória. Essa conexão foi alcançada com mais facilidade quando os homens passaram a utilizar, como intermediação, signos preponderantemente linguísticos. Segundo Sofia Vanni Rovighi (1999), Condillac quis mostrar que o homem começou a se expressar por meio de uma linguagem originária do puro instinto e de sinais puramente naturais. Dessa primeira linguagem, que deve ter sido realizada com a ajuda de vários movimentos do corpo, o homem passou muito lentamente a uma linguagem convencional, a qual lhe possibilitou ligar algumas ideias a sinais arbitrários. Logo, “com a invenção da linguagem articulada, que se serve de sinais convencionais, surgiu no homem a reflexão consciente” (ROVIGHI, 1999, p. 369).

A constituição de uma eventual linguagem primitiva é um processo constituído por etapas. Consoante Sylvain Auroux (1998),

Condillac, em sua teoria, constrói uma estrutura classificatória dos signos bastante avançada. Num primeiro momento, havia apenas os signos acidentais, objetos que, em determinadas situações, foram instaurados em conexão com algumas ideias também particulares. Tratam de signos instaurados por sensações conhecidas no contato com o mundo. Isso porque os homens não são senhores de seus sentimentos e pensamentos: as representações que se efetuam advêm, grosso modo, das circunstâncias que a relação com a natureza proporciona. Posteriormente, surgiram os signos naturais, como os gritos resultantes da necessidade de designar algum tipo de sentimento. Estes apareceram quando um acontecimento de ordem interna, como uma dor, conduziu a uma manifestação externa, como um grito.

Em todas as circunstâncias, serão sempre a necessidade de convivência e o instinto de conservação os elementos que regularão essa semiótica primitiva. De anárquica e violenta, ela vai se transformando, pouco a pouco, em uma língua embrionária ou em uma protolíngua, para, em seguida, quando as ações tiverem sido suficientemente decompostas pelo pensamento, tornar-se finalmente uma língua natural, propriamente dita. Então os homens consolidaram, pela necessidade, pelo hábito e mesmo pelo vício, o uso dos signos linguísticos articulados, aqueles escolhidos de modo deliberado, por sua comodidade, plasticidade, alcance, enfim, por sua capacidade de representar as coisas, as ideias destas e, principalmente, as inúmeras relações entre as ideias.

Como delineado, o que interessa a Condillac e aos seus contemporâneos, numa época em que a Ilustração se faz presente com toda força, é mostrar um mundo totalmente desmitificado e laicizado, liberto, portanto, de toda manifestação de ignorância, dos dogmas religiosos, do peso da tradição e do misticismo. É esse espírito racional e experimental que o Abade tenta emprestar ao mundo das ciências e da filosofia. A causa do interesse do filósofo pelos signos linguísticos tem muito a ver com o fato de ele pretender dar conta

do pensamento enquanto processo e manifestação do mundo físico, desvinculado da atmosfera mística e/ou metafísica tão característica da tradição filosófica à qual teve acesso. Para o Abade, o interesse pela linguagem verbal deve-se, portanto, à própria configuração *sensualista* de sua teoria empirista do conhecimento:

A atividade de pensar só pode ocorrer no espírito humano se este dispõe de um suporte material sensível. [...] Condillac não instaura o pensamento humano em sistema de signos como Locke, o qual ele invoca em seu favor. Ele vai mais longe na via do *nominalismo*. Tenho necessidade da linguagem para pensar, não somente porque sem ela eu não chegaria a dominar e analisar a diversidade fenomenal (tenho necessidade dos signos para construir as ideias abstratas e gerais), mas simplesmente porque certos “objetos” de pensamento não correspondem a ideias, quer dizer, a sensações (AUROUX, 1998, p. 112-113, grifos do autor).

Colocando de outra forma, Condillac tentou demonstrar que, a partir da instauração dos signos linguísticos organizados em uma língua, os homens passaram a representar não apenas os objetos empíricos do mundo externo, mas também as próprias imagens de seus pensamentos. Isto é, pela instituição da linguagem verbal articulada, os homens passaram a elaborar pensamentos sem representação, ou mais bem dizendo, pensamentos de segundo grau, porque se trata de representação de signos linguísticos, e não necessariamente a representação daquilo que os signos designam ou significam. O processo que vai da simples e natural representação semiótica do mundo para a complexa e artificial representação linguística do mundo e dos pensamentos é, pois, inseparável de uma função comunicativa. Trata-se de um processo dialético, porque foi a demanda pela compreensão do pensamento do outro que fez com o homem percebesse a necessidade de decompor o seu pensamento. Foi decompondo o seu pensamento que ele se sentiu impelido a usar e a aprimorar sua linguagem de

ação; de modo a fazer dela, nesse movimento cíclico, um instrumento cada vez mais impulsionador da reflexão.

Considerações finais

Aos olhos de hoje, a natureza das reflexões linguísticas de Condillac pode parecer desimportante ou mesmo ingênua, porém, é preciso considerar que sua teorização sobre a linguagem verbal humana teve desdobramentos significativos. Depois dele, os estudos sobre línguas e linguagem, pelo menos dentro da Linguística, nunca mais puderam perder totalmente os vínculos com o empirismo, isto é, com uma perspectiva que enxerga o fenômeno da linguagem como um objeto apreensível fisicamente. Sobre a questão da validade das suas reflexões de Condillac, Culler faz a seguinte ponderação:

[...] o que importa (em seu argumento) é a direção a que ele o leva. Tentando mostrar que o pensamento tem uma origem natural, que a existência da reflexão e das ideias abstratas é algo que pode ser explicado, ele foi além da tese de que a linguagem é uma figuração do pensamento [a posição do século XVIII] para argumentar que as ideias abstratas são um resultado do processo pelo qual os signos se criam. Ele teve, portanto, de demonstrar que havia um processo pelo qual uma linguagem de signos convencionais poderia surgir de uma experiência primitiva e não-reflexiva. (CULLER, 1979, p. 47).

Desse modo, principalmente em se tratando dos estudos sobre línguas e linguagem, área na qual Condillac representou, em seu tempo, uma verdadeira reviravolta metodológica, sua obra definitivamente precisa ser revalorizada. Em sua filosofia da linguagem e em sua epistemologia, a Abade de Condillac demonstrou que foi pela concretização de uma forma de linguagem que se tornou possível a

formação dos conceitos e dos juízos, quer dizer, a concretização do conhecimento. Defendeu ainda que nenhuma das várias possibilidades de linguagem se mostrou mais vantajosa aos homens do que o uso de signos linguísticos, isto é, a linguagem verbal e articulada. Portanto, para Condillac, as línguas naturais, enquanto sistemas concretos, não podem jamais ser vistas como empecilhos ou fontes de equívocos, como assim as concebiam alguns racionalistas; pelo contrário, elas consistiriam nos melhores instrumentos disponíveis à humanidade para viabilizar o conhecimento. Foi somente quando os homens adotaram as línguas naturais como métodos padrão de apreensão do mundo que eles conseguiram se desenvolver e desenvolver tudo que está ao seu redor, simplesmente porque é a articulação da linguagem verbal o jeito mais eficiente de manifestar a racionalidade:

A grande originalidade de Condillac não é difícil de ser percebida, sobretudo se o situarmos em seu tempo. É com ele que se solidifica a ideia de que o pensamento reflexivo tem como pressuposto a instituição da linguagem articulada que traduz a distância quase infinita que existe entre os homens e os animais (MONZANI, 1993, p. 14).

Além disso, em suas investigações, Condillac conseguiu assimilar alguns princípios básicos que constituíram o horizonte do pensamento iluminista. Há em seu pensamento, por exemplo, uma crítica radical aos valores que caracterizam o Antigo Regime. Há também uma crítica forte à natureza metafísica da filosofia até então produzida, bem como uma rejeição à teoria racionalista das ideias inatas, que estava bastante em voga desde o século XVII, devido, sobretudo, ao trabalho de Descartes. Assim, Condillac corroborou para a laicização das ciências e da filosofia.

Pelo exposto, fica evidente o seu lugar de destaque no panorama dos estudos filosóficos sobre a linguagem, posto que, na modernidade, sobretudo, a partir do *Tratado das Sensações*, foi ele o fi-

lósofo que melhor percebeu a relevância das línguas naturais para a geração e o desenvolvimento da racionalidade humana. Em outros termos, em sua epistemologia e em sua filosofia da linguagem, existe a compreensão – no mínimo, embrionária – de que a linguagem verbal humana assume certo protagonismo tanto na gênese quanto no desenvolvimento do conhecimento humano. Conseqüentemente, tal compreensão abriu o caminho para que seus sucessores pudessem estudar as línguas naturais como mais autonomia em relação à filosofia e a outras áreas do saber, o que viabilizou, no século XIX, o trabalho dos gramáticos comparatistas.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. Trad. Alfredo Bosi. 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

AUROUX, Sylvain. *A filosofia da linguagem*. Trad. José Horta Nunes. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.

_____. *A questão da origem das línguas, seguido de A historicidade das ciências*. Campinas: Editora RG, 2009.

BOUISSAC, Paul. *Saussure: uma guia para os perplexos*. Trad. Renata Gaspar Nascimento. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

CASSIRER, Ernest. *La Filosofía de la Ilustración*. Trad. Eugenio Ímaz. 3 ed. 8 reimpresión. México: FCE, 2013.

COELHO Olga; HACKEROTT, Maria Mercedes. “Historiografia Linguística”. In: GONÇALVES, Adair Vieira; GÓIS, Marcos Lúcio. (Orgs.). *Ciências da Linguagem: o fazer científico?* Volume 1. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2012. p. 381-407.

CONDILLAC, Étienne B. *Tratado dos Sistemas; Tratado das Sensações; Lógica e Língua dos Cálculos*. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Coleção Os Pensadores).

COSERIU, Eugenio. *Tradição e novidade na ciência da linguagem*. Trad. Carlos Alberto da Fonseca e Mário Ferreira. Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: Edusp, 1980.

CULLER, Jonathan. *As ideias de Saussure*. Trad. Carlos Alberto da Fonseca. São Paulo: Cultrix, 1979.

KOERNER, Konrad. “Questões que persistem em historiografia linguística”. In: *Revista ANPOLL* / 1996, v. 2, p. 45-70.

LOCKE, John. *Ensaio sobre o entendimento humano*. Coleção Os Pensadores. São Paulo, Abril Cultural, 1986.

MONZANI, Luiz Roberto. O empirismo na radicalidade. In: CONDILLAC, Étienne B. de. *Tratado das Sensações*. Trad. Denise Bottman. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1993.

MOSER, P. K.; MULDER, D. H.; TROUT, J. D. *A Teoria do Conhecimento: uma introdução temática*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ROVIGHI, Sofia Vanni. *História da filosofia moderna – da revolução científica a Hegel*.

FONÉTICA E FONOLOGIA, SAUSSURE NO MEIO DA HISTÓRIA: O FONEMA COMO UNIDADE BÁSICA DA SEMIOSE

Dr. Sebastião Elias Milani (UFG)

INTRODUÇÃO

A partir das definições de fonema de Ferdinand de Saussure e de Plano de Expressão e Plano de Conteúdo de Hjelmslev, descreveu-se a semiose. A semiose ocorre no encontro do significante com o significado na mente do falante. Dessa forma, o significado não existe, é atribuído ao significante pelo sujeito falante ao realizar a semiose, recuperando significações que lhe foram ensinadas por outros sujeitos. A significação coletiva, social e convencional somente existe como repetição de um valor atrelado a um significante. O que existe é o significante, o significado é atribuído e varia individualmente. O fonema, unidade mínima e básica do plano de expressão, é unidade vazia, constituindo-se na prova de que o significante é unidade vazia, preenchida de significado através da repetição pelo sujeito.

A discussão aqui versa sobre os fonemas do português e o modo como o pensamento dos falantes reconhece, nos sons articulados e falados, o símbolo que representa a convenção da sociedade no interior da estrutura da língua. Esse processo é complexo e muitos foram os pensadores da história da humanidade que o discutiram, tentando resolver. As fontes são os textos de Ferdinand de Saussure, Platão e Louis Troler Hjelmslev, dando-se mais ênfase à teoria de Ferdinand de Saussure por ter sido ele o pensador que revolucionou

os estudos da língua na modernidade, provocando a definição da fonologia como teoria do estudo da forma fônica da língua.

Logo, o autor desse texto parte dos manuais de fonologia que são usados nas universidades brasileiras no estudo da língua. Esses manuais apontam para a existência de dezenove fonemas consonantais, dois semi-consonantais, sete vocálicos orais e cinco vocálicos nasalizados. Fonologicamente a escrita em língua brasileira registra com letras o discurso. Reconhece-se empiricamente a existência de variantes faladas no Brasil, como o Caipira, o Nordestino, o Nortista, o Sulista etc. O Caipira frequentemente é subdividido em falares múltiplos, nem poderia ser diferente, porque envolve os estados do Sudeste e do Centro-Oeste, bem como Rondônia, parte do Tocantins e do Paraná. São milhões de pessoas com muitas formações. O falar Nordestino inclui todos os estados. Não se poderia deixar de reconhecer que populações enormes e antigas, como, por exemplo, das capitais Salvador, Recife e Fortaleza, apresentem falares muito diferentes entre si. Os manuais definem falares regionais, locais e individuais. Ao comparar os falares do Ceará (Atlas linguístico do Ceará) e o do Rio Grande do Sul (Atlas etnográfico-linguístico da região Sul), do ponto de vista fonológico, nem se deve discutir se é ou não a mesma língua, porque é a mesma língua, porém, com certeza, muitas diferenças na pronúncia dos fonemas seriam encontradas, em geral muito engraçadas para quem está fora da variante.

A ciência anterior à fonologia, ciência da linguística, existente desde as línguas clássicas dos gregos e dos indianos, é a fonética, ciência da natureza. Ela encontra as diferenças e aponta as enormes transformações que um mesmo fonema sofre em suas manifestações alofônicas, diacrônica e sincronicamente. Ao se fazer isso, mostra-se que a fonética troca o preconceito, chamado de engraçado, dos falares diferentes, pela valorizada riqueza das diferenças culturais e linguísticas. A fonologia atua como a amostra que o professor deve usar para explicar aos alunos que as diferenças são parte da riqueza de um

mesmo código simbólico, ideal em seu estado psíquico e variável em seu estado social. Isso ocorre porque o fonema não é uma unidade com composição precisa, como se fosse feito por uma máquina, portanto artificial, mas é uma unidade que se ajusta aos seres humanos, composto pela imprecisão do corpo físico e lido, no conjunto da fala, pela precisão do pensamento.

No *Curso de Linguística Geral* (1916), Ferdinand de Saussure (1854-1913) explicou muitas coisas importantes para todos os pensadores da linguagem. De suas explicações nasceram grandes desenvolvimentos para as teorias linguísticas do século XX. Nesse texto pretende-se uma demonstração do acontecimento da semiose no pensamento dos indivíduos, partindo das explicações semânticas para o signo linguístico e demonstrando como é possível entender o acontecimento da significação, na medida em que ela aconteça de fato, qual seja no encontro de um plano de expressão com um plano de conteúdo.

A fonética estuda a estrutura natural do plano de expressão das línguas naturais, enquanto que a fonologia estuda a estrutura ideal do plano de expressão das línguas naturais. Para ambas o plano de conteúdo é importante como elemento que faz de um som natural da voz um som linguístico, portanto, é o plano de conteúdo que faz uma voz ser humana e ser língua. Essa distinção entre fonética e fonologia ocorreu no final do século XIX e início do século XX, foi ideada no *Curso de Linguística Geral* e completada no Círculo Linguístico de Praga.

O fonema, objeto de estudo em questão na fonologia, apresenta na linguística, teoria vinculada ao modernismo, uma feição, simulacro da existência humana, a mesma descrita pelos gregos na era clássica, ou seja, um lado físico e outro psíquico. Esses dois lados do fonema possuem funções específicas, o físico, que pode ser descrito articulatoriamente, é casa vazia, com características abstratas e realidade funcional. O lado psíquico, tal e qual a descrição do signo em Saussure, distingue um significado de outros significados, tal característica é que faz de uma articulação um fonema de uma língua.

O FONEMA NO CURSO DE LINGÜÍSTICA GERAL

Saussure tinha uma questão inicial importante que era demonstrar que a língua não tinha na escrita sua melhor forma, na verdade, que a forma falada era, em essência, a língua em uso. Saussure disse no curso: a escrita é uma forma artificial enquanto a fala é a forma natural: “quando se substitui a escrita pelo pensamento (...) os primeiros linguistas caíam nessas ciladas, trocavam o natural pelo artificial (...) o artificial pelo natural é impossível enquanto não tenham sido estudados os sons da língua” (1995, p. 42). Em outro momento, disse que era a estabilidade física da escrita que fazia com que ela fosse tomada como a forma ideal da língua. Devido à fonologia ainda ser muito insipiente como metodologia, aponta que os sons da língua ainda não tinham sido estudados, que seria somente assim que se chegaria a encontrar a natureza da fala.

Saussure propôs o estudo dos sons articulados por si mesmos e chamou esse estudo de fonologia. Explicou que a fonética era o estudo da fisiologia dos sons, ou seja, o processo articulatório. À fonética seria designado o estudo da evolução dos sons. Seria necessário lembrar nesse ponto os estudos da Gramática Comparada no século XIX: lei de Jacob Grimm (1822), a linguística românica de Friedrich Diez (1836), a linguística germânica de August Schleicher (1857). Os chamados metaplasmos, as regularidades das transformações fonéticas nos sistemas das línguas, permitem, pela comparação entre línguas da mesma origem, recuperar estágios anteriores e desaparecidos das línguas.

(...) é o estudo dos sons através dos próprios sons que nos proporciona o apoio que buscamos (...) Os linguistas atuais (...) dotaram a Linguística de uma ciência auxiliar que a libertou da palavra escrita (...) A fisiologia dos sons é frequentemente chamada de Fonética (...) substituímo-la por Fonologia (...) a Fonética designou a princípio o estudo das evoluções dos sons (SAUSSURE, 1995 p. 42).

Ele disse (1995, p. 43) “a Fonética é uma ciência histórica e a Fonologia se coloca fora do tempo, já que o mecanismo da articulação permanece sempre igual a si mesmo”. A diferença pode ser observada pelos trabalhos de Friedrich Diez (1836-1838) e de August Schleicher (1861). Diez desenvolveu uma comparação fonética entre as línguas românicas com o objetivo de reconstruir estágios anteriores dessas línguas e atingir uma demonstração do latim vulgar. A mesma metodologia descrita por Franz Bopp com vistas ao indo-europeu, chamada Gramática Comparada. Schleicher praticou também essa metodologia, aplicada às línguas germânicas, com vistas a reconstruir o indo-europeu, suas técnicas de reconstituição das línguas europeias o teriam feito escrever textos em indo-europeu, supostamente. A visão da fonética como ciência histórica remontaria a essas transformações nas formas dos fonemas das línguas, que evoluíra desde a Lei de Grimm (Jacob Grimm, 1822), para a lei de Verner (Karl Verner, 1875), até a teoria da analogia dos Neogramáticos (Victor Henri, 1883).

Se a fonética, por essa perspectiva, na terminologia saussuriana, revelaria aspectos diacrônicos das línguas, a fonologia seria uma técnica, cujos aspectos da língua revelados, seriam os sincrônicos. Saussure disse que (1995, p. 43) “a fonologia só se refere à fala” e, disse também, que “os movimentos fonatórios de nada serviriam se a língua não existisse”. A fonologia mostra os movimentos fonatórios de uma língua como oposição psíquica. As oposições psíquicas caracterizam as formas da língua e mostram o valor que assumem determinados e variados movimentos articulatórios. Desse modo Saussure aplica à língua um conceito de sistema, retirado da natureza, com um único princípio, portanto, *um sistema perfeito* como dissera E. B. de Condillac (1754): (SAUSSURE, 1995, p.43) “a língua constitui um sistema baseado na oposição psíquica dessas impressões acústicas”.

A escrita sempre foi tida como uma representação dos sons da fala, essa é sempre uma questão a ser resolvida por alfabetizadores com seus alfabetizados. Na verdade, um alfabeto de natureza total-

mente fonológica não existe, mas todas as línguas apresentam nas letras que usam para escrever fundamentação numa tradição de representação dos sons da fala. Esse fato é mais profundo em algumas línguas e mais brando em outras. De modo geral, dificilmente um alfabeto seria afinado ao som da fala, a não ser que a língua possuísse somente uma pronúncia para todos os falantes, coisa que somente em línguas de grupo nacional muito pequeno poderia ocorrer.

Logo, uma escrita que representasse os sons articulados pelos falantes da língua seria muito difícil de ocorrer. Segundo Saussure, essa precisão não seria desejada. Quando ele disse isso se referia a uma escrita fonológica, que é possível para qualquer língua. A descrição fonológica dos sons está vinculada à distinção psíquica dos sons articulados: os sons fonológicos da fala são de natureza psíquica e se deve acrescentar que na descrição fonológica dos sons articulados não há variação entre os falantes, porque se baseia no valor distintivo do som enquanto formador de signos. Ele será sempre um feixe de traços que constitui uma unidade. Segundo Saussure, (1995, p. 43) “a escrita fonológica é um meio de representar os sons articulados que suprime qualquer equívoco (...) a escrita fonológica deve visar a representar por um signo cada elemento da cadeia falada”.

Então, malgrado o desejo dos falantes, (1995, p. 44) “a escrita fonológica deve servir apenas aos linguistas”. Não é incomum ouvir-se a defesa de que a escrita devesse representar mais aproximadamente a fala. Obviamente, cada falante estaria pensando na sua fala, quando diz isso. Uma escrita fonológica ajuda na produção do modelo ortográfico, por isso a defesa que Saussure faz de sua existência. Assim ele disse que (1995, p. 44) “fora da Ciência, a exatidão fonológica não é muito desejável (...) no ensino de línguas um alfabeto fonológico pode ser útil, não se deveria generalizar-lhe o emprego”. Esse modelo é necessário para se chegar ao sistema da língua. Devem-se descrever as formas dos sons articulados e por meio dessas formas (fonemas), sempre num número fechado, chegar ao padrão geral de fala para a língua.

A Fonologia permite que tomemos certas precauções no tocante a essa forma escrita, pela qual devemos passar para chegar à língua (...) cumpre traçar o sistema fonológico do idioma estudado (...) cada língua opera com um número determinado de fonemas bem diferenciados (1995, p. 44, *catando*).

Para estudar o passado e as línguas do passado, que é uma das tarefas do linguista, segundo Saussure, seria preciso fazer uso de textos escritos. Textos escritos são a materialidade constituída da linguagem em uso. A língua é a concretização da linguagem, é a parte social, aquela que pode ser estudada. Então, o texto escrito é a materialização da língua e a representação da sociedade. Toda vez que se estabiliza a língua, seja em qualquer formato, escrito ou gravado, têm-se um texto e a representação da sociedade. Não se pode esquecer que Saussure explicou que a fala, por ser individual, não poderia ser estudada. Somente o que é matéria concreta, portanto, a expressão pode ser estudada, e esse é o formato do texto: expressão do conhecimento em uma sociedade.

A materialidade da linguagem, em uma sociedade, não acontece somente por meio da fala. O som articulado, organizado em sílabas, tem função privilegiada na expressão da cultura, porém, não é a única forma, é na verdade a que todos estão capacitados para usar. As outras formas de expressão são dependentes de um treino extra, para além da primeira capacitação, que são os sons articulados, ocorrida na primeira idade do ser humano, mas são expressões da mesma cultura, vinculada ao conhecimento disponível. A expressão verbal tem o privilégio de conter em si o objetivo da significação do conhecimento convencionalizado simbolicamente, enquanto as outras expressões, a exemplo pintura, música, escultura, arquitetura, perfumaria, vestuário etc., dependem da aplicação da convenção verbal para ter valor e significar, enfim, nos termos da semiótica são semissimbólicas.

Quando se trata de descrição fonológica, Saussure deixa claro que o uso do testemunho dos antigos, no caso de descrever línguas do

passado, é fundamental, mas dificilmente no passado fez-se análise dos sons das línguas com o rigor científico necessário para tornar as descrições seguras. Entretanto, essas observações dão pistas importantes para que se possam saber, através dos nomes que deram aos sons, quais eram as características deles. Esses dados, Saussure classificou de indícios externos, informações indiretas, que podem ser combinadas com os indícios internos, retirados da evolução fonética, que é a regularidade das transformações dos fonemas, chamados de os metaplasmos, e retirados da forma contemporânea dos fonemas, como são apresentados na forma escrita nas diversas línguas: a força da analogia.

A regularidade da evolução fonética permite destacar hipóteses: “quando se trata de determinar o valor duma letra, é muito importante saber qual foi, numa época anterior, o som que ela representava. Seu valor atual é o resultado de uma evolução que permite descartar desde logo certas hipóteses” (SAUSSURE, 1995, p. 45). Essa evolução permite suposições seguras sobre as mudanças; se, além disso, se puder contar com a analogia, quando se conhece sons análogos na língua na mesma época. Saussure aponta que fica mais fácil se descobrir os estágios intermediários da evolução dos sons, quando se conhece o ponto de partida e de chegada. Esse é o modo como se costuma estudar a evolução das línguas neolatinas, sempre se sabe a forma de partida no latim e a forma de chegada na língua neolatina, o que facilita reconhecer sons intermediários.

No *Curso Linguística Geral*, Saussure apontou que a verdadeira linguística teria surgido da Gramática Comparada das línguas neolatinas e germânicas, especificamente dos estudos de Friedrich Diez e August Schleicher. De fato, tanto uma quanto a outra tinham fontes de partida e chegada conhecidas, diferentemente dos estudos do indo-europeu, em que só se tinham as fontes de chegada. Como exemplificação daquilo que Saussure expusera é o fato de mesmo se tendo fontes precárias do latim vulgar, que se pode dizer são as fases

intermediárias entre o latim e as línguas neolatinas, é possível se saber em todas as línguas neolatinas as fases intermediárias de um termo, desde o latim até a língua moderna. Num curto período, menos de 100 anos, entre o início do trabalho de Diez em 1836 e até 1925 com o português, a última a ter suas fases de latim vulgar reveladas, todo o trabalho ficou concluído.

Quanto às fases do indo-europeu, todas as formas são meras hipóteses. Mesmo no caso do *Mémoire*, texto escrito por Saussure, em que se consegue ter segurança quanto aos resultados, todas as propostas são meras hipóteses, baseadas na comparação dos exemplares retirados das línguas vivas da modernidade e das línguas clássicas, que só existem no formato escrito. Nesse texto, Saussure fez um levantamento de todas as hipóteses antes formuladas sobre as vogais do indo-europeu, algumas ele descarta outras ele aproveita certos resultados, a partir dessa metodologia de cotejamento dos dados obtidos por outros, anteriores a ele ou seus contemporâneos, ele criou uma hipótese para as vogais do indo-europeu tida como plausível. Na verdade, não se estudou mais o assunto e também nunca se contestou os resultados dele.

No *Memoire*, Saussure deixou claro que nenhum dos estudiosos do assunto havia chegado a uma conclusão sobre a verdadeira condição do “a” no indo-europeu. Relatou que Franz Bopp, em 1816, em sua obra *Über das Conjugations-System der Sanskritsprache in Vergleichung mit jenem der griechischen, lateinischen, persischen und germanischen Sprache*, afirmara que o ariano – seção do grupo indo-europeu que se espalhou para a Mesopotâmia e para a Índia – apresentava uma uniformidade no “a”, enquanto, paralelamente, as línguas da Europa – latim, grego e alemão – mostravam três formas vocálicas: “a”, “e” e “o”. Para Bopp, as vogais “e” e “o” eram formas desenvolvidas nas línguas europeias a partir do “a” do indo-europeu. Esse fenômeno era relativamente recente, pois se caracterizava como um

fenômeno das línguas ocidentais derivadas do indo-europeu (MILANI, 2015, p. 34).

Saussure concluiu, a respeito dessa série de teorias sobre as vogais, que todas afirmam, em relação às línguas ocidentais, a existência de três vogais para o europeu: “e”, “a” e “ā”. A hipótese de Saussure e de que existiriam quatro vogais diferentes, e não três. A dificuldade de compreensão do fenômeno estaria no fato de os dialetos do norte terem confundido duas dessas vogais originárias, enquanto que no sul elas permaneceram distintas: “a” em oposição ao “e”, uma vogal reforçada, e um “o”, que era, na verdade, outra forma de “e” (MILANI, 2015, p. 37).

Quais seriam então os recursos para se fazer a recuperação das fases anteriores da evolução fonética dos sons de uma língua? Saussure apontou como exemplo as diversas grafias registradas na história da língua. Dá como exemplo o alemão da palavra moderna *waser/wasser*. Ele disse que mais tarde, depois de ter encontrado essas duas formas, se encontrou a forma *wacer* também, “isso provava que esses dois fonemas /z/ e /s/, outrora nitidamente distintos, chegaram mais ou menos a confundir-se” (SAUSSURE, 1995, p. 46). Ele também disse que “os textos poéticos são documentos preciosos para o conhecimento da pronúncia” (loc. cit.), deste modo, baseados nos processos rítmicos dos poemas, como rima, versificação, aliteração etc. é possível ver como os fonemas se combinavam e oferecem informações valiosas para isso.

Ele menciona também a grafia dos termos emprestados de línguas estrangeiras. Em tudo isso, deve-se ressaltar a preocupação metodológica de Saussure. Ele não está descrevendo os processos simplesmente, mas ensinando os passos e os recursos a serem utilizados na feitura dessas pesquisas: “todos esses processos de informação nos ajudam a conhecer, em certa medida, o sistema fonológico duma época e a retificar o testemunho da escrita, tornando-o proveitoso”

(SAUSSURE, 1995, p. 47). Quando se trata de uma língua viva, Saussure orientou a “estabelecer o sistema de sons tal como é reconhecido pela observação direta; e, observar o sistema de signos que servem para representar os sons” (*loc. cit.*). Ele criticou a tentativa em sua época dos gramáticos de estabelecer a pronúncia de cada letra da língua que queriam descrever: “os fonologistas muito contribuíram para reformar nossas ideias acerca da escrita e da ortografia” (*loc. cit.*).

Saussure, no capítulo I do *Curso*, critica os fonologistas, porque eles negligenciavam o lado acústico que ele disse já existir inconscientemente quando se aborda as unidades fonológicas, “de ouvido se sabe o que é um b, um t etc.” (p. 49). A delimitação dos sons somente poderia ser feita com base na audição e a descrição com base na articulação. Está escrito em Saussure (1995, p. 51) o que pode ser uma definição para fonema: “o fonema é a soma das impressões acústicas e dos movimentos articulatorios da unidade ouvida e da unidade falada, (d)as quais uma condiciona a outra”. Certamente ele fazia referência ao fato de que todo falante deva ser também ouvinte, porque somente se sabe o que se falou quando se ouviu o que se disse. Por isso ser o fonema uma unidade complexa, condicionada pela articulação e pelas impressões acústicas.

No *Curso* existe uma descrição perfeita do aparelho fonador, ressaltando os modos e os pontos de articulação. Palavras do *Curso* (1995, p. 53, citando) “a cavidade nasal é um órgão completamente imóvel (...) quanto à cavidade bucal, ela oferece um jogo de muitas variações possíveis (...) o papel desses mesmos órgãos como produtores do som está na razão direta de sua mobilidade”. O som é produzido quando a corrente do ar passa pela glote, em que há a produção de um som uniforme pelas cordas vocais. “A cavidade nasal serve unicamente como ressonador”, mas “a cavidade bucal acumula as funções de gerador e ressonador de som” (1995, p. 53). A boca provoca a variedade de sons, isso que Saussure quis dizer quanto a ser o som laríngeo uniforme, é na cavidade bucal que ocorre as dobras dos sons.

Aponta para o fato de a descrição do som não determinar os elementos diferenciadores dos fonemas. Disse que: “um fonema fica identificado quando se determinou o ato fonatório” (1995, p. 54). Para isso seria necessário estabelecer para cada fonema sua articulação bucal, um som laríngeo ou não, se é nasalizado ou não. Aparece no *Curso* um quadro com quatro colunas em que se separam os sons surdos, sonoros, surdos nasalizados e sonoros nasalizados. Faltaria determinar a natureza da articulação bucal, importavam determinar-lhe as variações possíveis. A classificação que se fazia dos sons era pelo ponto de articulação, ele também o fez enumerando de 0 (zero) a 6 (seis) para categorizar os sons.

Os sons ficaram classificados quanto ao ponto de articulação entre o órgão ativo, marcado por uma letra grega, e o órgão passivo, marcado por uma letra latina. Quanto à abertura da boca, quando ocorrer abertura zero, se teria uma oclusiva: “fechamento completo, oclusão hermética, mas momentânea, da cavidade bucal” (1995, p. 56). As oclusivas podem ocorrer nos pontos labial, pelos dois lábios, dental, pela língua nos dentes, e gutural, pelo dorso da língua no palato. Quando ocorrer a abertura 1, se teria uma fricativa ou espirante, “caracterizada pelo fechamento incompleto da cavidade bucal” (1995, p. 57). Abertura 2 seriam os fonemas nasais, oclusivos na boca com a abertura do canal nasal para saída do som. Abertura 3 seriam as líquidas, divididas em laterais e vibrantes. As líquidas são produzidas com o apoio da língua no palato, deixando uma abertura à direita e à esquerda. Nas vibrantes, a língua vibra com um número variável de golpes, podem ser com a ponta da língua ou com o dorso da língua.

As aberturas 4, 5 e 6 são condições das vogais. Saussure disse que “a fórmula duma vogal é exatamente comparável à de qualquer consoante sonora” (1995, p. 59). Portanto, as vogais, do ponto de vista da articulação vocal, não implicam em diferenças em relação às consoantes sonoras. Assim, “quanto mais a boca se fecha, mais o

som laríngeo é interceptado” (1995, p. 60), ao contrário, quanto mais se abre, menor é o ruído. A abertura 4 são as vogais /i, u, u/. Esses sons são formados com um fechamento considerável, próximo do das consoantes, por isso frequentemente aparecem como semivogais. Abertura 5 são as vogais /e, o, ö/. Essas são as médias que, segundo Saussure, se distinguem em vários graus de abertura. A abertura 6 é o /a/, máxima possível, que tem uma forma nasalizada um pouco mais fechada (1995, p. 61).

Ao descrever a sílaba, Saussure faz uma teorização sobre os fonemas quanto ao traço de pronúncia, como explosivas e implorivas. Ele disse que qualquer som pode ser tanto explosivo quanto implorivo, a abertura influi na implorção ou explosão. O processo de fechamento é implorivo e o de abertura explosivo. O objetivo desse método (1995, p. 65) “era reduzir a um esquema tão simples quanto possível o fenômeno da silabação”. Ele afirmou que (1995, p.62) “o método da fonologia é particularmente defeituoso: no esquecer demasiadamente que na língua não existe apenas sons, mas extensões de sons falados”. É certo que Saussure estava discutindo os pontos de vista de seus antecessores, tal e qual o Círculo Linguístico de Praga também discutiu suas posições.

O FONEMA COMO UNIDADE BÁSICA DA SEMIOSE

A explicação básica para o acontecimento da semiose é o encontro do plano de expressão com um plano de conteúdo no pensamento. É preciso adiantar que, como fato primário, somente em um texto verbal isso está previsto, em expressões manifestadas por meio de matéria não linguístico-verbal a semiose não existe, ou seja, somente na língua ela acontece. Desta forma para que uma expressão seja texto, ela precisa da ação de um pensamento, carregado pelo conhecimento de uma cultura em uma língua. Assim, chega-se ao que Saussure disse: “a língua é que faz a unidade da linguagem” (1995, p. 18).

Está dito que qualquer manifestação da linguagem humana é matéria da Linguística, mudando a ordem dos termos, pode-se dizer que qualquer manifestação da linguagem é *matéria linguística*. Simplificando, se a língua é o objeto de estudo da Linguística, só será matéria linguística o que for língua. Isso deve ser entendido em sentido unilateral, porque só pode ser língua o que for semiose, não acontecendo semiose não é língua, nem pode ser matéria da linguagem, para estudo na Linguística ou em qualquer ciência que estude linguagem. Citando Saussure (1995, p.15): “A matéria da Linguística é constituída inicialmente por todas as manifestações da linguagem humana”.

O objeto de estudo da linguística é a língua. A linguagem tem um lado individual e um lado social (1995, p. 16). O lado social é a língua e o lado individual é a fala. A língua é concreta, assim o é porque pode ser percebida pelos sentidos. A fala não pode ser percebida pelos sentidos, porque está no pensamento do indivíduo. Então, de qualquer perspectiva que se tiver observando e estudando uma manifestação de linguagem, sempre se estará percebendo a língua, a parte social. Em nenhuma circunstância se terá acesso ao produto da individualidade: a fala, que não pode ser estudada, porque depende de um evento social para existir e sempre estará sob a medida da competência dos participantes desse evento, ou seja, somente o que é social, conhecimento na língua, pode ser percebido, logo, a individualidade desaparece.

Seguindo-se com a pergunta que Saussure faz: “Qual é o objeto, ao mesmo tempo integral e concreto, da Linguística?” (1995, p. 15). A resposta todos a sabem, ele disse que era a língua, a parte social da linguagem. A língua e a linguagem fazem parte da mesma função relativa ao corpo humano que é a comunicação, mas, ele disse que a língua não se confunde com a linguagem, porque ela, entre outras coisas, faz parte dos fatos humanos, enquanto a linguagem não o faz. Essa definição para as duas, língua e linguagem, abre a principal e mais importante diferença nesses dois conceitos de Saussure. A linguagem é anterior aos

fatos que um ser humano pode produzir. Ela estaria dada na concepção do corpo físico, assim, faz parte do corpo humano como uma de suas funções e nos termos do racionalismo é *inata*.

A língua é um fato humano, logo foi preciso que existisse o ser humano, com a linguagem, para que a língua pudesse ser criada. Ela foi criada como uma estrutura, por assim dizer, que permite a elaboração, numa ordem progressiva, dos sentimentos ou vontades ou paixões e ações, para dar a conhecer a outrem os valores individuais. A fórmula somente pode ter nascido no ato do fazer da fala. Então, entre dois seres humanos, conversa vai e conversa vem, e o que for comum aos dois torna-se a língua. Não exatamente comum, mas de alguma forma compartilhado, porque o que é somente parte de um dos seres humanos envolvidos não poderá ser parte compartilhada. O processo acontece no pensamento. Pensamento é o nome em português para o processo de pôr o corpo humano, na parte responsável pela linguagem, em ação.

Resumindo: o pensamento ocorre no indivíduo, ou mais bem, no corpo humano, lá dentro dele, logo, não pode ser percebido por outrem. Esse fato é todo psíquico; que é outro nome, socialmente partilhado entre os linguistas. Esse é o pensamento abstrato, deste que escreve este texto, tentando superar os limites de sua própria estrutura adquirida para demonstrar o que pensa individualmente! O fato é que somente pode fazê-lo por aquilo que é conhecimento partilhado na língua, assim mesmo, provavelmente, de poucos, aqueles que também engajam seu pensamento sobre esse mesmo assunto. O pensamento é individual. Logo, se é o pensamento que usa a estrutura e sempre foi ele que usou a estrutura, ela também é individual. Quando essa estrutura é usada para dar a outrem, a conhecer pela fala, algo que está no pensamento, somente conseguirá naquilo que estiver concretamente tornado conhecimento socializado.

A fala é a materialização das paixões e das ações, ou seja, puro sentimento. Ela segue as estruturas socializadas. Como disse Saussu-

re, dela o indivíduo é senhor. Pode-se dizer que Saussure apontara a responsabilidade do indivíduo, muito mais do que seu poder. Pode-se se ser responsabilizado pelo que se disse. Logo, a elaboração deve ser arranjada no esforço de se atingir a perfeição. A fala é manifestação material do processo psíquico que inclui todos esses nomes: pensamento, linguagem, sentimentos, paixões, língua, ideias etc. Como qualquer manifestação da linguagem pode ser matéria de estudo da Linguística, e seu objeto concreto é a língua, a parte social, chega-se a determinar que os linguistas somente conseguem estudar aquilo que é social, jamais o que seria individual, nem como linguagem nem como fala. O que é individual é impalpável, enfim.

Uma questão deve ser evidenciada em relação ao *Curso de Linguística Geral*, já que esse artigo trata dos conceitos da Linguística. No CLG, Saussure tem como objetivo principal ensinar a metodologia de estudo, muito mais que os conceitos. Dito isso, a frase do Curso: “Bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto” (1995, p. 15), produz um valor importante a ser explicitado, o ponto de vista é a metodologia. Os linguistas sempre estudam a língua, mas a metodologia recorta a língua e faz nascer um objeto concreto. Então, de acordo com Saussure, todos aqueles que estudam a manifestação da linguagem humana em dois planos, significante e significado, ou seja, a língua, são linguistas. Aqueles que estudam a manifestação da linguagem em um só plano, o significante, atribuindo a ele um significado, também são linguistas, porque todos os discursos só podem ser estudados no formato de uma língua e da cultura a ela vinculada.

Separadas metodologicamente assim, dentre a linguagem, a língua e a fala (discurso), a única que pode ser concreta é a língua, porque se constitui como instituição. Ela se torna estática, ou mais bem dizendo, pode ser imobilizada ou estabilizada para ser analisada. Na condição estática, na forma concreta da língua, todos os significantes têm significado, ou seja, o signo quando em estado arbitrário

tem significante e significado. Nesse caso quer-se dizer que o exercício da linguagem alcançou a condição de forma partilhada entre falantes, portanto, língua concretizada em texto. Individualizada, a manifestação da linguagem não pode ser estudada. Obviamente os indivíduos não são iguais, todos os outros sabem de sua individualidade, mas ela fica indizível, somente por meio de conhecimentos sociais pode-se dizer algo, e o individual é indizível.

Certos seres humanos conseguem demonstrar que reconhecem a individualidade de outrem por meio de imitações de seus traços de fala, de discurso, de comportamento etc. Isso é reconhecer os traços da individualidade e projetá-los como sendo do outro e reconhecer o outro como particular, mas a imitação ou a mimese é também orientada por valores compartilhados linguisticamente como conhecimento, logo, somente o que fica socializado pode ser imitado, o que de fato é individualidade nunca poderá ser.

O signo é somente significante, em todas as formas de manifestação da linguagem. Quando se considera que a manifestação da linguagem pode ser em materiais que são monoplanos, e que todas as manifestações são somente o significante, chega-se a síntese de que o signo é somente significante. Nos diversos modelos de signo produzidos pelos pensadores da linguagem, o conteúdo ou conceito, significado para Saussure, aparece vinculado ao significante (imagem acústica) de um modo ou outro, a depender da metodologia adotada. Em Saussure, que estuda a manifestação como texto, ou seja, como forma socializada, nesse estado o signo é formado pelo significante e pelo significado, numa relação arbitrária absoluta.

FONTES DEBATEDORAS

Em Platão, no *Teeteto* e no *Crátilo*, o nome é a parte mais fraca do arquétipo que organiza a comunicação humana. O nome é um substituto das coisas. Entre as coisas do mundo e os nomes atuam a

cultura com seus conceitos: a inteligência, a ciência e a sabedoria. O nome é a parte mais fraca porque pode ser substituído e é feito de matéria que se dispersa. Todo nome remete a um *logos*, a sua matéria psíquica eventual, produzida a partir de um ideal cultural, mais estável, para aquela coisa. Então, o *logos* acontece no evento concreto da fala entre dois indivíduos. O mediador entre os indivíduos é o *eidolon* (imagem), o ideal cultural. Ele possibilita que a manifestação da linguagem em um nome tenha, nos indivíduos, *logos* assemelhados, capazes de fazer a todos reconhecerem a coisa.

Aristóteles no texto *Da Interpretação* analisa o enunciado. Esse enunciado é construído por partes, mas essas partes não significam nada separadas. As palavras, para serem símbolos dos sentidos que a alma cria, precisam passar pela ação do tempo verbal. Desse modo, disse Aristóteles, os sons emitidos pela voz são símbolos de estados da alma, e as palavras escritas os símbolos das palavras emitidas pela voz. O que está patente é que as palavras para existirem, devem ser símbolos. Os nomes são sons da voz, que possuem significação convencional, quando não tiverem sofrido a ação do tempo verbal.

Aristóteles afirma que a palavra não significa nada por si mesma. Nenhuma palavra é por natureza um nome. Um conjunto de sons vocais não forma um nome. O que o transforma em nome é a ação simbólica, que faz com que esse nome seja símbolo de alguma coisa. O que condiciona a significação entre os seres, se as palavras não são as mesmas, é que as imagens dos estados de alma são as mesmas e as coisas, às quais os nomes fazem referência, também são as mesmas. Em síntese, em Aristóteles existem palavras, feitas de sílabas, que devem convencionalmente ser símbolos das imagens dos estados de alma. Assim, como convenções, elas entram no discurso e sofrem a ação do tempo verbal, para que então se tornem enunciados.

Em Wilhelm von Humboldt o signo representa a imagem acústica, ou seja, a imagem acústica é o signo. Quando ela entra em um discurso e torna-se língua, adquire um conceito e uma identidade

cultural. O signo é símbolo do conceito e da identidade cultural a ele associados. Humboldt estudou o signo como parte do discurso, a forma materializada da língua; para ele, essa era a forma real e única da língua. Todas as sílabas que entram na estrutura de uma palavra em um discurso seriam signos de um conceito e de uma identidade cultural. Interessante notar que para Humboldt, como para Aristóteles, as sílabas são as unidades mínimas de constituição dos signos. Elas podem ser constituídas de um som articulado ou de vários. Geralmente são constituídas de um consonântico e de um vocálico, sendo que somente os vocálicos podem ser sílabas sozinhos. Humboldt diz que normalmente são necessárias várias sílabas para compor uma palavra. Ele afirmou que quanto mais bem articulados forem os sons, mais claros e significativos eles serão. São, portanto, os sons articulados que adquirem conceito e identidade cultural em um discurso.

Louis T. Hjelmslev (1939), chamando de teoria Glossemática, partindo das afirmações de Saussure, propôs que, o que entra para o conjunto do discurso é uma cadeia de significantes que adquire um significado. Existe um processo que faz as unidades da cadeia significante, chamadas por ele de *functivos*, funcionarem como disparadores do significado. A cadeia de significantes, nomeadas no livro *Prolegômenos* como Plano de Expressão - PE, adquire um Plano de Conteúdo - PC. PE e PC são fórmulas psíquicas que se articulam em forma e substância. A parte profundamente psíquica é a substância do plano de conteúdo ou, num outro nome, pensamento, que fica organizado por uma forma, ou seja, a forma do PC, que é a língua. O plano de expressão possui a articulação como substância e, como forma, o fonema. O fonema é a unidade básica que realiza materialmente a fusão entre os dois planos. A semiose, como já foi acima dito, acontece no encontro entre os planos de expressão e de conteúdo do texto.

A complexidade se reduz ao momento em que o fonema, *plastificado* com o som ou com a imagem, entra em um corpo físico textual. Ele passa a ser um *functivo* entre os dois planos. Hjelmslev

estudou o processo de construção da significação como enunciado, quando o enunciado já completou todas as etapas linguísticas e já é um objeto social. Em seu discurso têm importância zero as etapas de aquisição da língua, porque o texto é a linguagem, a língua e o discurso em pleno funcionamento. Deve estar isso claro porque seus antecessores nunca abandonaram o processo de aquisição da língua. Como disse Saussure no *Curso*, o ser humano tem a capacidade de adquirir/aprender uma língua.

O CONHECIMENTO E A LÍNGUA

O conhecimento é social e está registrado na língua. Supondo o signo como casa vazia, requer o preenchimento com um valor. Na execução do signo em um texto, o conhecimento entre os indivíduos é variante, logo, a fórmula da convenção social precisa ser relativizada: os indivíduos não possuem essas tais convenções em comum, mesmo no caso de signos muito comuns no ambiente de convívio. Não se trata aqui de referência. Então, o que os indivíduos fazem é repetir o conhecimento relacionado ao signo, como adquiriram de falantes mais experientes. De fato, não existe convenção, mas repetição de valores, veiculados em um texto por meio de signos. A repetição de valores produz um conhecimento associado ao signo. Enquanto a repetição continuar o signo terá sempre um valor aproximado, e essa será sua significação na língua. Como disse Saussure, ele se repete porque se continua; a arbitrariedade do signo o coloca a salvo de mudanças (1995, p. 87).

Em fim, o que é repetido são os sons articulados. Como disse Hjelmslev, eles são os functivos que produzem a semiose. Sinteticamente dizendo, são os fonemas que são repetidos. Segundo Humboldt, quanto mais bem pronunciados, mais precisos e eficientes serão seus efeitos. Assim, a repetição dos fonemas, em conjuntos previamente estabelecidos, reativa valores relativos à cultura. A repetição

dos fonemas, segundo Humboldt, marca também a identidade cultural; segundo Hjelmslev, da substância do plano conteúdo no som articulado; segundo Saussure, a variante falada como valor.

CONCLUSÃO

A formação da memória linguística de um indivíduo depende da repetição das formas estruturadas. Os falantes mais experientes tornam-se os predecessores dos menos experientes e a repetição das formas transmite o conhecimento. Como se disse, somente os fonemas são repetidos, e um valor é construído entorno dessas unidades materializadas. Ninguém pode ter certeza do valor que outrem atribuiu a uma unidade formal materializada, porque isso é individual, mas sempre pode repetir, como língua, o valor desejado para esse outrem e construir dentro dele esse valor. O fato é que não existe significado para nenhuma forma expressa por um indivíduo, o significado será um eco de outras repetições. Caso no indivíduo nunca existira uma repetição da forma, não existirá significação ou valor para ela.

O significado dado é construído no evento da fala, por meio de repetições de valores. Repetem-se os fonemas, numa ordem antes repetida. Assim repetem-se os outros elementos envolvidos no evento. A eficácia da estrutura organizada depende de existir a repetição da mesma ordem de fonemas em outrem. Assim sendo, o evento inicial de uma estrutura fonológica pode ocorrer para alguém, e se ocorrer, nesse caso haveria incompreensão. Resta o fato de os falantes estarem sempre em algum ponto entre a primeira repetição e a última repetição. Quando se ouve uma língua estrangeira, há sempre eventos em que os fonemas não se realizam. Em todos os casos, sempre há algo que já seja repetição, por menos que se entenda dessa estrutura, sempre se saberá que são vozes humanas e que são fonemas. As repetições dessas sequências estruturadas, elas devem ser estruturadas para ser língua, construirão as distinções dos fonemas, que produzi-

rão valores no enunciado e significados nos signos.

As incompreensões por sua vez também não existem. De modo algum alguém pode não compreender algo. A memória registra repetições, a ausência de repetições implica em desconhecimento da forma e na impossibilidade de construir um valor. Dando um passo atrás, são os fonemas que ativam o significado e constroem o valor. Logo, a significação é construída pelo reconhecimento dos fonemas e da forma que eles realizam. O reconhecimento dos fonemas constrói uma sequência de valores, desde os mais superficiais, como saber que ele pertence a uma determinada língua, ou de determinada variante de uma língua. Passa para um nível intermediário que é reconhecer a unidade simbólica que ele realiza, ou seja, o signo, assim reconhecendo também as repetições da significação. Num nível profundo, o conjunto de fonema transcende a unidade das formas e realiza um valor, nesse nível memórias repetidas se juntam e ativam um valor que conjunta as idiossincrasias envolvidas.

Por todos os lados que se possa observar o evento linguístico, sempre se terá como dado efetivo e concreto o fonema. Ele é a unidade básica que atua como distintiva da significação. A compreensão, em qualquer nível de uma mensagem, depende da separação nítida entre os fonemas que a formam. Eles são a unidade básica que realizam a semiose no pensamento dos falantes.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. *Arte retórica e poética*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1983.

----- *Organon: Catégories e de l'interprétation*. Paris: J. Vrin, 1946.

HJELMSLEV, Louis. *Essais linguistiques*. Paris: Minuit, [1939] 1968.

----- *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. São Paulo: Perspectiva, 1996.

HUMBOLDT; Wilhelm Karl von. *Sobre la diversidad de la estructura del lenguaje humano y su influencia sobre el desarrollo espiritual de la humanidad*. Barcelona, Anthropos, 1990, 1ª. ed.

LOCKE, John. *Ensaio acerca do entendimento*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril cultural, [1706] 1969.

MILANI, Sebastião Elias. *Historiografia-Linguística de Wilhelm Von Humboldt*. São Paulo: Paco editorial, 2012.

MILANI, Sebastião Elias. “O signo para Humboldt, para Saussure e para Bakhtin”. *Revista Signo* [ISSN 1982-2014]. Santa Cruz do Sul: v. 40, n. 68, p. 55-65, jan./jun. 2015.

----- *Historiografia-Linguística de Saussure*. Goiânia: Kelps, 2011.

PLATÃO. *Diálogos: Teeteto - Crátilo*. Belém: UFPA, 1973.

HENRY, Victor. *Étude sur l'analogie en gén. et sur les formations analogiques de la langue grecque*. Paris: 1883.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Cours de linguistique generale*. Publie par Charles Bailly & Albert Sechehaye et avec la colaberation de Albert Riedlinger. Paris, Payot, 1931 [1ª ed. 1916].

----- *Curso de linguística geral*. Sao Paulo, Cultrix, 1995 [1971], 18ª ed. Trad. de Antonio Chelini, Jose Paulo Paes e Izidoro Blikstein.

----- *Cours de linguistique generale. Edition critique par Rudolf Engler*. Wiesbaden, Otto Harrassowitz, 1968, tomo 1.

----- *Cours de linguistique generale. Edition critique par Tulio de Mauro*. Paris, Payot, 1972.

----- *Troisieme Cours de linguistique generale, d'apres le cahier d'Emile*

Constantin. Edited and translated by Eisuke Komatsu & Roy Harris. Tokyo, Pergamon, 1993.

----- *De l'emploi du genitif absolu en sanscrit*. Geneve, Jules-Guillaume Fick, 1881.

----- *Memoire sur le sisteme primitif des voyelles dans les langues indo-europeennes*. Geneve, Societe Anonyme dès Editions Sonor, 1922.

SCHLEICHER, August. *Les Langues de l'Europe moderne*. Paris, Garnier, 1852.

Apoio:



UNIVERSIDADE FEDERAL
do TOCANTINS

ISBN: 978-85-60487-44-8

